



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0214/14	DATA: 26/03/2014	
LOCAL: Plenário 1 das Comissões	INÍCIO: 14h45min	TÉRMINO: 20h32min	PÁGINAS: 134

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
JORGE HAGE SOBRINHO - Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União. MANOEL DIAS - Ministro de Estado do Trabalho e Emprego. GILBERTO CARVALHO - Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

SUMÁRIO
Audiência pública destinada a prestar esclarecimentos acerca das denúncias de envolvimento em irregularidades de ONGs e eventuais providências adotadas e sobre as relações do Governo Federal com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Há falha na gravação. Há expressões ininteligíveis. Há oradores não identificados em breves intervenções. Há intervenções simultâneas ininteligíveis. Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis e ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Declaro aberta esta reunião de audiência pública destinada a prestar esclarecimentos acerca das denúncias de envolvimento em irregularidades de ONGs e eventuais providências adotadas e sobre as relações do Governo Federal com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, objeto do Requerimento nº 586, de 2014, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, de autoria do Deputado Fernando Francischini, com alterações do Deputado Mendonça Filho.

Antes de convidar os Ministros já aqui presentes, eu gostaria de dizer que as poltronas são prioritárias para os Parlamentares que porventura virão participar desta audiência pública, para que a gente tenha um bom funcionamento dos trabalhos.

Convido, então, para compor a Mesa o Sr. Jorge Hage Sobrinho, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União; o Sr. Manoel Dias, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; e o Sr. Gilberto Carvalho, Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Gostaria também de convidar o Deputado João Arruda, 1º Vice-Presidente, o Deputado Felipe Bornier, 2º Vice-Presidente, e o Deputado Manuel Rosa Neca, 3º Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para também comporem a Mesa dos trabalhos.

Srs. Ministros, em nome de todos os membros desta Comissão, gostaria de agradecer a V.Exas. por terem prontamente comparecido a esta audiência pública para prestar os esclarecimentos necessários.

Esclarecimentos sobre o funcionamento da reunião.

Eu irei ler o que comumente, através de acordo, nós sempre adotamos, mas, após a leitura, eu gostaria de consultar o Plenário, de consultar os nobres pares da Comissão. Deputado Márcio França, V.Exa. participou da última reunião com o Ministro da Saúde e sabe quão exausta e longa foi a reunião. Hoje nós temos três Ministros aqui presentes. Então, acredito que devemos objetivar os questionamentos, os esclarecimentos, para que mais Deputados possam participar, para que a reunião possa ser mais participativa. Portanto, que a gente possa ter uma redução com relação ao tempo de cada Deputado e à explanação dos Ministros, para que a gente tenha um bom funcionamento.



O que esta Presidência quer e deseja é que, ao final desta audiência pública, todos os questionamentos tenham sido esgotados, para que a Comissão possa seguir o seu trabalho e os representantes do Governo Federal, o Ministro Gilberto Carvalho, o Ministro Manoel Dias e o Ministro Jorge Hage Sobrinho possam também, sem dúvida alguma, saírem daqui satisfeitos por estarem no Parlamento brasileiro, a Casa da democracia, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do País.

Antes de iniciar as exposições, quero fazer os seguintes esclarecimentos, com base no Regimento Interno desta Casa: tendo em vista otimizar a reunião, gostaria de propor que o tempo reservado para cada Ministro seja de até 20 minutos, prorrogáveis por mais 10, só podendo ser aparteados durante a prorrogação.

Qual é o acordo eu queria fazer, a pedido dos Ministros aqui presentes? O Ministro da Controladoria-Geral da União tem uma apresentação a ser feita, e o tempo de 20 minutos seria insuficiente para que possa apresentar tudo o que trouxe para a Comissão. Então, conversando com os demais Ministros, cada Ministro abriu mão de parte do seu tempo para que o Sr. Ministro Jorge Hage possa fazer essa explanação.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. terá 40 minutos, prorrogáveis por mais 10, para que o senhor faça a explanação, e os Ministros Manoel Dias e Gilberto Carvalho terão 10 minutos cada, prorrogáveis por mais 10 minutos, se necessário, para que possam fazer as explanações para a Comissão.

Pergunto ao Plenário se há problema nesse acordo. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Só queria um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputado Edson Santos.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - V.Exa. confirma que esta reunião se dá a partir de requerimento do Deputado Fernando Francischini?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Exato.



O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - S.Exa. é o único requerente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Mendonça Filho subscreveu o requerimento e, portanto, fala como coautor.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - É subscritor do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É subscritor, inclusive existem alterações no requerimento que foram propostas pelo Deputado.

Convido o Deputado João Arruda, 1º Vice-Presidente, a compor a Mesa — eu já o havia feito, mas V.Exa. ainda não se encontrava em plenário.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputado Amauri Teixeira, Presidente da Comissão de Seguridade Social e assíduo participante de nossas reuniões e audiências públicas.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, nós aprovamos hoje na Comissão de Seguridade Social um teto para as convocações e convites, porque nós temos levado nossos convidados à exaustão. Não termos teto significa ficarmos aqui, começando com alguns Deputados que ficam permanentemente, e 5 horas depois começam a chegar outros Deputados, e nós temos feito um sistema de tortura dos convidados.

Nós estabelecemos na Comissão de Seguridade Social o teto de 4 horas, um teto razoável, mas aqui temos ficado às vezes 6, 8 horas, e não é algo razoável submetermos os convidados, ou convocados, ou o que quer que seja, a um sistema como este, parecido com tortura: leva-se o convidado ao cansaço, à exaustão, para tentar tirar algo dele.

Eu gostaria que V.Exa. levasse em conta esta sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a sugestão.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

Se o Ministro viesse mais vezes a esta Casa e prestasse com mais frequência esclarecimentos sobre todos os fatos postos pela imprensa nacional, não teríamos que usar de todo este tempo para sanar nossas dúvidas. Então, se a sessão tiver que se estender, ela vai se estender até 7 horas, 10 horas da noite, se necessário.



O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Daqui a pouco não fica nenhum Deputado. Também na minha Comissão são tantas convocações, tantos convites, que ninguém vota mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tendo ouvido a sugestão do Deputado Amauri Teixeira e ouvido o Deputado Alexandre Leite, para que possamos fazer um acordo com relação à participação dos pares, esta Presidência irá adotar a seguinte medida. A última reunião com o Ministro da Saúde teve 6 horas de duração. Hoje, nós acataremos as inscrições feitas até o término da explanação do último Ministro a falar. Se o Deputado não esteve presente à explanação do Ministro, a meu ver, ele não tem interesse em questionar sobre o assunto.

Assim, esta Presidência determina à Secretaria que as inscrições de membros e não membros — Líderes terão precedência — só se dê até o último minuto de explanação do Ministro Gilberto Carvalho, que, pela ordem, será o terceiro a falar. Só acataremos inscrições, portanto, até a fala do Ministro Gilberto Carvalho, tendo nisso um limite para que consigamos um bom funcionamento. Acreditamos que quem quer realmente questionar e debater os assuntos de que os Ministros vão tratar estará aqui no momento certo, uma vez que a reunião foi amplamente divulgada para as Comissões e para os participantes da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Pois não, Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Só complementando seu encaminhamento, Sr. Presidente: ocorre que o Parlamentar inscrito sai e volta, obedecendo à ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Esta Presidência chamará uma vez. O Deputado não estando presente, será declarada sua ausência, e ele não terá mais como voltar. A Comissão precisa ter um bom funcionamento — esse é um posicionamento já acatado por nós.

Encerradas as exposições, falarão os Deputados autores do requerimento pelo prazo de 10 minutos cada. Em seguida, falarão os Líderes inscritos.

Aqui, teoricamente, os Líderes têm a prerrogativa de falar por 10 minutos. Nós estamos sugerindo que os Líderes falem pelo prazo... Perdão, quando se trata de convite, os Líderes podem falar por 10 minutos; quando se trata de convocação, eles



podem falar por 5 minutos, justamente o prazo que iríamos sugerir, também para termos um bom funcionamento.

Então, após os autores, falarão os Líderes, por 5 minutos, sem apartes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, informe-nos por favor quais Parlamentares subescreveram o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Fernando Francischini é autor e o Deputado Mendonça Filho, subscritor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Eu tinha pedido à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, quando esse requerimento foi votado, para subscrever o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A Secretaria da Mesa não me passou que V.Exa...

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Lembra-se, Deputado Francischini, da hora? *(Pausa.)* Bem, eu estou recorrendo aqui à presença testemunhal, no direito de que eu pedi para subscrever o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. subscreveu o convite ao Ministro da Saúde. Semana passada, V.Exa. não estava presente lá na reunião, mas eu lembro que havia o nome de V.Exa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, como autor do requerimento, não vejo o mínimo problema de, mesmo não subscrevendo, S.Exa. ter o mesmo tempo. Já que eu e o Deputado Mendonça, dois Deputados de oposição, estamos como autores, para o Governo ter o mesmo tratamento, que o Deputado possa ter o mesmo tempo de uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Esta Presidência não vê nenhum problema em o Deputado Guimarães falar por 10 minutos. Consulto o Plenário se vê algum problema. *(Pausa.)*

Não havendo problema, o Deputado José Guimarães fala também por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO FRANÇA - Sr. Presidente, questão de ordem. Veja, o problema não é o Deputado Guimarães falar 10 minutos, o problema é o precedente. Se cada um puder falar 10 minutos, não há problema. Agora, eu acho equivocado que cada um, apenas porque...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, não há acordo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - É porque eu tinha pedido lá na Comissão. Não consta, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Falarão o Deputado Fernando Francischini e o Deputado Mendonça Filho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Deputado Márcio França, não vou criar dificuldade — imagina.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não é preciso nem oposição aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Após os Líderes, falarão os Deputados, mediante inscrição, por 5 minutos: inicialmente, os Deputados membros da Comissão e, posteriormente, os não membros. Os Ministros terão igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, no prazo de 3 minutos, improrrogáveis.

Vamos às exposições. Convido o Sr. Jorge Hage Sobrinho, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, para fazer sua explanação. S.Exa. tem 40 minutos, prorrogáveis por mais 10 minutos.

O SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO - Eu quero, antes de mais nada, registrar a minha satisfação em aqui comparecer, atendendo à convocação desta Comissão, do mesmo modo que tenho feito em todas as oportunidades em que, convocado ou convidado, prontamente tenho comparecido a esta Casa e também ao Senado Federal, sem nenhuma dificuldade, uma vez que entendo isso como parte integrante das regras do Estado Democrático e da democracia, em que, graças a Deus, nós vivemos.

Quero cumprimentar os autores do requerimento pela oportunidade que nos dão de trazer aqui os esclarecimentos, principalmente no que toca a nós da Controladoria-Geral da União, a respeito das providências adotadas em relação a essa questão que envolve denúncias de envolvimento em irregularidades com a participação de ONGs, ou seja, de entidades sem fins lucrativos.

Eu iniciarei a minha exposição tranquilizando os senhores no sentido de que farei um esforço para não usar o tempo de 40 minutos, que generosamente me foi concedido pelos colegas; tratarei de usar menos, de modo a deixar mais tempo para



as perguntas. Iniciarei dando-lhes uma ideia de qual é o universo das entidades sem fins lucrativos no Brasil e de qual é a parcela dessas entidades que celebram convênios com o Governo Federal, ou seja, que recebem recursos federais.

(Segue-se exibição de imagens.)

Como os senhores podem ver na tela — eu espero que ela seja visível para todos —, eram quase 300 mil em 2010, segundo dados do IBGE, 290.692 entidades sem fins lucrativos, o que inclui as popularmente chamadas ONGs, as OSCIPs, entidades organizações sociais de interesse público e organizações sociais, fundações privadas sem fins lucrativos e assemelhadas. Dentro desse conjunto de 290 mil, atualmente constam no sistema de controle de convênios como recebendo recursos federais não mais que 1.585 dessas ONGs.

Se nós considerarmos que há também determinado número de ONGs que não constam nesse sistema de convênios, porque, por leis específicas, estão dispensadas disso; e se considerarmos também que há muitos convênios celebrados por Estados e Municípios, ainda que com recursos federais, esse universo pode, provavelmente, no máximo, ser duplicado. E aí nós teríamos algo em torno de 3 mil ONGs — é uma estimativa que faço — recebendo recursos federais, o que representa em torno de 1% do universo total.

Na tela seguinte, nós temos uma ideia da quantidade de convênios celebrados pelo Governo Federal a partir do ano de 2009 e, na última coluna, o valor disso, em milhões de reais. Pode ser observada facilmente a redução do número de convênios em instrumentos semelhantes celebrados a partir de 2011. Cai da faixa de 3.600 para 1.800 e depois vem para o patamar de 1.400. Isso decorreu, em grande medida, a partir dos decretos baixados pela Presidente Dilma Rousseff no segundo semestre do ano de 2011, que impuseram uma série de condições adicionais à celebração de convênios, exigindo a assinatura do Ministro de Estado, exigindo a celebração de chamamento público, salvo determinadas exceções, e fazendo outras exigências mais. Isso tem feito cair o número de convênios celebrados.

A Controladoria atua em diversas frentes, com diversos braços. Nós temos um braço de auditoria de controle interno, que é a Secretaria Federal de Controle Interno, cujo titular está presente aqui, Dr. Valdir Agapito. Temos uma área de



corregedoria, que é a área punitiva, que instaura ou acompanha os processos de caráter sancionador, que levam à suspensão, ao afastamento e à demissão de servidores públicos, além das áreas de transparência, prevenção e ouvidoria.

Mas, focando principalmente na área do controle interno, eu quero explicar rapidamente aos senhores quais são os diferentes tipos, formas e métodos de auditoria e fiscalização que nós utilizamos. Além da orientação preventiva aos gestores, que é a tarefa permanente da Controladoria como órgão de controle interno, nós fazemos avaliações de programas de governo. Ou seja, algumas das irregularidades são surpreendidas, são constatadas quando da avaliação de um programa de governo. Nós selecionamos anualmente cerca de uma centena de programas — dos mais relevantes e de maior volume de recursos, maior materialidade — para fiscalizar. Por exemplo, pode ser escolhido o PROJOVEM, ou um programa de qualificação de trabalhadores, ou o Programa Bolsa Família, enfim, os grandes programas do Governo. Dentro dessa fiscalização, que visa a avaliar a execução do programa, eventualmente há constatações de irregularidades.

Agora, há outra forma, espécie de auditoria, que é a auditoria investigativa. Essa já parte de uma suspeita. É provocada por uma denúncia de cidadão, ou da imprensa, ou dos Srs. Deputados, ou do Ministério Público, onde já tem o caráter de requisição; ou por uma comunicação da Polícia Federal para iniciarmos mais um trabalho em parceria. Essas são auditorias do tipo investigativo. Elas já nascem com o foco de investigar um suposto, um provável, um possível ilícito.

Há ainda as auditorias anuais de acompanhamento da gestão dos administradores. Cerca de 600 unidades federais são escolhidas anualmente dentro das regras do Tribunal de Contas da União para serem auditadas. Uma vez que as unidades jurisdicionadas superam a mil, então não é possível fazer esse trabalho ordinário em todas todos os anos, e o Tribunal de Contas indica anualmente quais devem ser auditadas. Em cada uma delas é feito todo um trabalho, também na base de amostragem de alguns contratos, de algumas atividades, uma vez que não há tempo hábil para fiscalizar todas as atividades de cada uma desses órgãos e entidades federais. Mas o que quero dizer é que em qualquer desses tipos de auditorias é possível se encontrar um problema envolvendo um convênio com uma entidade sem fim lucrativo. Isso, portanto, tem diferentes fontes e diferentes



possibilidades, nessa rede ampla de auditorias, de ser constatado. O papel do órgão de controle interno tem sido — como todos sabem e a sociedade brasileira reconhece — bastante ampliado nos últimos anos.

Na tela seguinte, eu mostraria um pouco mais de detalhe sobre as auditorias investigativas, mas já dou como suficiente o que expliquei há pouco.

Na tela subsequente, já trato um pouco de outra diretriz desses trabalhos da CGU, que é o trabalho coordenado e articulado com outras instituições de controle e defesa do Estado, como a Polícia Federal, o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União e o COAF. Aqui estão alguns exemplos das operações especiais feitas em conjunto com a Polícia Federal, algumas delas, as que estão circuladas em azul na tela, referem-se especificamente a questões envolvendo entidades sem fins lucrativos. São alguns exemplos: Operação Voucher, Operação Esopo, Operação EPA, como tantas outras que os senhores conhecem. Essas operações especiais têm sido bastante divulgadas pela imprensa e não preciso explicar mais detalhadamente.

A tela seguinte detalha um pouco a explicação sobre o método da avaliação de programas de Governo, mas eu vou passar mais rapidamente sobre essa parte tendo em vista a necessidade de deixar mais tempo para os Srs. Parlamentares formularem suas perguntas.

Na última tela deste grupo, quero destacar o esforço que tem sido feito na busca conjunta de soluções entre os órgãos de controle e os gestores. Essa prática tem dado resultados cada vez melhores na medida em que, de um relatório de auditoria, de onde resultam inúmeras recomendações, nada melhor que o diálogo direto com o gestor para, diante daquelas constatações e recomendações, buscar-se a forma mais rápida e prática de corrigir os problemas e evitar a sua repetição.

A CGU tem também feito um esforço grande de orientação mediante a publicação de cartilhas e coletâneas de entendimento sobre assuntos de interesse geral da gestão, como, por exemplo, pagamento de diárias, compra de passagens, licitações e contratos, sistema de registro de preço, contratação de consultorias, que são algumas áreas de risco onde frequentemente há problemas.

Podemos passar rapidamente mais algumas telas. Mais uma. Aí.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ministro, quero pedir um pouco mais de silêncio aos que estão no plenário para que a explanação possa ser mais clara e todos possam ter uma melhor compreensão.

O SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO - A partir da promulgação da Lei de Acesso à Informação, que é um diploma legislativo aprovado e aprimorado nesta Casa — faço questão de repetir, o Projeto de Lei sobre Acesso à Informação saiu desta Casa melhor do que chegou —, essa lei que vem fazendo uma verdadeira revolução na administração brasileira, ela também tem aplicação e reflexo direto nas nossas atividades, de modo que hoje nós divulgamos na Internet os relatórios de auditoria.

Então, os Srs. Parlamentares, como qualquer cidadão, podem consultar os relatórios de auditoria da CGU no *site* da CGU na hora em que quiserem. Lá estão os relatórios sobre fiscalizações de aplicação de dinheiro federal nas Prefeituras. Lá estão os relatórios de avaliação da execução dos programas de Governo, que mencionei há pouco. Lá estão os relatórios ordinários de auditoria anual de cerca de 600 órgãos públicos. Lá está a prestação de contas anual do Presidente da República, apreciada pelo Tribunal de Contas da União, elaborada sob a nossa coordenação. Lá estão as auditorias de acompanhamento de gestão, as de recursos externos, as especiais investigativas, as demandas externas feitas a pedido do Ministério Público, os relatórios de gestão fiscal e ainda outros mais, como as tomadas de contas especiais. Tudo isso está hoje no *site* da Controladoria à disposição de quem quiser ver, dentro da política de transparência que vem sendo adotada nos últimos anos pelo Governo brasileiro.

Quanto à destinação desses trabalhos, esse gráfico procura sintetizar, para um entendimento mais fácil, todos os relatórios. Os resultados das nossas ações de controle são encaminhados a todos esses destinatários, que incluem o próprio Ministério onde ocorreu a auditoria, para que tomem as medidas não só de punição, que lhe cabem, como de melhoria dos procedimentos para evitar repetição. São encaminhados ao Senado e à Câmara, tanto às Mesas das Casas como às Comissões de Fiscalização e Controle para efeito do controle político. São encaminhados ao Tribunal de Contas de União, órgão de controle externo, que tem as competências para a aplicação de determinadas sanções que só a ele cabem.



São encaminhados à Receita Federal quando há indício de crime fiscal. São encaminhados à Polícia, bastando que haja indícios para isso; ao Ministério Público Federal e Estadual para as respectivas ações a serem ajuizadas no campo criminal ou civil de improbidade perante o Poder Judiciário; e à Advocacia-Geral da União, também para as ações de improbidade que cabem a ela ou para as ações de ressarcimento.

Então, até aí é a responsabilidade da CGU. A partir daí, cada órgão de sistema de defesa do Estado deve cumprir a sua parte. E, ainda no âmbito interno da CGU, nós encaminhamos à Corregedoria-Geral da União, cujo Corregedor-Geral, Dr. Waldir João também está presente, para a aplicação das sanções administrativas quando é o caso da responsabilização individual de algum agente público.

Por meio dessa sistemática já foram excluídos da administração federal, nos últimos 10 anos, mais de 4.600 agentes públicos de todos os níveis, incluindo diretores, superintendentes de empresas estatais, ocupantes de altos cargos na hierarquia pública, como procuradores, auditores fiscais e, portanto, agentes públicos de todos os níveis no Poder Executivo. Repito, mais de 4.600 já excluídos pela penalidade máxima, que é a demissão. Sem computar, evidentemente, as penalidades mais leves, que são advertência e suspensão.

O quadro seguinte mostra mais ou menos a mesma ideia. Não precisamos nos deter nele.

Na tela seguinte, eu mencionaria a articulação interinstitucional que já destaquei e, na subsequente, os principais parceiros da Controladoria nessa tarefa, alguns dos quais já foram também mencionados.

A articulação com o Ministério Público Federal tem rendido resultados concretos e efetivos. Basta ver o aumento do número de ações de improbidade administrativa e ações criminais que vêm sendo ajuizadas pelo Ministério Público em todo o País e em todos os níveis, seja o Ministério Público Federal, seja o Ministério Público de cada Estado, boa parte delas oriundas de relatórios da Controladoria-Geral da União.

A articulação com o Tribunal de Contas também, óbvia e constitucionalmente obrigatória, tem rendido os números que se encontram ali na tela: quase 2 mil



Tomadas de Contas Especiais, por exemplo, encaminhadas ao TCU somente no ano de 2013.

Sobre essa Tomada de Contas Especial, também na tela seguinte, os senhores podem ter uma ideia dos valores envolvidos. Informo que a Tomada de Contas Especial é o procedimento que se segue a uma auditoria ou a uma constatação feita pelo próprio gestor e que visa à individualização da responsabilidade e à quantificação do prejuízo, para que o responsável seja intimado, notificado a fazer a devolução. Se ele não a fizer nessa fase, o processo vai ao Tribunal de Contas da União, onde ele tem novamente oportunidade de se defender, inclusive com advogado, e, no final, o Tribunal julga.

Quando o Tribunal confirma a nossa posição condenatória, forma-se aí o título executivo extrajudicial, que vai para a AGU ou para as procuradorias especializadas fazerem a cobrança na Justiça. E nós sabemos como o processo executivo é lento, doloroso, tormentoso, demorado, e dificilmente caminha num prazo razoável. Mas essa é outra questão com a qual os Srs. Parlamentares podem contribuir, reformando a legislação processual brasileira, que é outro capítulo, porque não é disso que nós vamos tratar aqui hoje.

Na tela seguinte nós tratamos de uma iniciativa tomada pelo Governo a partir de 2011, que foi a criação do Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas, que ficam impedidas de celebrar novos convênios com o poder público, com o Governo Federal pelo menos. O objetivo disso — criado no Decreto 7.592, de outubro de 2011— é dar publicidade à relação de entidades que ficaram impedidas de celebrar novos convênios, contratos, para que isso chegue ao conhecimento público e principalmente ao conhecimento dos gestores de outros órgãos, para que saibam que não podem contratar aquela entidade. De nada adianta ou pouco adianta a punição aplicada por um órgão só se for ignorada pelos outros.

A mesma coisa que fizemos com as empresas declaradas inidôneas ou suspensas de licitação, que hoje constam do CEIS — Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, para que chegue ao conhecimento geral que elas não podem mais fornecer ou serem contratadas para uma obra pelo Governo ou por outros Governos, aconteceu com as ONGs agora, com a diferença de que, como isso está em decreto, a vedação direta se aplica apenas aos órgãos federais, porque



um decreto, obviamente, não pode vincular os Governos Estaduais e as Prefeituras. Por isso mesmo, houve certa migração de muitas ONGs, que deixaram de conveniar com o Governo Federal, tendo em vista esse enrijecimento das normas, e fugiram para conveniar com Prefeituras e Governos Estaduais. Alguns Governos Estaduais, atentos ao problema, estão consultando o cadastro federal e deixando de celebrar convênio com aquela ONG que está impedida aqui; outros não.

O que está em proposta agora é que na próxima reformulação do decreto federal seja estabelecida uma regra a ser inserida nos contratos de repasse e nos outros instrumentos de transferência de dinheiro da União para os Estados ou para as Prefeituras. A regra é que, com dinheiro federal, pelo menos, o Estado e a Prefeitura não podem contratar ou conveniar com ONGs que estejam impedidas no cadastro federal. Isso já tende a reduzir um pouco mais o problema.

No CEPIM nós já temos mais de duas mil ONGs e convênios impedidos. E lá estão publicados o CNPJ, o número, o nome, os dados do convênio, o motivo do impedimento e outras informações a mais. Essas informações são atualizadas diariamente. Quero acentuar isto: esse cadastro é atualizado diariamente na CGU. Faz-se uma consulta diretamente ao SIAFI. Cabe ao gestor do convênio em que ocorreu o problema registrar a ocorrência, e diretamente do SIAFI vai para o cadastro de impedidas, quando a ONG estiver no SIAFI.

Alguns números sobre inclusão de ONGs na lista de impedidas os senhores podem, também, se tiverem interesse, observar aí na tela. O Ministério da Cultura já inseriu 355 entidades, responsáveis por 446 convênios. Depois vem o Ministério do Turismo, o MDA — está aqui o ex-Ministro —, o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, órgãos da Presidência, Esporte, Agricultura, Meio Ambiente, Trabalho e Emprego, e assim por diante; e, no final, outros menores. No total, 2.690 ONGs estão impedidas de receber dinheiro federal neste momento — essa é a posição do dia 18; como hoje é dia 26, já pode ter havido alguma mudança —, e 4 mil convênios.

Além disso, no Portal da Transparência da CGU também existem outras informações disponíveis aos senhores, como a toda a sociedade, sobre transferência de dinheiro mediante convênio, que podem ser consultadas com



facilidade também no Portal da Transparência da CGU, cujo *site* é www.portaldatransparencia.gov.br.

Além disso, o Governo Federal estruturou o SICONV — Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse, em que há várias áreas que são também de consulta livre.

Pela Lei de Acesso à Informação, eu quero também destacar outro aspecto importantíssimo na ampliação da transparência da atuação dessas entidades. É que as regras de acesso livre à informação também se aplicam às ONGs, não só aos órgãos públicos, mas também às ONGs naquilo, obviamente, que se refira a dinheiro federal que elas recebam. Então, uma ONG que recebe dinheiro público fica sujeita à Lei de Acesso à Informação — LAI.

Há algumas informações mais específicas sobre a aplicação dessa lei no Poder Executivo, mas eu vou passar sem maior detalhamento agora.

O próximo ponto que eu quero destacar é o monitoramento das despesas, inclusive das transferências para ONGs e OSCIPs, que é feito em um setor da Controladoria que nós criamos há pouco anos: o Observatório da Despesa Pública. Essa área trabalha com o que há de mais moderno e avançado em matéria de tecnologia da informação, fazendo uso de bancos corporativos, de bancos de dados do Governo e de outras informações, de modo a subsidiar o trabalho da Auditoria. No caso de OSCIPs, já desenvolvemos 20 trilhas de auditoria, mais outras tantas nos casos de convênios ano a ano, como está exposto aí na tela.

E, para exemplificar, apenas rapidamente, cito dois ou três casos sobre o assunto — uma dessas trilhas está destacada na tela, em vermelho —, se os senhores tiverem interesse. É uma trilha que procura identificar convênios que foram firmados com entidades que têm prestação de contas com prazo vencido, ainda pendente. Ou seja, é uma hipótese de convênio irregular. Por quê? Não poderia ter sido celebrado se aquela entidade ainda está devedora da prestação de contas de um convênio anterior. Essa é uma trilha que o nosso Observatório detecta, subsidiando a nossa Auditoria para confirmar a ocorrência.

Dirigentes de convenientes que são sócios de subcontratadas. O que é isso? É outro caso muito comum: uma ONG recebe dinheiro público, e um de seus dirigentes é sócio ou é dono da empresa que a ONG contrata para prestar um



serviço para o qual ela recebeu dinheiro público. É evidente que isso também tem que ser coibido.

Aos interessados, a exposição estará, obviamente, disponível aqui, além de estar disponível na CGU.

Temos aqui um exemplo concreto de um convênio do Ministério do Turismo que estava com prestação de contas pendentes em março de 2009. Em volta dessa figura, que está em cima da tela, vemos todos os convênios celebrados por outros Ministérios com a mesma ONG que estava devedora de prestação de contas.

A tela seguinte mostra alguns exemplos de dirigentes de convenientes que são sócios ou dirigentes da empresa ou de outra ONG subcontratada, em alguns casos concretos que foram objeto de divulgação na época: Fundação Pró-Cerrado, RENAPSI, CEAT. São algumas das ONGs cujos dirigentes subcontrataram empresas ou ONGs — vejam no lado direito da tela —, com os valores respectivos.

Como a leitura fica difícil, vou passar os eslaides rapidamente. A ideia apenas era mostrar o tipo de fiscalização, que cada vez mais vai sendo refinada para coibir esse tipo de atividade.

Outra linha de investigação do nosso Observatório detectou vendas de ONGs. Ou seja, o cidadão organiza um estoque de ONGs e depois anuncia a venda. Você vai lá e compra uma ONG comum, com anúncio na Internet, por 25 mil reais, salvo engano, na época. Se você quiser uma ONG já com a qualificação de OSCIP — Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, é mais caro, mais ou menos 40 mil reais na época.

Quando vimos isso, duvidamos da veracidade. Aprofundamos a investigação, e tudo se confirmou. Nesta tela vemos o caminho para chegarmos a essas situações. Quando o nosso Observatório identifica muitas OSCIPs ou ONGs com sede na mesma cidade, há um indicativo de que alguma coisa está errada, sobretudo numa pequena cidade do interior, como, no caso, a cidade de Alto Paraíso, aqui perto. Não se justificava a quantidade de OSCIPs naquela cidade. Mas era isto: uma fábrica para vendas de OSCIPs.

Na tela seguinte identificamos a pessoa, essa senhora, que era ou tinha sido presidente de 45 ONGs — claro, antes de vendê-las.



Na tela subsequente vemos o anúncio. Essa é uma fotografia do anúncio na Internet. Vieira Consultoria vendendo OSCIPs, explicando o que é uma OSCIP e divulgando os principais benefícios — ainda divulgava os principais benefícios.

Diante de todo esse quadro de providências, além da fiscalização, do encaminhamento para os órgãos que podem aplicar as punições, teria que haver também um aprimoramento do marco legal. Esse aprimoramento vem sendo construído nos últimos anos. Várias medidas já se tornaram efetivas hoje.

Em 2011, por exemplo, foi baixado um decreto proibindo parcerias com entidades que não comprovem pelo menos 3 anos de atividades referentes naquela matéria ou que tenham tido qualquer problema em parcerias anteriores; estabelecimento do chamamento público como regra obrigatória; exigência de assinatura das parcerias pelo Ministro de Estado; positivação da obrigação de que as transferências sejam feitas através do sistema de controle de convênios do Ministério do Planejamento, para garantir ampla transparência e controle; criação da ordem bancária de transferência voluntária, que garante a identificação do beneficiário final de cada pagamento — precisa ser nominalmente identificado.

Num outro decreto, também de 2011, na época, foram suspensas todas as transferências a entidades sem fins lucrativos até que a execução fosse avaliada pelo próprio Ministério concedente. Daqui a pouco nós vamos dar exemplos disso. Foi criado, nessa ocasião, o cadastro que mencionei há pouco.

Atuação do Controle Interno, agora especificamente sobre o Ministério do Trabalho e Emprego, objeto do requerimento do nobre Deputado.

Em relação ao Ministério do Trabalho e Emprego, rápida e resumidamente, eu inicio com o período 1996 a 2002, antes da existência da Controladoria. A sua antecessora, que é a Secretaria Federal de Controle, fez trabalhos de fiscalização, porque já havia problemas nessa área de qualificação profissional, envolvendo inclusive Secretarias de Trabalho de Estados e centrais sindicais. Números de acórdãos do TCU, que, já à época, julgava e aplicava penalidades por conta de irregularidades nessa área de qualificação de mão de obra, para que fique bem claro que esse não é um problema recente, mas um problema que vem desde sempre nesse tipo de programa.



Já no período 2003 a 2013, criada a CGU, temos mais detalhes sobre os principais problemas constatados: pagamentos realizados sem a comprovação da prestação do serviço; pagamentos sem correlação com o objeto do convênio; vínculo societário entre a ONG responsável pela execução do curso e fornecedores, algo semelhante ao que mostrei há pouco em termos gerais — agora especificamente no caso do Ministério do Trabalho do programa de qualificação profissional com ONGs —; não realização de licitação com indícios de favorecimento.

Na tela seguinte nós temos os números de constatações e de fiscalizações nessas áreas nos programas Primeiro Emprego, no PNQ e no Pró-Jovem Trabalhador.

Na tela seguinte nós temos alguns dos principais resultados da auditoria anual de 2012, referente ao exercício de 2011, na Secretaria que cuida desses programas no Ministério do Trabalho, que é a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Falta de providências para a instauração da tomada de contas; manutenção de convênios com irregularidade na execução; falta de providências em relação a 34 convênios com irregularidades, sendo 14 deles com prejuízo; ausência de diligência em 12 convênios; celebração de 230 novos instrumentos sem concluir o exame das prestações de contas anteriores.

Na próxima tela, então, a consequência inevitável que cabe à CGU aplicar, que é a certificação de gestão irregular daqueles gestores. Então, a gestão do Secretário de Políticas Públicas de Emprego foi certificada como irregular, sendo comunicada ao TCU. Do mesmo modo, a Diretora do Departamento de Qualificação e o Diretor de Políticas para a Juventude. Regular com ressalvas: o Departamento de Emprego e Salário, Coordenador-Geral de Contratos e Convênios.

Na auditoria de 2013, referente ao exercício de 2012, constatações principais: fragilidade nos procedimentos de acompanhamento de metas do plano de trabalho; inexistência de acompanhamento da aplicação dos recursos; atuação inadequada nas ações de fiscalização; volume excessivo e crescente de prestações de contas pendentes, o famoso estoque de prestações não analisadas — de 977 subiu para 1.075, em 2012 —; ausência de registro de inadimplência de entidades que não enviaram prestações de contas, e, no entanto, não foram inscritas no SIAFI.



Portanto, não iriam ser apanhadas para o cadastro de impedidas se nós não tivéssemos descoberto por outros meios. Ainda na auditoria de 2013 nessa Secretaria: falta de controle dos avisos de cobrança das prestações de contas; acúmulo progressivo do passivo de contas não analisadas, atingindo cerca de 4 bilhões e 900 milhões de reais. Auditorias de contas em 2013: certificados de irregularidades novamente nessas mesmas pessoas, nesses mesmos gestores.

Na tela seguinte estão nominalmente identificados aqueles que foram qualificados com gestão irregular nos relatórios encaminhados ao Tribunal de Contas.

Daí termina uma ponta do trabalho da CGU, mas há outra que prossegue no âmbito da nossa Corregedoria, que também, a partir daí, instaura processos para a apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades previstas na Lei 8.112, mas disso falarei em seguida.

O próximo eslaide trata de algumas operações especiais junto com a Polícia Federal, divulgadas na época, a Operação Epa, que tratou do Instituto Êpa, a Operação Esopo e várias outras. Outros trabalhos foram objeto das denúncias que inspiraram o requerimento do Deputado.

Na ONG ADRVale, por exemplo, mencionada na matéria de imprensa que foi anexada ao requerimento, houve cinco fiscalizações, somando 23 milhões de reais. Problemas: contratação de empresa do grupo familiar ou econômico; realização de despesas ilegítimas; remuneração de dirigentes indevidamente; não realização do objeto do convênio; pagamento de despesas sem relação com o objeto.

Providências tomadas pelo gestor: a ADRVale foi então inserida no sistema como inadimplente pelo Ministro que aqui está ao meu lado, o Ministro Manoel Dias, e as contas dos gestores receberam ressalvas ou foram consideradas irregulares pela Controladoria.

Na próxima tela tratamos de outra ONG que foi objeto também da denúncia que fundamentou o requerimento, que é a ONG CEAT: alta taxa de evasão de alunos; falta de estrutura física e material para a realização das aulas; notas fiscais falhas; e as providências do gestor, que, na época, não tinha ainda se manifestado.

Tanto um como o outro foram encaminhados ao Ministério Público, ao Ministério do Trabalho e ao Tribunal de Contas da União.



Na próxima tela temos a ONG Capacitar, que pouco capacitou, pelo que vimos, com problemas semelhantes; os encaminhamentos foram os devidos. As contas receberam ressalva.

Na próxima, a ONG CNTM também. Poderemos, depois, se houver interesse, dar maior detalhe.

Na ONG Pró-Cerrado, que também se tornou famosa na época, pela divulgação na imprensa, também foram seis fiscalizações, somando 15 milhões de reais: não realização do objeto; irregularidade nas contratações; irregularidades na execução; e por aí vai.

A CGU, a partir da gestão do Ministro Manoel Dias e por sua solicitação, passou a colaborar com o Ministério no mutirão de capacitação de pessoal, na oficina para análise do estoque de prestação de contas acumuladas. Cinquenta e cinco servidores do Ministério foram capacitados pelos técnicos da CGU, além de 9 funcionários da Caixa Econômica, que estavam cedidos — não sei se ainda estão — ao Ministério, trabalhando também para tentar desbastar esse acumulado.

Providências do Ministério do Trabalho já agora em 2013/2014, na gestão do Ministro Manoel Dias. O Ministro suspendeu os repasses de recursos aos convênios que ainda estavam vigentes — vejam que a maioria desses convênios a que me referi já tinham esgotado a sua vigência, mas havia alguns vigentes, que foram suspensos pelo Ministério — e instituiu a força-tarefa para analisar aqueles convênios. Dessa força-tarefa, resultou a proposta de cancelamento de 37 e irregularidade em mais 18, do total de 224 convênios que ainda estavam vigentes.

Providências ainda: a CGU indicou, a pedido do Ministro Manoel Dias, quais eram as entidades com problemas mais graves para que o Ministério pudesse priorizar a sua fiscalização. Nós indicamos 28 entidades como sendo aquelas que apresentam os problemas mais sérios. Dessas 28 entidades, 18 já se encontram hoje inseridas no cadastro como impedidas de celebrar novos convênios.

Em relação a 17, foram instauradas Tomadas de Contas Especiais, entre elas a ADRVale, o CEAT, o Capacitar, a Pró-Cerrado, várias, portanto — aquelas mencionadas há pouco.

Na área de Corregedoria — já vou encerrar —, os processos disciplinares e sindicâncias em andamento voltados ao Ministério do Trabalho totalizam 214.



Punições expulsivas, ou seja, demissão, destituição ou cassação de aposentadoria, totalizam 79; 52 deles relacionados à improbidade, corrupção, valimento de cargo, etc.

E, na parte de baixo da tela, a distribuição, por ano, das instaurações dos processos, sendo que em 2013 foram instaurados, agora mais recentemente, 69 processos.

Na tela seguinte estão alguns exemplos de casos concretos correspondentes a esses processos disciplinares, com o número de servidores do Ministério envolvidos. No caso, por exemplo, do comitê que seleciona as propostas de convênio, há 7 servidores envolvidos e há um processo administrativo em andamento na CGU; no caso da Operação Pronto Emprego, que envolve a ONG CEAT, há 3 servidores; Operação Esopo, 5 servidores; e por aí vai, como exposto na tela.

Na tela seguinte há novas informações de afastamento com destituição de ocupantes de altos cargos: Diretor DAS-5, por envolvimento no caso com o Instituto Marca Brasil; Diretor e Coordenador DAS-4, por envolvimento com o IBRASI; e assim por diante.

E por fim, novas medidas com vistas ao aprimoramento e ao endurecimento ainda maior das regras que sejam capazes de separar o joio do trigo, porque, repito, a imensa maioria das entidades é composta por gente séria, que trabalha e colabora efetivamente com os programas sociais do Governo, que não se realizariam sem a participação dessas entidades. Agora, o universo de que estamos tratando aqui é dentro daquele 1%, ou seja, um percentual bastante baixo daquelas que incidem nessas irregularidades. Para essas as regras têm que ser cada vez mais rígidas evidentemente. E, para que o gestor tenha tranquilidade de poder distinguir o joio do trigo, as regras têm que apontar nessa direção.

Por isso mesmo, há novas propostas determinando o seguinte: primeiro, ampliação do conceito de prestação de contas, que deixará de ser um processo a ser feito apenas *a posteriori* para ser algo que ande *pari passu* com a realização do convênio e das despesas, de modo a evitar o acúmulo do trabalho para depois; maior responsabilização dos órgãos concedentes, limitando-se a celebração de convênios àqueles que o Ministério tenha condições efetivas de acompanhar. Se ele



não tem pessoal capaz de fiscalizar 200 convênios, que ele não celebre 200 convênios, celebre apenas 50, que é o que tem condições de fiscalizar; definição de prazo para que a prestação de contas seja analisada, para acabar com a eternização dos estoques, com sanções para a ultrapassagem desse prazo; vedação de que o ente público, ao contratar uma empresa ou celebrar convênio com ONG, repasse recurso federal para empresa inserida no CEPIM, como mencionei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sr. Ministro, o tempo de V.Exa. esgotou, mas daremos mais 1 minuto para V.Exa. concluir a explicação.

O SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO - Nem precisarei de 1 minuto. Em 2 segundos concluo, dizendo que a última proposta de aprimoramento, a mais ousada e a mais avançada, está neste momento nas mãos dos Srs. Parlamentares. Refiro-me ao Projeto de Lei do Senado nº 649, de 2011, que estabelece regime jurídico das parcerias com as entidades sem fins lucrativos, que foi proposto pelo Senado Aloysio Nunes Ferreira, aprovado no Senado, com acolhimento de várias sugestões do Poder Executivo, portanto, elaborado em estreita parceria e colaboração com os órgãos do Poder Executivo e que foi remetido à Câmara dos Deputados agora, no dia 26 de fevereiro, exatamente há um mês. E passou a tramitar aqui sob o número PL 7.168, apensado ao PL 3.877, o primeiro de 2014 e último de 2004.

Eu peço aos Srs. Deputados a devida atenção a esse projeto, a prioridade que for possível, porque ele realmente dá um passo mais adiante, avança mais em áreas que nós não podemos regulamentar por decreto; tem que ser por lei. Inclusive para ampliar o alcance para Estados e Prefeituras, para que não fique apenas o Governo Federal avançando, e os Estados e Prefeituras sem acompanhar esses avanços em matéria de controle, de transparência e de fiscalização.

Eu continuarei à disposição dos senhores na fase das perguntas e agradeço a tolerância quanto à passagem do tempo.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Só uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Se fosse possível nós, Deputados da Comissão, termos acesso a essa transparência, até para balizar nossas perguntas. Não sei se o Ministro trouxe cópia para entregar aos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pedimos à assessoria do Ministro que a encaminhe à Presidência da Comissão. E ficará lá à disposição de todos os Deputados para poderem ter acesso ao que foi apresentado pelo Ministro Jorge Hage.

Agradeço a V.Exa. o cumprimento do tempo. Esta Presidência irá cobrar rigor não só dos Ministros que aqui estão, como também dos Parlamentares, para que tenhamos um bom funcionamento.

Para que possamos agilizar, agradeço a exposição do Ministro Jorge Hage e passo a palavra ao Ministro Manoel Dias, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

S.Exa. dispõe de 10 minutos, prorrogáveis por mais 10 minutos.

O SR. MINISTRO MANOEL DIAS - Eu queria inicialmente saudar o Presidente desta Comissão, os Deputados membros desta mesma Comissão, as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados, os Líderes dos partidos aqui representados, os meus colegas Ministro Jorge Hage e Ministro Gilberto Carvalho e, em especial, meus parceiros de partido, a bancada do PDT, que em grande número aqui comparecem. Eu agradeço a solidariedade e o apreço de todos vocês.

Sr. Presidente, eu estive aqui há algum tempo, mais no final do ano, quando aconteceram aquelas duas ações da Polícia Federal, a primeira em Minas Gerais e a segunda em São Paulo, para falar sobre esses temas que hoje...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço silêncio ao Plenário — já tem um barulho lá fora —, para que a gente possa ouvir a explanação do Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO MANOEL DIAS - Eu vim a convite desta Comissão e retorno agora convocado por esta mesma Comissão.

Agradeço a oportunidade, porque a única oportunidade que temos de expressar a nossa opinião é a de falar aqui. E nada melhor do que falar aqui, que é a Casa do povo, a principal ferramenta da democracia brasileira. Então nós estamos à disposição em qualquer instante, quando o Congresso, mais particularmente a



Câmara Federal, queira nos ouvir e receber informação, enfim, tudo que diga respeito à minha responsabilidade como Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, representando o Governo Federal, mais especificamente a Presidenta Dilma Rousseff.

Na outra oportunidade, nós já colocamos aqui as preocupações nossas quando iniciamos a nossa gestão. Nós encontramos um Ministério defasado em número de funcionários. Nós temos hoje um déficit de mais de 2 mil funcionários, nós temos um déficit de mais de 2 mil auditores fiscais, com muitos dos nossos órgãos de atendimento aos trabalhadores pelo Brasil afora precarizados, e temos hoje algumas superintendências regionais impedidas de serem usadas, interditadas.

Na medida em que surgiram as denúncias, procuramos o Governo, a Presidenta, a Casa Civil e colocamos todas essas dificuldades que tínhamos encontrado e que demandariam recursos, vontade política, decisão no sentido de recuperarmos primeiro o protagonismo do Ministério do Trabalho, que, no decorrer dos últimos anos, ele perdeu. Muitas ações que eram de sua natureza haviam sido alteradas. E atendemos também aos reclamos das centrais sindicais, das federações e confederações, que nos cobravam uma ação que fizesse com que o Ministério voltasse a ser o grande campo, o grande local onde fossem discutidas e debatidas políticas públicas de trabalho e de emprego descentes.

Nós tomamos muitas iniciativas. Aqui mostramos as principais. A primeira delas foi a suspensão dos convênios firmados na época, naqueles moldes, convênios feitos com Municípios e Estados, que, por sua vez, licitavam e contratavam as entidades para executar os cursos de qualificação profissional. O Ministério não tinha uma estrutura capaz de fiscalizar como devia a execução de todas essas tarefas, e constantemente surgiam denúncias de não realização e outras. Mas a maioria, como disse aqui o Ministro Jorge Hage Sobrinho, eram execuções não por desvios de recursos ou má gestão dos recursos, mas pela dificuldade do cumprimento daqueles contratos nos moldes em que foram feitos. Então suspendemos todos esses contratos e determinamos que aqueles que estavam vigentes seriam submetidos a uma análise dos técnicos do Ministério do Trabalho, para verificar se aqueles ainda em vigor estavam eivados de alguma irregularidade. Foram todos fiscalizados, e aqueles que tiveram irregularidades



comprovadas foram definitivamente suspensos. Aos demais nós demos continuidade, até porque não poderíamos prejudicar os trabalhadores que estavam recebendo esse tipo de qualificação profissional. Encerrados esses convênios, nenhum deles será realizado mais.

Outra área que também tensionava permanentemente o nosso Ministério era a do registro sindical. Eu recebo lá em torno de 120 pessoas por dia, noventa vão reclamar de registro sindical, ou que foram passadas para trás no seu sindicato, ou que houve pedido de propina, razões as mais diversas. Isso fazia com que ficássemos só cuidando de tensões, de preocupações, fugindo da finalidade principal, que era discutir as políticas públicas de trabalho e emprego. Fixamos então um prazo até o mês de abril. Estão pedindo uma prorrogação, mas nós queremos que todos os requerimentos de registro sindical sejam despachados, arquivados, baixadas as indiligências, complementados, enfim, devolvidos àqueles que solicitaram o seu registro, para que as providências possam ser tomadas, que possam recorrer, enfim, todas as medidas que a lei estabelece.

Nós temos um estoque de mais de 4 mil processos. Destes, no ano passado, foram analisados em torno de 2.500 processos, arquivados em torno de 911, trezentos e poucos registrados e outros ainda comunicados aos sindicatos, para que pudessem preencher, responder ou demandar faltas ainda pendentes.

Feito esse trabalho de eliminação desses dois grandes focos de preocupação, nós entramos em contato com a CGU, na busca de firmarmos uma parceria. Nós tínhamos assumido o compromisso de analisar os 1.400 processos de prestação de conta que estavam estocados. Todos eles foram elencados, foi constituída uma comissão de servidores do Ministério do Trabalho, fizemos um mutirão, com a convocação também de funcionários do Ministério do Trabalho de todo o País, mais nove auditores cedidos pela Caixa Econômica Federal, através de um ato do Ministério do Planejamento. Desde aquela data, todos os processos acumulados estão sendo analisados. Até o final do mês de abril, eles nos vão dar uma estimativa de prazos. Muitos deles são grandes, com diferentes exigências para a pesquisa. Mas, até o fim do mês de abril, teremos uma estimativa de quando vamos eliminar todos esses processos, que demandam desde 2002, se não me falha a memória.



Além dessas medidas, nós aproveitamos para fazer uma profunda transformação no Ministério do Trabalho. Nós iniciamos um processo de modernização do Ministério do Trabalho, com o apoio da Presidenta da República, que alocou recursos. Resolvemos fazer do Ministério do Trabalho um instrumento que fosse ágil, em que as respostas às demandas dos trabalhadores fossem as mais rápidas possíveis e que o atendimento aos trabalhadores lá na ponta também fosse decente.

Para isso, iniciamos um projeto de reformulação e reconstrução das nossas entidades espalhadas pelo Brasil inteiro. O Ministério do Trabalho tem em torno de 2.500 ações, entidades, órgãos que atendem os trabalhadores brasileiros, uns diretamente e outros através de convênios com Estados, Prefeituras, centrais sindicais, sindicatos. E devemos firmar, no decorrer deste mês ou no mês que vem, convênios com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica para fazer a recuperação desses nossos postos de atendimento. Nós vamos repassar recursos para o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, e eles vão realizar essas ações, afastando o Ministério do Trabalho de qualquer manipulação de dinheiro.

Nós também começamos a informatizar o Ministério. Procuramos, através de ações mais rápidas, cumprir com a nossa finalidade. Começamos a informatização pelo Departamento de Imigração. Em 2013, gastamos 10 milhões de folhas de papel, mais outro tanto de pastas. Enfim, 100 mil reais gastamos nesse Departamento no decorrer do ano de 2013, além do acúmulo de papel, para o qual teríamos que alugar mais um edifício para depósito, sendo que já temos dois alugados. Já está informatizado e em vigor. Este ano já foram atendidas 13 mil solicitações. Não há mais necessidade de protocolar processo. É todo informatizado. Está em período ainda inicial, apenas 3 meses. Como eu disse, 13 mil processos já foram verificados. Certamente vai agilizar o atendimento nesse setor.

No primeiro trimestre ainda deste ano, vamos implantar a fiscalização eletrônica, que mudará, facilitará e agilizará substancialmente a ação dos nossos auditores na fiscalização, que representará melhor efetivo, melhor arrecadação para os nossos fundos e para o Governo, igualmente.

Nós não tínhamos nenhum controle do Ministério, criamos a sala do monitoramento, onde vamos ter o telefone 158, e os trabalhadores poderão buscar



informações sobre aquilo que entenderem ser importante nas suas ações. Estamos cuidando com muita preocupação da questão da CGI, da área de informática, que é substancial e fundamental. Se nós não conseguimos agilizar a nossa área de CGI, teremos dificuldades de fazer as implementações que estamos pensando. Mas algumas coisas podemos aqui já comunicar. Estamos cuidando da rede de comunicação, sem a qual é impossível trabalhar. Hoje nós não temos uma rede, temos uma parte da rede, que não atende às nossas demandas.

Estamos preparando — já está pronto, e vamos começar a adotar no mês que vem —, o agendamento eletrônico. Os trabalhadores não mais precisarão ir para as filas, chegar de madrugada, andar quilômetros e quilômetros para agendar os seus atendimentos. Então, nós vamos fazer, e entrará em vigor no próximo mês o agendamento eletrônico e outras ações. E há outras ações.

Hoje, por exemplo, o Ministério ainda demora, em alguns Estados, 30 dias para a concessão da carteira de trabalho, o que é inexplicável. O documento que representa o Ministério do Trabalho é a carteira sindical, e ainda temos Estados que confeccionam as carteiras de trabalho manualmente. Até o mês que vem, nós teremos todas elas digitalizadas, e queremos, até julho no mais tardar, tê-las todas *on-line*. E que o trabalhador chegue ao órgão do Ministério do Trabalho, à Prefeitura ou à entidade conveniada e receba *on-line*, na mesma hora, a sua carteira de trabalho.

Vamos procurar informatizar todos os processos do Ministério do Trabalho, para que, até o final do ano, nós tenhamos um novo Ministério, um Ministério moderno, como eu disse, um Ministério ágil, um Ministério que responda a todas as suas necessidades.

Nós criamos o Comitê de Tecnologia para fazer a transparência nas contratações, nos contratos e nas decisões coletivas sobre quais ações prioritárias nós devemos empreender. Esse Comitê reúne-se periodicamente e tem até agora contribuído também para que nós avançássemos nesse projeto. Estamos lá elaborando um programa de combate à fraude, que também vai entrar em vigor em seguida e vai evitar que as fraudes, hoje difíceis de controlar, passem, com esses programas que nós estamos implantando, a ter o seu controle.



Enfim, é esse Ministério que queremos transformar, modificar. Para isso, contamos, como eu disse, com o apoio da nossa Presidenta. Nós vamos descentralizar o Ministério do Trabalho. As ações ocorrem lá no Estado, não aqui, em Brasília. Nós queremos fazer com que as maiores ações que o Ministério (*falha na gravação*), que o façam nas Secretarias, nas Superintendências Regionais, nas agências, enfim, nos órgãos que nós temos lá, para também facilitar a vida dos trabalhadores.

Nós já estamos instalando novas agências. Para vocês verem a dificuldade dos trabalhadores, hoje, um trabalhador que mora em Oiapoque tem que ir a Macapá fazer a sua carteira, fazer o registro de pedido de seguro desemprego, abono salarial. Para isso, ele tem que andar 700, 600 quilômetros em atoleiros, estradas ruins, em rios. Nós vamos inaugurar agora a agência do Oiapoque e estamos também fazendo um redimensionamento das agências e gerências que temos pelo Brasil inteiro, até porque o País mudou nos últimos anos, cidades que eram cidades-polos deixaram de ser cidades-polos e outras passaram a ser.

Estas são algumas das ações positivas que eu queria falar para vocês, culminando com a transparência de gestão. Nós determinamos que todas as nossas Secretarias, os nossos departamentos tivessem a transparência total. Eu acho que a melhor maneira de você combater a corrupção é com a transparência total. O brasileiro, o trabalhador e tantos quantos queiram, na medida em que ponham em dúvida, desconfiem de qualquer ação do Ministro, do funcionário, do Diretor, do Secretário, possam buscar informações e esclarecer as suas dúvidas.

Nós também estabelecemos uma parceria com o PRONATEC, com o fim dos convênios para a realização dos cursos de qualificação profissional, o que não quer dizer que perdemos a nossa tarefa primordial. É da cultura, é da natureza do Ministério do Trabalho a qualificação profissional, mas na medida em que esperamos que o Congresso regule essa questão da relação com as ONGs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ministro, o tempo de V.Exa. esgotou. Se necessário, daremos mais 1 ou 2 minutos para que V.Exa. possa concluir.



O SR. MINISTRO MANOEL DIAS - Eu vou entrar então mais diretamente naqueles temas para os quais eu estou aqui convocado, que seria, no caso, por exemplo, o da ADRVale.

O último recurso repassado pelo Ministério do Trabalho para a ADRVale foi em 2011. Constatada as irregularidades na aplicação dos recursos de acordo com o parecer da CGU, com a Nota Técnica nº 760 (*ininteligível*), o Ministério do Trabalho emitiu uma nota informativa, em novembro de 2003, sugerindo a instauração do processo de Tomada de Conta Especial, assinada pelo Ministro que vos fala, com determinação do Registro de Irregularidade no SIAFI e ciência à CGU. A Portaria nº 4.214 instaurou procedimento investigativo para apuração dos fatos denunciados.

A ADRVale está impossibilitada de receber recursos federais por ser negativada junto ao SIAFI/SICONV/CEPIM, pelas irregularidades apontadas na análise de dois convênios com o MTE.

A prestação de contas foi finalizada com emissão de Nota Técnica Conclusiva pela não aprovação e encaminhada para instauração da tomada de contas especial, a fim de que sejam apurados em responsabilidade os responsáveis pelos danos ao Erário.

Com relação às duas operações empreendidas pela Polícia Federal, lá em Minas Gerais, com relação ao IMDC, quero dizer que esta entidade, desde 2011, não tinha um convênio direto com o Ministério do Trabalho. O último convênio foi encerrado em 2011, quando constatada a irregularidade na execução dos convênios. E de lá para cá não tivemos mais nenhum convênio. Os convênios que ela mantinha eram ou com outros Ministérios, ou com outros órgãos do Governo Federal ou através das Prefeituras e dos Governos estaduais, por ter participado nas licitações realizadas por ela.

Quanto ao CEAT, nós tomamos todas as medidas. No momento em que a Polícia Federal nos comunicou a ação empreendida, nós suspendemos prontamente a transparência de recursos e comunicamos aos bancos o trancamento de qualquer liberação. O processo ainda está na Polícia Federal, mas nós instauramos processos administrativos com relação a três funcionários que foram arrolados naquela ação da Polícia Federal.



Com relação à denúncia feita por aquela senhora, cujo nome não me recordo, na revista *Veja*, de que eu a teria ajudado ou estaria ajudando-a no registro do sindicato que ela havia requerido, é uma ação impossível de eu ter praticado na medida em que, desde 2012, por decisão da Justiça, o processo que pediu o registro desse sindicato havia sido dissolvido. Então, não existia mais o processo.

Com relação aos temas sobre os quais eu fui aqui solicitado para falar, teria mais alguma informação, mas certamente no decorrer da inquirição nós vamos poder esclarecer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a exposição ao Sr. Ministro Manoel Dias.

Passo a palavra ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho.

S.Exa. tem 10 minutos, prorrogáveis por mais 10.

Peço um microfone sem fio para o Ministro Gilberto Carvalho, para ficar mais confortável para ele fazer sua explanação.

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados e Sr. Senador Acir Gurgacz, que também nos honra com a sua presença! Na pessoa do nosso Presidente, Deputado Hugo Motta, eu quero agradecer por esta oportunidade em forma de convocação. Eu penso que nós precisamos considerar muito natural esse processo, particularmente nesta Comissão, que tem por objetivo fiscalizar e controlar as ações do Executivo.

Eu queria cumprimentar também meus companheiros Manoel e Jorge, que já fizeram explanações bastante exaustivas e claras sobre o objeto desta discussão. Quero dizer que a nossa presença aqui significa exatamente um respeito aos senhores, e fazemos isso com muita dedicação.

Eu queria começar a minha fala relatando aos senhores dois rápidos eventos.

Ontem, eu estive, pela manhã, na cidade de Valparaíso, aqui do lado, e participei da inauguração de um centro de metareciclagem. É um centro para onde se levam os computadores inservíveis. Ali eles são processados e transformados em lixo reciclável, devidamente separado, para evitar danos à natureza, ou é feita a recomposição dos computadores, que são doados para as entidades.



Esse centro foi construído num antigo ginásio que era ponto de drogas e onde, em janeiro, foi assassinado um jovem. A ação de uma entidade, chamada Construindo o Futuro, em parceria com a Prefeitura local, permitiu a transformação de um local de morte num local de vida.

Outro fato: ontem, a Presidenta Dilma esteve em São José dos Campos, apresentando a área onde será construído um grande conjunto de moradias para mais de mil moradores. Quem são esses moradores? São os moradores do antigo Pinheirinho — os senhores acompanharam —, que foram vítimas de um processo de dura repressão num dado momento. Naquele momento, a Secretaria que eu tenho a honra de dirigir esteve presente no local. Um dos nossos funcionários levou uma bala de borracha; na época, foi chamado de agitador social. Nós pagamos um preço duro e não respondemos a nenhuma das provocações. Depois de quase 2 anos de difícil, mas importante negociação, com uma participação muito fecunda, muito eficiente do Governo do Estado de São Paulo, do Governador Alckmin e do seu secretário, com a participação da Prefeitura local, tivemos a alegria de transformar aquilo que era morte também em vida, aquilo que era tido como agente marginal, e não são ligados ao meu partido, são ligados ao PSTU, num processo de negociação e de paz. Ontem pudemos, então, viver essa alegria.

Eu começo por esses dois fatos exatamente para destacar a importância da presença dos movimentos sociais e da sociedade civil na construção de uma nova sociedade, de um novo país.

Eu quero dizer, de plano, que a linha de trabalho que nós desenvolvemos é exatamente esta: buscar transformar o conflito, através de uma negociação madura, serena, num processo de paz, de construção. Não tenhamos dúvida: não se constrói a paz com a guerra. Isso já foi demonstrado pela humanidade. O que mais temos de fazer é exatamente aproveitar o que há de melhor em cada pessoa e buscar saídas construtivas. Esse é o trabalho que felizmente, no Brasil, essas duzentas e tantas mil entidades constroem. Elas estão construindo a mais sólida e profunda democracia, porque contam com a participação do cidadão. Elas organizam aquilo que há de mais nobre em nosso País, que é a generosidade do nosso povo.



Cabe ao Jorge o trabalho duro, feito cirurgião, de apontar, na radiografia, onde estão os problemas, mas a própria fala do Jorge ressalta que apenas 1% dessas duzentas e tantas mil entidades é que têm problema, felizmente.

Cabe ressaltar que essas duzentas e tantas mil entidades, mais ou menos, empregam hoje 2 milhões e 100 mil brasileiros. Cabe ressaltar que elas hoje fazem, só na assistência social, 7 milhões e 700 mil atendimentos. Dezesesseis mil oitocentos e trinta e nove entidades de assistência social realizam esses atendimentos.

Eu arrisco dizer que, se essas entidades sociais no Brasil, hoje, cruzarem os braços, o País para, para o que há de mais importante no Brasil, que é o cuidado com as pessoas, que é o cuidado com os excluídos, com aquelas vítimas da exclusão histórica do nosso Brasil.

E dou aqui alguns exemplos. A Associação do Semiárido, que reúne um grupo enorme de centenas de entidades no Nordeste, construiu, nos últimos anos, 523.654 cisternas. Os senhores sabem, sobretudo os Parlamentares do Nordeste, qual é a importância das cisternas, construídas por entidades que se organizaram e foram à luta. Essas famosas cisternas de placa empregaram 12 mil pedreiros e pedreiras.

Na área da saúde, não sei se é de conhecimento dos senhores, 47% dos atendimentos do SUS são realizados por entidades sociais, entidades filantrópicas. Estão aí as Santas Casas e tantas outras entidades para ilustrar esse fato. Por isso eu digo que o País para se elas pararem. É preciso lembrar que, para além dos poucos recursos que elas recebem do Governo Federal, 72% dessas entidades não têm nenhum empregado profissionalizado, é a organização do voluntariado, daquilo que eu chamei de generosidade da nossa gente.

No caso da Pastoral da Criança, nós temos um dado importante. Para cada real que o Governo Federal entregue para a Pastoral da Criança, ela agrega mais 9 reais, vindos das doações que consegue coletar, nacional e internacionalmente.

Mas, mais do que isso, as entidades sociais também são importantes na produção. A economia solidária cresce com uma rede extraordinária por este País, constituindo-se na porta de saída para muitas pessoas, para muitas mulheres.

Ao contrário do que se dizia, que o Bolsa Família leva à acomodação, eles têm se juntado em solidariedade e construído micro e pequenas empresinhas, de



cinco, seis pessoas, que saem construindo o seu futuro, construindo a sua autonomia financeira e produzem hoje, através das cooperativas, um número significativo — depois eu vou citar alguns —, do ponto de vista da produção, inclusive agrícola, da microindústria e do comércio, e assim por diante. Formam, portanto, uma verdadeira rede de proteção social e de construção de autonomia da nossa gente.

Há problemas nessa relação? Claro que há. O nosso Ministro Jorge já nos apresentou aqui, e o Manoel também mostrou a concretude desses problemas, que decorrem, em grande parte, senhoras e senhores, da questão de uma legislação inadequada que nós temos com as organizações sociais no País.

É preciso entender que a lei que rege as relações, os convênios com as entidades, é a mesma lei que rege a questão dos convênios com os entes federados, com os Estados e Municípios. Isso faz com que se torne um cipoal imenso o processo de prestação de contas, o processo de acompanhamento, o que leva, de um lado, à impossibilidade para os bem-intencionados de prestarem contas adequadamente, mas leva também à possibilidade da fraude, da picaretagem, do aproveitamento desse instrumento, como foi mencionado aqui pelo nosso Governador.

Eu não me esqueço da Dr. Zilda Arns — a quem, desde 2003, apoiamos fortemente na renovação dos convênios — na minha sala, mais de uma vez, dizendo: *“Pelo amor de Deus, Gilberto, me ajuda. Como é que vou conseguir nota fiscal, lá na feira, da batatinha e da cenoura que é comprada para fazer a sopa das crianças? Como é que eu vou conseguir a nota do mototaxista, lá na ponta do Nordeste, para levar a mulher que vai pesar as crianças lá? Vocês têm de dar um jeito de resolver esse problema”*.

De outro lado, o problema dos desvios, da corrupção, sim, que se faz presente, como se faz, infelizmente, em grande parte da vida nacional, seja nos Governos, seja nas empresas, e assim por diante. Há desvios e corrupção? Claro que há.

Voltando à mesma Igreja, fui apresentado por Dom Cláudio Hummes, depois reforçado por Dom Odilo Scherer e Dom Orani, a uma entidade chamada CEAT, que se apresentou no nosso gabinete — apresentou-se ao Presidente Lula, em primeiro



lugar — para pedir apoio para uma entidade que se afigurava como uma entidade que realizaria um belo trabalho no sentido de retreinamento dos trabalhadores desempregados em São Paulo e no Rio de Janeiro. Essa entidade, o CEAT, funcionou, durante alguns anos, de maneira muito adequada. O problema é que felizmente a nossa própria malha de fiscalização, através da CGU — e quero ressaltar o papel que esse Governo teve em dar à CGU o papel que ela tem; V.Exas. viram a extensão e a clareza com que ela trabalha e as iniciativas que ela toma —, detectou algumas irregularidades e comunicou ao Ministério do Trabalho. Essa entidade, então, foi fiscalizada. Aí se percebeu que infelizmente ela, que tinha uma apresentação tão bem fundamentada, por figuras tão especiais, assim como a Dra. Zilda também, no caso da Pastoral da Criança, cometeu atos de corrupção. Alguns de seus membros, não todos, cometeram atos de corrupção. Infelizmente, tivemos de suspender todo o trabalho dela, em grande parte meritório, por causa dessa corrupção. É da vida.

Eu queria me referir ainda a uma das questões que motivou a nossa chamada aqui, que foi o patrocínio que fizemos ao congresso do MST, que ocorreu aqui em Brasília. Eu quero lembrar aos senhores que o patrocínio que nós realizamos ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, aqui em Brasília, não foi ao congresso, foi a uma feira agroecológica que eles realizavam como expressão da produção que já vinham realizando em todo o País.

Quero trazer para os senhores os dados que eu colhi. Como se trata aqui de uma Comissão de Fiscalização e Controle, convido esta Comissão a designar um grupo de Parlamentares, se for o caso, para visitar alguns desses centros de produção a que vou me referir aqui, para, com os próprios olhos, verem, verificarem e comprovarem aquilo que nós estamos falando aqui.

As cooperativas que estavam representadas nessa feira, no ano passado, localizadas em Minas, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, produziram e processam 5,5 milhões de litros de leite por dia em toda sua extensão; elas produziram 22,5 mil toneladas de arroz ecológico no Rio Grande do Sul e 17,3 mil toneladas de arroz em sua produção em Querência do Norte, no Paraná; produziram 12,7 mil toneladas de feijão num ano; em São Paulo, Alagoas e Ceará, produziram 2,7 mil toneladas de farinha; produziram 63 toneladas de sementes



orgânicas de hortaliças que se espalham por todo País; produziram 230 toneladas de sementes de arroz; produziram 380 toneladas de sementes crioulas de milho, para preservar as espécies originárias que também são mandadas, grande parte delas, para o Nordeste; produziram 450 toneladas de feijão; produziram, em Minas, no Espírito Santo e no Paraná, 145 mil sacas de café em 1 ano.

É essa produção que nós apoiamos na feira agroecológica ocorrida aqui no Ginásio Nilson Nelson. Eram 20.000 pessoas que se comportaram absolutamente com grande disciplina ao longo de toda a semana e fizeram uma reunião com a Polícia Militar para prover todo o acompanhamento do processo. É verdade que houve um incidente lamentável aqui na frente do Palácio. Eu estive com eles e recebi o documento deles. Até aquele momento, não havia nenhum problema. De repente, eclodiu um problema no final da manifestação, que, se for o caso, depois posso me referir a ele, mas quero dizer aos senhores que, da parte do movimento, da parte da direção do movimento, havia a mais clara determinação para que nada ocorresse fora de uma manifestação democrática. Essa era a vontade e a determinação do movimento.

Quero lembrar aos senhores que a Caixa Econômica Federal, a PETROBRAS e o Banco do Brasil, que ajudaram a financiar essa feira, são as mesmas entidades que em 2013, nas iniciativas do agronegócio, meritoriamente — estou me referindo, por exemplo, à Feira Agropecuária da minha cidade de Londrina, à Agrishow de Ribeirão Preto e tantas outras —, nós investimos 4 milhões 225 mil e 100 reais, insisto, meritoriamente, na publicidade dessas entidades nessas feiras. Nas feiras de agricultura familiar, nesse mesmo ano, foi investido um terço disso, em torno de 1 milhão 315 mil 530 reais.

Esse processo de patrocínio não se dá por licitação, mas por escolha direta. O modelo de patrocínio não se faz por licitação. Você faz um acordo com o promotor daquele evento e exige que a tua marca, que a tua propaganda seja apresentada naquele evento como forma de divulgação da tua marca, seja ela o Banco do Brasil, a Caixa, a PETROBRAS. Isso tem sucedido nos grandes eventos do agronegócio e nos eventos da agricultura familiar. A juízo do nosso Governo, ambos são fundamentais para o nosso País e podem viver, sim, de maneira harmônica.



Quero concluir, Presidente, dizendo que para nós, do Governo Federal, é fundamental que continuemos a fazer essa fiscalização, que nunca antes foi realizada com esse rigor em todas as áreas. O senhor sabe muito bem disso. É fundamental que nós estabeleçamos de fato uma nova regra, uma nova lei, um novo conjunto de determinações legais que permitam que essa relação se dê de maneira transparente, simples e precisa, para que nenhum tostão do dinheiro público seja pervertido ou extraviado.

Nós já estabelecemos alguns decretos. A Presidenta já avançou em algumas coisas, exigindo, primeiro, chamada pública em todo tipo de colaboração ou convênio; segundo, já exigimos que a entidade tenha pelo menos 3 anos de serviços prestados, portanto, com idoneidade comprovada, e já exigimos também que os seus dirigentes tenham a ficha limpa.

É preciso avançar mais. Por isso, junto com a sociedade civil, elaboramos um projeto que veio ao encontro de um projeto já em tramitação, de mérito importante, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, depois com a participação também do Relator Rodrigo Rollemberg, e aqui na Câmara está na Comissão que tem sede nesta sala, na CCJ, onde encontra também um projeto do Deputado Esperidião Amin, também com a contribuição do Deputado Eduardo Barbosa, do PSDB, e que tinha como Relator o Deputado Ricardo Berzoini. Não sabemos como vai ficar se confirmado de fato o chamamento do Deputado Berzoini. Não sabemos qual o próximo Relator.

Eu queria insistir com os senhores que é de fundamental o empenho, na linha do que já disse o Jorge, para que nós de fato possamos assinar uma espécie de carta de abolição para as aspirações da sociedade civil e tenhamos de fato esse novo marco regulatório ainda este ano, o que vai nos permitir facilitar e ampliar esse tipo de colaboração tão importante para a sociedade civil e, ao mesmo tempo, coibir com rigor toda forma do funesto desvio do dinheiro público.

São essas as minhas palavras iniciais. Naturalmente, coloco-me à disposição dos senhores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Ministro Gilberto Carvalho a adequação de sua fala dentro do tempo regimental.



Determinamos à Secretaria da Mesa que encerre as inscrições para os Deputados, como acordamos no início da reunião.

Antes de passar a palavra ao Deputado Fernando Francischini, terá a palavra o Deputado Felipe Bornier, Segundo Vice-Presidente da Comissão, que gostaria de fazer uma consideração.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Boa tarde, Presidente Hugo Motta! Boa tarde, Ministro Gilberto Carvalho, Ministro Jorge Hage, representante da CGU, Ministro Manoel Dias, quero dizer da importância deste momento da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, que está, de certa forma, voltando a exercer o seu papel aqui nesta Casa, que é o de dar mais transparência para a sociedade, promovendo grandes debates para alertar sobre a importância de cada um dos Ministros no dia de hoje.

A sociedade exige um pouco mais de todos nós, e o Governo, de certa forma, parece que passa um pouco dessa insegurança ao estar presente nas Comissões e dar, acima de tudo, as respostas de que hoje a sociedade necessita.

Lembro que a audiência pública de hoje está acontecendo para debater não somente a questão das irregularidades das ONGs, mas também a relação do Governo Federal com o MST, coisa que não foi colocada ainda, mas certamente será levantada pelos nobres Parlamentares através de suas perguntas.

O nosso papel, acima de tudo, é esse. Estamos aqui para dar a nossa contribuição em relação a essa modernização, de forma a minimizar os problemas e não aceitar mais esses desvios de dinheiro público. Esperamos apresentar propostas neste debate de hoje para que esse 1% das ONGs não acabe manchando os outros 99% das ONGs, que fazem um trabalho sério no Brasil.

Desejo um debate qualificado a todos vocês! Ressalto a importância do papel desta Comissão, que é dar transparência e maior poder de fiscalização e oportunidade para os Ministros e representantes da sociedade civil poderem apresentar seu ponto de vista para a sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Felipe Bornier.

Mais uma vez, agradeço a exposição dos nobres Ministros.



Passo a palavra para o Deputado Fernando Francischini, autor do Requerimento nº 586, de 2014. S.Exa. dispõe de 10 minutos. Esta Mesa será extremamente rígida com relação ao tempo da fala dos nobres Parlamentares, para que tenhamos um bom funcionamento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar V.Exa. e o Deputado Felipe Bornier. Cumprimento também o Ministro Jorge Hage, o Ministro Manoel Dias e o Ministro Gilberto Carvalho pela presença e pela explanação.

Inicialmente, pergunto ao Ministro Gilberto Carvalho se conhece a figura histórica desse quadro que está nesta Comissão. Acho que é o da Inconfidência Mineira, de Tiradentes. *(Pausa.)*

Uma das ONGs contou a história bonita de algumas que fazem um trabalho sério, com o qual a gente concorda, como a Pastoral da Criança. Eu acho que 90% ou mais das ONGs sérias do nosso País fazem um bom trabalho. Entretanto, parte dessas organizações que estão fazendo convênios no Ministério do Trabalho, desde que nós chegamos aqui, há quase 4 anos, não são mais organizações não governamentais, são organizações criminosas que estão atuando. Não sou eu que tenho falado isso, mas o Ministro Jorge Hage, que está do lado de V.Exa. e que bem explanou essa problemática. Às vezes, a gente usa uma expressão horrível, como a que eu usei com a sua assessoria, para dizer do respeito que eu tenho pelo senhor e pelo ambiente com o qual o senhor tem convivido, Ministro Jorge Hage. O senhor tem o nosso respeito, porque muitas vezes o senhor é uma voz pregando no deserto.

Essas organizações têm feito a população ir às ruas do nosso País. Toda vez que alguém não vê um posto de saúde na sua esquina com atendimento decente, toda vez que a escola não tem merenda escolar porque o programa de alimentação da agricultura familiar tinha que atender, mas não o faz e não tem comida para criança, toda vez que não tem uma viatura na segurança pública, todo o mundo vê nos jornais e na televisão o dinheiro escoando pelo ralo da corrupção. Alguns dizem que chega a mais de 30%.

Eu acho que todos nós, autoridades e Deputados, notamos que a população cansou de ver relatórios tão bem feitos, como o da CGU, mas nenhum resultado



efetivo quanto a estancar a continuidade. Indicar e não ter resultado nenhum eficiente é a mesma coisa que fazer o que eu falo para o senhor, Ministro Jorge Hage: pregar no deserto. E já se vão 11 anos e alguns meses do atual Governo. É complicado!

A gente teve vários fatos só nos últimos anos. Em 2011, a Presidenta Dilma, numa entrevista ao *O Globo*, disse que iria suspender os pagamentos de convênios, porque iria fazer um pente-fino para avaliar a regularidade, porque anteriormente já tinha denúncias de ONGs cobrando taxas por vagas no Programa Minha Casa, Minha Vida, que foi suspenso por 30 dias, mas voltou tudo a acontecer.

Depois a gente viu o estudo feito por vários jornais, dentre eles um do *Estadão*, numa matéria mostrando a atuação da CGU de 2003 a 2013. Em 2009, a CGU fiscalizou 240 Prefeituras; em 2010, 180; em 2011, 120; e, no ano passado, 60 Prefeituras. O orçamento da CGU ficou no mesmo padrão, quer dizer, até aumentou. Então, não foi o corte de orçamento. Saiu de 690 milhões autorizados em 2010 e chegou a 810 milhões este ano, mas diminuiu a fiscalização em Prefeituras. A constatação do *Estadão* foi a diminuição da fiscalização.

Eu queria também citar os três Ministros e alguns dados alarmantes que eu ainda não li na imprensa, mas sobre os quais a assessoria da Liderança do Solidariedade fez um pente-fino no TCU e na CGU. Eu achei importante. O senhor citou alguns, Ministro Jorge Hage. A CGU analisou o estoque de contas de convênio no final de 2012 no Ministério do Trabalho e Emprego e encontrou mil convênios parados, sem análise. O senhor mostrou ali na tabela, Ministro Jorge Hage, que há 1.075 convênios com prestações de contas recebidas, sem análise conclusiva. Deve ser essa comissão com nove funcionários da Caixa que o Ministro Manoel Dias está montando para ter um resultado positivo. O senhor sabe quantos bilhões de reais somam esses 1.075 convênios que até hoje estão no porão, sem nenhuma prestação de contas? Um total de 4.956.982.000 reais, mas ninguém foi ver se existe nota fiscal, se o serviço foi prestado. Agora talvez se inicie um trabalho de averiguação, mas 11 anos para a gente montar...

Das 572 prestações de contas apresentadas à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, SPPE, nos últimos 3 anos, 2010, 2011 e 2012, apenas 21



foram apreciadas. Ora, 21 de 572, Sr. Presidente! Isso dá 3,67%, mais de 3% nos convênios do Programa Seguro-Desemprego do trabalhador formal, Ministro!

A auditoria do Tribunal de Contas da União também nos traz um dado mais do que alarmante. Só nesse resultado de procedimentos feitos em 5 meses do pagamento do seguro-desemprego do trabalhador formal, houve 55 milhões de pagamentos indevidos. Só de óbito, 634 mil reais foram pagos indevidamente, e ninguém fez o cruzamento com sistema de óbitos do Governo. Só de gente que já foi reempregada e ninguém cruzou os dados com CNIS e CAGED, foram pagos 36 milhões indevidamente. O somatório, em 5 meses, é de 55 milhões.

Segundo o TCU, em 1 ano, seguindo o mesmo o padrão, já que não há fiscalização efetiva, não há uma auditoria interna contratada pelo Ministério do Trabalho. Ultrapassaria, só nesse programa, 130 milhões de reais de malversação.

Vamos para o terceiro, Sr. Presidente. Em relação ao Programa Seguro Desemprego do Pescador Artesanal, fiz um levantamento minucioso de 2002 a 2011. Em 2002, havia 91 mil pescadores artesanais recebendo seguro desemprego. V.Exa. sabe quanto é hoje, Deputada Flávia? Em 2011, havia 647 mil pescadores, no Brasil, recebendo Seguro Desemprego Pescador Artesanal. Sr. Ministro, o IPEA é um órgão sério — pelo menos é a visão que nós temos. Sabe o que o IPEA falou disso? Falou que 47% dos beneficiários, segundo estudo do IPEA, não preenchem os requisitos, ou seja, só existiriam, dos 584 mil indivíduos que receberam aumentos, uma parcela do seguro desemprego, só 275 mil, que eram realmente pescadores artesanais. Esse pagamento indevido, atualizado, daria em moeda de setembro de 2013 algo como 767 milhões de reais de pagamentos indevidos. Será que a gente está louco, maluco? É o IPEA, o TCU, a CGU, que é do Governo. É a auditoria interna que tem no INSS e em outros órgãos. Por que o Ministério do Trabalho não contrata uma auditoria externa? Só há a CGU, sozinha, remando e lutando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - S. Exa. Dispõe de 1 minuto para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Queria meu tempo de Líder também, Sr. Presidente. Eu queria finalizar com as perguntas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Seu tempo de Líder será juntado. S. Exa. falará após os autores.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu queira deixar três pequenas perguntas diretas no minuto que eu ainda tenho. Eu queria, Sr. Presidente, perguntar, primeiro ao Ministro Jorge Hage: depois de tudo o que S.Exa. mostrou para nós, quando é que a gente vai ter resultado? A população está nos assistindo. Quando é que vai parar de ter um escândalo atrás do outro, nesses Ministérios, envolvendo ONGs? Queria perguntar ao Ministro Manoel Dias, que explicou a questão do Delegado de Polícia Federal, que diz assim no relatório final, não sei se o senhor o tem: *“Por se tratar de autoridade com foro privilegiado e prerrogativa de função, e aparecendo o nome do atual Ministro Manoel Dias, como possível corresponsável pela contratação indevida de empregados, a empresa ADRVale, com indícios de malversação de verba federal, propunha imediata remessa do Presidente feita ao Supremo para continuidade da persecução penal”*. A pergunta é: se ele for indiciado pela Polícia Federal, ele vai pedir demissão do seu emprego de Ministro? Ao Ministro Gilberto Carvalho, o nosso respeito, porque eu estou há 4 anos aqui e hoje eu tenho certeza de que o grande articulador deste Governo do PT é V. Exa. V.Exa. está em todas as operações da Polícia Federal, em que coloquei o seu nome. Em todas, Ministro. Das operações em que S. Exa. é citado, eu vou fazer uma relação rápida: Satiagraha, Esopo, Agro-Fantasma, Pronto Emprego, Porto Seguro. S. Exa. é sempre citado. E eu queria, dentro desse programa todo, perguntar por que na Presidência da República estão sendo feitos 781 convênios? Nos últimos anos, totalizam, na Presidência, convênios com entidades privadas, 359 milhões e 653 mil reais. Nós não temos Ministérios com atividades fins? Precisa a Presidência executar convênios nesse valor? Eu acho um valor muito alto para ter 40 Ministérios temáticos, e a gente ter isso tudo. Então, eu guardo o meu tempo de Líder. Eu uso só esse minuto final, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos passar a palavra para o Deputado Mendonça Filho, que também subscreveu o requerimento do Deputado Fernando Francischini. S. Exa. dispõe de até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros de Estado aqui presentes, já devidamente nominados, o



assunto é por demais importante e tem merecido destaque na imprensa nacional o acompanhamento da ação do Governo no que toca ao financiamento de ONGs com o propósito sempre nobre que foi bem elencado pelo Ministro Gilberto Carvalho. Mas, na prática, você assiste a derivações extremamente negativas, porque os últimos episódios relatados pela mídia, pela imprensa nacional, dando conta de organizações não governamentais vinculadas ao MST realizando protestos em Brasília, ameaças, inclusive, de invasão do Supremo Tribunal Federal, o último ato do MST em Brasília, não de se lembrar claramente, que ocorreu em um ambiente em que a sessão do Supremo Tribunal Federal foi suspensa por decisão do Presidente do Supremo, tendo em vista uma ameaça de invasão do MST àquela Casa da Justiça, a mais alta Corte do País. Sempre a alegação é a de que há uma feira de artesanato, uma feira de pequenos agricultores, e ninguém está aqui para negar apoio, valorização à pequena produção, a pequenos agricultores no Brasil. Muito pelo contrário, qualquer autoridade que já exerceu uma função pública sabe que essa é uma responsabilidade direta do Estado. Ocorre que o objeto ou objetivo do apoio governamental a partir dessas iniciativas é sempre triangular. Usam-se ONGs com o objeto nobre de estimular uma atividade de pesquisa, uma feira de pequenos trabalhadores, mas, quando se sabe claramente que a finalidade maior é dar sustentação ao movimento de trabalhadores que tem como objetivo realizar em muitos momentos baderna, bagunça, ocupação e invasão de prédios públicos, como relatei há pouco, no que diz respeito ao Supremo Tribunal Federal.

A Justiça só serve quando ela está ao lado das teses e das convicções que se defendem, não como um ente maior e institucional do Brasil, e aí envolvem-se empresas como PETROBRAS, Caixa Econômica Federal, BNDES para operar essa rede e essa cadeia que tem objetivos aparentemente nobres, mas que, na verdade, no seu bojo, o objetivo central é movimentar essa massa como massa de manobra do partido que está no poder, do partido dos trabalhadores. Esse é o cerne da questão. Evidentemente que o apoio a uma ONG ou a qualquer ONG que faça e execute a sua tarefa com objetivos claros de resgate de valorização do trabalho rural no Brasil tem que ser reconhecido e respaldado por nós.

Ocorre inclusive, Ministro Gilberto Carvalho, Ministro Hage, situações em que me pergunto se esse é o caminho, por exemplo, para desviar o foco. Boa parte das



denúncias nos últimos anos aqui, no Parlamento, dando conta de apoio a movimento de MST, triangular com ONGs, dava-se pelo orçamento direto da União sob controle do Parlamento brasileiro, do Congresso Nacional, a que cabe aprovar o Orçamento da União através do Ministério da Reforma Agrária, Ministério da Agricultura, entre outros órgãos.

Qual é a tática hoje, para se fugir da fiscalização do SIAFI e dos órgãos de controle? A tática é sair do Orçamento público, tanto quanto seja possível. Rementem-se recursos para a Fundação Banco do Brasil, utilizam-se BNDES e Caixa porque, como é rubrica global, que não está, digo, disponível à aplicação dos recursos, o Parlamento, a imprensa, a sociedade, não podem fiscalizar e aí turbinase uma operação que tem conexão direta com aquilo que é o objetivo central do Governo, que é controlar esses movimentos, tendo como objetivo central o poder, a manutenção do poder e a efetivação dos objetivos, e quem está no Poder hoje é o PT.

De acordo com o § 3º do Regimento Interno, Presidente, faculta-me estender a atos conexos. E a gente fala aqui sobre PETROBRAS, financiamento da PETROBRAS a MST e a ONGs vinculadas ao MST. PETROBRAS hoje é um tema do Brasil. Já há algum tempo, há algumas semanas, iniciando com a SBM, empresa holandesa que contou com contratos com a PETROBRAS, provocou, inclusive, a votação de uma Comissão Externa aqui no Parlamento. E evidentemente eu tenho que entrar no tema.

Eu tenho um Ministro aqui extremamente político, competente na sua missão de ser o interlocutor do Governo, e outro Ministro a quem cabe ser o Controlador-Geral da União. E, aí, estendendo a conexão para a PETROBRAS, evidentemente a gente entra no tema que está no debate do Brasil e do Parlamento também.

Eu falo especificamente da demissão do Diretor da BR Distribuidora, Dr. Nestor Cerveró.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Mendonça, o assunto tratado por V.Exa...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Presidente, o Regimento Interno me faculta...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Mendonça, V.Exa. sabe...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - É matéria conexa à PETROBRAS. Está no tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ...do procedimento que nós temos usado Esse não foi o assunto pelo qual os Ministros foram convocados.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - V.Exa. quer me censurar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. Eu não estou lhe censurando.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Está me censurando, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. Não. Não estou.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu nem fiz a pergunta, Presidente. Eu nem fiz a pergunta. Eu estou querendo fazer a pergunta. Permita-me fazer a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu irei permitir e V.Exa. terá o tempo.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Permita-me falar, por favor. Se os Ministros decidirem não responder à pergunta que eu fizer, é de livre arbítrio dos dois Ministros presentes. Mas eu tenho a liberdade, como Parlamentar, de falar, de falar, porque essa é a minha missão como Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É o que V.Exa. tem feito nesta Comissão de maneira democrática, e nós temos respeitado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Então, permita-me falar. Permita-me falar...

(Não identificado) - Mas não tem tempo, Presidente.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não censure as minhas palavras, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O tempo está sendo controlado, Deputado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não censure as minhas palavras, Presidente, por favor. Em nome dos princípios democráticos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Excelência, eu só estou dizendo que os Ministros não terão que responder se V.Exa. abordar temas pelos quais eles não foram convocados a esta Comissão.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Correlatos, de acordo com o Regimento Interno. O Regimento Interno da Casa me permite isso. E eu vou colocar de forma objetiva.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Isso é quebra de procedimento e quebra de acordo. Quebra de acordo na Comissão.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não. Não é questão de acordo, Deputado Edson.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - É quebra de acordo.

(Não identificado) - Não teve acordo nenhum.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Essa convocação foi feita sobre determinados pontos. Isso é quebra de acordo.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - É questão de conexão. PETROBRAS está citada no Regimento. V.Exa. não quer tocar no assunto PETROBRAS, mas eu desejo e irei falar sobre o assunto PETROBRAS. Se os dois Ministros não quiserem falar sobre PETROBRAS, é responsabilidade dos Ministros.

(Não identificado) - A Comissão já aprovou outras audiências para tratar desse tema.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não tem, não tem, não tem discussão. É uma liberdade que eu tenho como Parlamentar de falar do assunto que me vem à cabeça.

E, aí, eu digo o seguinte: o Cerveró foi demitido da PETROBRAS, da BR Distribuidora, depois de 7 anos ocupando a função. Eu pergunto aos dois Ministros, uma opinião política, Dr. Gilberto Carvalho, Dr. Jorge Hage Sobrinho: ele foi demitido por incompetência ou por ato de corrupção? Por que se levou tanto tempo, 7 anos, para se entender que o Cerveró deveria ser demitido? Por que 7 anos depois? Qual o tipo de auditoria, de apuração, que a CGU executou? Até porque, essa matéria Refinaria de Pasadena não é uma matéria nova, é uma matéria antiga, é uma matéria conhecida e publicada várias vezes.

(Não identificado) - Requentada, Excelência. Requentada.



O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não é requeutada. Não é requeutada.

(Não identificado) - V.Exa. poderia ser até o objeto da audiência.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não é requeutada. Não é requeutada. Não é requeutada. É uma matéria em aberto. É uma matéria sobre a qual o Brasil exige uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Mendonça Filho, peço que V.Exa. conclua.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Para finalizar, Presidente, eu queria saber o seguinte: o que se acha, o que os dois Ministros acham de um prejuízo gerado à PETROBRAS da ordem de 1 bilhão e 100 milhões de dólares? É alguma coisa normal? É alguma coisa aceitável? O escândalo de Pasadena foi publicado. Por que tanto tempo depois a CGU resolveu instaurar um processo disciplinar do caso de Pasadena? Por quê? Por que tanto tempo depois? Por que se passou tanto tempo para se apurar um caso que já era de conhecimento público há tanto tempo? E por que a Presidenta da República não recomendou, se ela tinha a visão de que se tratava de uma irregularidade, não recomendou essa apuração pela CGU há mais tempo se ela sabia que ele era incompetente ou corrupto, porque para mim não há uma terceira opção.

(Não identificado) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O art. 220, no seu parágrafo 3º, diz: *“O Ministro de Estado somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre assunto objeto de sua exposição ou matéria pertinente à convocação”*.

O Deputado Mendonça Filho usou o seu tempo regimental, democrático, e abordou assuntos sobre os quais V.Exas. não estão obrigados a responder. Eu quero deixar V.Exas. inteiramente à vontade para responder ou não aos questionamentos do Deputado Mendonça Filho, pois, como conhecedor do Regimento, sabe que a convocação não trata do tema abordado por S.Exa.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - V.Exa. já está induzindo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos agora à inscrição dos Líderes. Faremos em bloco de 5 minutos.

Concedo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris.



O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, uma questão de ordem, citando o número do artigo do Regimento. A questão de ordem que eu levanto, Presidente, é a seguinte: V.Exa. leu o Regimento Interno e, no seu art. 220, fica evidente que os Ministros estão aqui para falar de determinado tema. A estratégia adotada pelo Deputado Mendonça Filho, a quem respeito, obviamente, é fugir do tema, descumprindo claramente o Regimento.

A questão de ordem que eu levanto, Presidente, é a seguinte.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Para contraditar, Presidente.

(Não identificado) - Para contraditar também.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - A questão de ordem que eu levanto é a seguinte. Se algum Parlamentar não se atém ao tema, não há como manter a palavra, não há como manter a fala.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Presidente, eu me inscrevi para contraditar.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Até porque...

(Não identificado) - Questão regimental não há como refutar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Até porque nós já temos aprovadas aqui outras audiências referentes a esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - À questão de ordem quem tem que responder é a Presidência.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Regimentalmente, Presidente, eu me inscrevi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A questão regimental será respondida por esta Presidência. Mas eu quero dizer ao Deputado Pepe Vargas que, pelo nosso estilo, nós jamais partiremos, a não ser que o Deputado abuse do seu direito, para o expediente de cassar a palavra de quem quer que seja. Afinal, nós estamos no Parlamento.

O Deputado Mendonça Filho falou e, ao final de sua fala, nós registramos aqui que o Regimento Interno acoberta os Ministros para tratarem somente dos assuntos pelos quais eles foram convocados. Os Ministros estão cientes, ouviram a



nossa colocação e esta Presidência dá o caso por encerrado, dando seguimento à inscrição para o debate.

Concedo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris, como Líder. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Presidente, contraditar uma questão de ordem é regimental.

(Não identificado) - É regimental.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - É regimental. V.Exa. pode...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - Ele extrapolou de maneira alguma. A PETROBRAS financiou ONGs e foi, a partir desse raciocínio que a gente entrou na questão da PETROBRAS.

(Não identificado) - Querem revogar a liberdade de expressão aqui, agora, Presidente. Censuraram ideologicamente o Deputado Mendonça Filho.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Um minuto para contraditar, Presidente.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Aí é liberdade de conclusão. V.Exa. acolhe ou não a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Um minuto para contraditar, Presidente. Um minuto para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Mendonça Filho, V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu quero dizer ao eminente Deputado Pepe Vargas, com todo o respeito, que não cabe a nenhum Presidente da Casa ou de Comissão desta Casa cassar a palavra, tendo em vista o conteúdo da palavra de um Parlamentar. Eu disse que existia matéria correlata. No financiamento às ONGs... Está posto nos requerimentos, nas discussões *“financiamento colocado pela PETROBRAS”*, que é utilizada politicamente para fomentar muitas ações desses movimentos sob controle do Governo, e tem correlação direta com a falta de foco da empresa, que hoje se envolve em vários escândalos de corrupção.

Então, para mim, há a conexão derivada da própria PETROBRAS. Não é o que disse o Deputado Pepe Vargas. Eu discordo de forma veemente dele, e quero,



inclusive, cumprimentar V.Exa., Presidente, pelo fato de ter me assegurado a palavra. Porque no dia em que esta Casa adotar uma postura de censura, a gente vai ter que fechar o Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - À Presidência cabe ordenar os trabalhos, inclusive cortar a palavra, Deputado. Quando o Deputado não se atém ao Regimento Interno, cabe, sim, cortar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós temos, nesta Comissão, a presença de três Ministros de Estado, que estão nos ouvindo. Temos diversos Parlamentares que querem fazer os seus questionamentos, e ficamos muitas vezes presos a discussões que não nos levarão a lugar algum.

Deputado Vanderlei Macris, V.Exa. tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Presidente, uma questão de ordem. Eu tenho a palavra também como Líder e quero saber se posso agregá-la à minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Já é como Líder que V.Exa. vai falar.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Por 10 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Posso agregar, então, a minha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em convocação são 5 minutos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Posso agregar a minha inscrição como membro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Como membro? Pois não, V.Exa. tem até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Ministros, pela presença. A minha pergunta não é nada pessoal. É apenas a responsabilidade de um Parlamentar pelas responsabilidades de gestão que têm cada um de V.Exas.

Ao Sr. Jorge Hage, eu gostaria de dizer o seguinte: eu vejo aqui, Sr. Ministro, que, no ano de 2009, foram 3.143 convênios e, em 2010, 3.695. A partir de 2011 foi caindo e, em 2013, 1.405 convênios. Pois bem, uma queda de mais de 100% neste



caso, se a minha conta está correta. V.Exa. disse que tem feito cair o volume de convênios a partir de decisões, de ações do seu Ministério. V.Exa. já esteve aqui antes, já falou conosco nesta Comissão, e em outras também.

Pois bem, eu queria saber a opinião de V.Exa. Neste caso especificamente, como era a situação antes de 2009? Por acaso existia descontrole total? Essa é a pergunta que eu quero fazer, porque, se depois de 2009, nós tivemos uma queda dos convênios, de 3.143 para 1.405, em 2013, e V.Exa. diz que tem feito cair o volume de convênios — são as suas palavras —, depois de a Presidente Dilma editar decretos, etc. Quer dizer, houve uma regulação só a partir de 2009, pelo que eu estou entendendo. E antes, como era? Havia um descontrole? Quer dizer, o dinheiro público andava pelo Brasil afora com ONGs, OSCIPs, convênios, etc., sem nenhum controle? Essa é a impressão que me ficou dessa sua manifestação. Queria saber sua opinião sobre isso.

Agora a minha pergunta ao Ministro do Trabalho. Nós tivemos, Sr. Ministro Manoel Dias, a ONG Centro de Atendimento ao Trabalhador — CEAT, que foi amplamente colocada por dois Ministros. É uma organização da sociedade civil, de interesse público, com unidades em São Paulo e Rio de Janeiro e que executa processos de intermediação de mão de obra e programas de seguro-desemprego, etc.

O CEAT atua em parceria com os Governos Federal — ou atuava, não sei bem —, Estaduais e Municipais. Além disso, tem a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale dos Rios Tijucas e Itajaí Mirim — ADRVale, que também foi citada pelos três Ministros. Portanto, devem ser duas entidades muito preocupantes do ponto de vista do interesse do Governo. E a ADRVale é uma ONG criada pela Arquidiocese de São Paulo, conforme o Ministro Carvalho já falou. Desvinculou-se da Cúria e, a partir daí, começou a fazer convênios, de maneira desviada, com o Ministério.

Aí eu faço a seguinte colocação, Sr. Ministro Manoel Dias: conforme noticiado pela imprensa, a Polícia Federal fez buscas no Ministério do Trabalho, em Brasília, e constatou o desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro. Pois bem, o que o senhor tem a dizer sobre essas irregularidades constatadas pela Polícia Federal na



pasta onde V.Exa. se encontra, no cargo como autoridade máxima hoje? E antes já tinha uma atuação nessas questões.

A Polícia Federal prendeu diversas pessoas do Ministério do Trabalho e Emprego suspeitas de fraudes, pois estariam envolvidas em esquema de propina junto à ONG CEAT. O senhor conhece essas pessoas? Elas são servidoras do Ministério do Trabalho ou foram servidoras? Se servidoras, em que local elas se encontram em exercício no Ministério?

E agora outra pergunta: conforme se tem notícia, a Polícia Federal concluiu inquérito indicando a participação de V.Exa., Ministro Manoel Dias, que estaria envolvido nesse esquema para empregar militantes do seu partido. Pois bem, esses militantes seriam funcionários fantasmas de uma entidade de Santa Catarina que firmou convênios com o Ministério, recebendo 11 milhões de reais. Essa é a informação que eu tenho, da Polícia Federal, quanto à participação de V.Exa. nesse esquema.

V.Exa. poderia explicar por que o Sr. John Sievers recebia pagamentos mensais da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tijucas e Itajaí Mirim quando prestava serviços à Universidade Leonel Brizola? Além do Sr. John Sievers, o Sr. Ministro tem conhecimento de que outras pessoas também recebessem pagamentos sem prestar serviços para a ADRVale?

De acordo com a imprensa, a Polícia Federal concluiu que houve irregularidades no convênio com a ADRVale, como desvio de recursos, subtrações ilegais e não comprovação de recursos pactuados como foram feitos. Também relatou que apesar de sucessivos pedidos, a sua pasta sonegou dados no convênio, bem como não enviou dados sobre a análise na prestação de contas, e, como foi dito pela Polícia Federal, a sua gestão não mandou informações para a Polícia Federal.

Como o senhor explica essas irregularidades, a sonegação de dados sobre o convênio da ADRVale e o não envio da prestação de contas solicitada pela Polícia Federal?

E pasmem! Aqui tem uma matéria que diz o seguinte: *“À Justiça a PF relatou que, apesar de sucessivos pedidos, a gestão de Manoel Dias no Trabalho sonegou dados do convênio. Além disso, não enviou dados sobre a análise da prestação de*



contas. A Pasta alega não ter recebido informações completas porque um incêndio atingiu as instalações da ADRVale, tendo consumido parte dos documentos". Pois bem, parte dos documentos. É claro que, muito provavelmente, os documentos que envolveriam pessoas importantes desse Governo nessa questão. São 11 milhões de reais nesse convênio.

Portanto, eu gostaria, Sr. Ministro, que o senhor falasse sobre essas questões que eu acho da maior importância.

Quanto tempo há ainda, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quatro minutos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Pois bem. Vou continuar aqui. Vou falar agora com o Sr. Gilberto Carvalho.

Sr. Ministro Gilberto Carvalho, eu estou tendo o prazer hoje de conhecê-lo pessoalmente. Talvez, passagens em eventos, etc. e tal. V.Exa. é um Ministro que tem tranquilidade para falar. Até parece um padre. Nenhuma ofensa. Pois bem, o senhor tem tranquilidade para falar, mas é uma pessoa que tem efetivamente uma estrutura e uma bagagem intelectual e tem concepções a respeito da vida pública, sabe onde está e aonde quer chegar. V.Exa. tem uma atividade muito importante dentro do seu Ministério, e vou dizer uma coisa a mais, especialmente numa questão específica.

Nós tivemos notícias, e o relatório da Operação Pronto Emprego, da Polícia Federal, revelou que V.Exa. era tratado por um grupo considerado pela Polícia Federal como quadrilheiro, que atuava no Ministério do Trabalho como interlocutor da Pasta para obter aditamentos e novos repasses de verbas para o Centro de Atendimento ao Trabalhador. O senhor já falou sobre isso aqui hoje, mas eu gostaria de um pouco mais de explicação, se era essa a concepção que tinham também essas pessoas que a Polícia Federal indicou como quadrilheiros.

Também existem notícias de interceptações telefônicas da Sra. Georgette Oliveira, Presidente da ONG, e que diante a preocupação do grupo com a perda de espaço no Ministério, a cúpula dizia o seguinte: "*O Gilberto Carvalho irá resolver*". Todos nós conhecemos esse episódio, etc. e tal, e V.Exa. deve ter se cansado de explicar a respeito disso aí. Eu quero saber o seguinte: Como é que V.Exa. explica a ligação telefônica interceptada da Sra. Georgette e como está a investigação desse



caso? Eu quero saber o seguinte, Sr. Ministro: V.Exa. foi considerado investigado pela Polícia Federal?

O senhor foi considerado testemunha pela Polícia Federal?

O senhor foi chamado para prestar depoimentos a respeito disso ou simplesmente isso passou ao largo da sua gestão como Secretário?

Outra questão. Quais os objetivos da Secretaria-Geral, que apoiou o financiamento ao manifesto do Movimento Sem Terra na Esplanada dos Ministérios, em fevereiro deste ano, e que terminou com violência? Segundo notícias, mais de 30 policiais ficaram feridos. Qual foi o papel da sua Secretaria nesse episódio de financiamento? V.Exa. também já falou, mas seria importante considerarmos oficialmente a sua palavra aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mais 1 minuto.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E dizer, Sr. Ministro, que o que V.Exa. considera financiamento de ONGs, eu considero aparelhamento; eu considero controle. E o senhor tem absolutamente convicções pessoais muito arraigadas para saber o que está fazendo e de que forma.

Eu vou na mesma linha do que o Deputado Mendonça Filho disse aqui agora: a serviço de um partido político com controle sobre os sindicatos, sobre as centrais sindicais, sobre os movimentos estudantis, sobre as ONGs, sobre as OSCIPs, tudo isso a partir de financiamentos do Governo Federal.

O senhor acha correto que, dentro dessa lógica, essa situação esteja colocada no nosso País, que precisa muito de controle das questões sociais, precisa de controle sobre envolvimento da sociedade organizada de maneira democrática? Quer dizer, não seria melhor que nós estimulássemos essas entidades a debater democraticamente o futuro dos País, em vez de caminhar na direção de financiar essas entidades, que, do ponto de vista natural, haverão de ser parceiras de quem constrói essa lógica?

Era a colocação que eu queria fazer aos Srs. Ministros.

Muito obrigado pela atenção. Evidentemente, ficarei prestando atenção nas respostas que forem colocadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para falar como Líder, em nome do PT, tem a palavra o Deputado José Guimarães. V.Exa. terá até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - E vou recorrer ao mesmo mecanismo para aproveitar meu tempo da inscrição. Sou o primeiro como membro da Comissão de Fiscalização e Controle, Sr. Presidente. Eu estou inscrito. Ok?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Pois não, Sr. Presidente. Quero cumprimentar V.Exa. e os três Ministros aqui presentes.

Ministros Jorge Hage, Gilberto Carvalho e Manoel Dias, quando a Oposição sugerir a convocação dos Ministros e nós negociarmos, nas Comissões, os convites, eu vou sugerir à Oposição — sinalizo para que V.Exas. conversem no Governo —, a partir das falas de V.Exas. aqui, que quanto mais Ministros falarem dessas políticas melhor para o País.

Quem ouviu a exposição do Ministro Jorge Hage, da CGU — e eu esperava isso da Oposição —, deveria fazer um elogio, porque essa foi uma exposição republicana, que não foi feita, no passado, quando V.Exas. governaram o Brasil, porque os órgãos de controle não operavam, não fiscalizavam. Por que a corrupção agora tem taxas mais altas no Brasil, Ministro Hage? É porque agora se apura tudo. Não se apurava, não tinha taxa de corrupção no Brasil? Quem foi que deu à CGU essa estrutura e essa atitude republicana, senão os Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma?

Dizer aqui, Mendonça, Francischini, que o Ministro Jorge Hage fala no deserto, no mínimo, é uma maldade com esse Ministro. Aliás, eu já ouvi muitas falas nesse sentido, porque o trabalho que ele faz na CGU, Líderes da Oposição, é um trabalho de orientação de Governo, é orientação da Presidenta Dilma. Portanto, não tem que temer.

Muitas vezes, até para um País com as dimensões como o nosso, os fatos, os malfeitos acontecem em todos os quadrantes. V.Exas. deveriam elogiar o trabalho que a CGU faz hoje. A primeira notícia que eu vi hoje no jornal — e ninguém fala nada, Ministro Gilberto, Ministro Manoel Dias —, na *Folha de S.Paulo*, dizia assim... Aliás, eu nem me baseio muito nas notícias de jornais para fazer o debate com a



Oposição aqui dentro. Está aqui no jornal, Srs. Deputados: “*Executivo de 12 empresas são denunciados por cartel dos trens, em São Paulo*”. Quem é que governa o Estado de São Paulo?

A corrupção, os malfeitos estão dentro de todos os Governos. Quando os Governos não têm orientação para apurarem, evidentemente, que não se sabe nada, não se descobre nada, porque hoje não há nenhuma atitude, Líder Vanderlei Macris, do nosso Governo para encobrir nada. Havia no passado, mas não há mais.

V.Exas. falam da PETROBRAS, mas o Tribunal de Contas da União acompanha tudo da PETROBRAS. E se quer falar de PETROBRAS, logo V.Exas. que queriam vendê-la no passado! Vamos com calma, também não é assim. Portanto, quero chamar a responsabilidade da Oposição para este debate.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Ministro Gilberto Carvalho, quero também refutar, porque vejam o debate que é feito sobre as ONGs aqui! Há carga em cima do MST. O Deputado Mendonça chega ao absurdo de insinuar que há triangulação. E eu pergunto: V.Exa. está dizendo que houve triangulação do Governo para os repasses que foram feitos, para os seminários, para os eventos do agronegócio, entidades que ideologicamente têm muito mais identidade com V.Exas., e o Governo trata com esta máxima do Governo, de que país desenvolvido é país de todos, e, portanto, não discrimina ninguém?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sim, mas eu estou debatendo...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Ele vai identificar se houve triangulação ou não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Eu estou debatendo contigo, Mendonça.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu estou respondendo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Portanto, nós não podemos aceitar essa ação — não é a primeira vez que estou ouvindo aqui — de combate na tentativa de criminalização dos movimentos sociais, especialmente do MST. Não podemos aceitar isso aqui dentro. É preconceito.



Ministro Gilberto Carvalho, o que seria do meu Ceará sem as 120 mil cisternas construídas, e não só pela ASA — Articulação Semiárido Brasileiro? Parece que eles não conhecem o Nordeste brasileiro. Não só a ASA, mas várias outras entidades, e a Controladoria acompanhou a licitação e já são 180 mil cisternas. E dizem que as ONGs, as entidades nessa área prestam um desserviço? Eu diria que o Brasil só conseguiu diminuir os níveis de pobreza atualmente porque teve parcerias com essas entidades, e evidentemente o poder público teve papel também estratégico, Ministro Jorge Hage.

Essas entidades são fundamentais. Aliás, não é só a Dona Zilda Arns, a quem o Gilberto fez referência aqui, mas quantas entidades nesses anos todos produziram políticas públicas eficientes aqui no Brasil? Quantas políticas públicas... Aliás, no Ceará, o Programa Saúde da Família, iniciado no Governo do ex-Governador Tasso Jereissati, Ministro Gilberto, só teve o sucesso que teve porque na época fazia convênio não com as Prefeituras, mas com as entidades que desenvolviam a política pública de saúde da família.

Portanto, esse legado nós não podemos permitir que seja criminalizado neste debate aqui dentro. Não podemos, nós que somos de uma geração que ousou transformar e respeitar os movimentos sociais. Os mesmos movimentos sociais que foram ao Palácio, foram ao Supremo. Portanto, não tem essa de que o Supremo teve que suspender a sessão com medo de invasão do MST. Isso é conversa para boi dormir, com todo respeito aos meus colegas Parlamentares. É normal que o movimento social tencione contrariamente a qualquer Governo. Portanto, essa é a segunda questão que eu queria levantar aqui para os nossos convidados.

Terceira questão importante, Ministro Hage. Eu era Deputado Estadual, Deputado André Figueiredo, do nosso Ceará, eu era Deputado Estadual, Ministro Gilberto, em 2004, quando houve o primeiro sorteio da CGU, na época, para fiscalizar três Prefeituras. Olhem que foi um Deus nos acuda, na época do Waldir Pires na Assembleia Legislativa do Ceará. *“Ah! Mas isso é perseguição.”* Aí fizeram, Ministro Pepe, em três Prefeituras. Coincidentemente, uma do PT e duas que não eram do PT. Foi a primeira fiscalização feita. Foi um debate de altíssima radicalidade na Assembleia: *“Por que o Governo Lula estava fazendo aquela fiscalização?”*



Imagine, Ministro Hage, aquele início ainda tímido de fiscalizar os convênios, o uso do recurso público, como já se avançou segundo os dados que V.Exa. está levantando aqui! Quais foram as punições que foram feitas? V.Exas. não prestaram atenção no que foi escrito aqui no quadro, na lousa, na mesa? Quando eu estudei na escola pública no interior, a gente falava lousa com giz. Hoje é mais moderno, é transparência. Faz tempo que eu estudei no meu Quixeramobim, no Distrito de Encantado. Pois bem, estão aí os números. Quantos servidores já punidos? Em quantos contratos de ONGs que, eventualmente, em situação irregular, foram feitos os distratos?

Não podemos aceitar essa ideia de que as ONGs são inidôneas, Ministro Hage. Há muita gente séria neste Brasil. E não é preciso ser do PT, não. Eu sou testemunha da ação do Ministro Manoel Dias, que, quando houve a denúncia, colocou tudo em aberto e pediu apoio da CGU. Essas atitudes é que são atitudes republicanas e nós precisamos fazer esse reconhecimento aqui, Ministro, porque este Governo não tem que temer nada.

Aliás, nós vamos debater, Francischini, a questão da PETROBRAS na minha Comissão, para discutir isso com toda a transparência do mundo, para não ficar a ideia de que não se quer CPI por isso ou por aquilo. Não tem problema nenhum discutir, o que nós não podemos aceitar é o uso político disso com outros objetivos. Isso nós não vamos aceitar.

Portanto, eu queria finalizar, Presidente, dizendo da minha alegria de partilhar este momento aqui com os Ministros, porque é assim que a gente faz o debate, Ministro Gilberto, é assim que a gente faz um debate civilizado aqui dentro, radicalizado, com a Oposição. Nós não podemos ficar acuados aqui dentro como se o Governo tivesse... Olha só esse catatau de investigações que o Governo patrocina, via CGU, e o quê acontece nos quatro cantos deste País! As políticas públicas nunca tiveram tanta perenidade como agora, estão se transformando. Vou citar aqui o Mais Médicos, e aí se acontece uma denúncia entre 6 mil, isso se transforma numa CPI aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Guimarães.



O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Eu acho que essa lógica, esse caminho, Oposição, não levará V.Exas. a nenhuma vitória, não acredito! Nós temos que discutir, Presidente, o Brasil que nós temos e o que nós vamos construir a partir de agora, porque muita coisa é um legado extraordinário, e a minha bancada tem consciência disso. Não é colocando o dedo na cara de ninguém, não, nem acusando indevidamente também não. Eu já vi muitas manchetes de jornais acusando e, no outro dia, não é aquilo. Vamos ter calma, nós merecemos respeito, o Governo, seja qualquer Governo, e também os Governos Estaduais de V.Exas.

Portanto, eu quero aqui, Presidente, parabenizar as falas, as atitudes dos Ministros que vieram aqui, para dialogar conosco, dialogar com a Oposição e mostrar o que nós estamos fazendo de bom e de bem para este País.

Vou concluir, o companheiro Ministro Gilberto Carvalho foi claro: um convênio. V.Exa. está sendo chamado aqui, Ministro, sabe para quê? Para explicar um convênio que foi feito com a feira da agroecologia aqui em Brasília. Imagine, um Ministro de Estado! Mas tudo bem, eu imagino o transtorno. V.Exa. fica dizendo: "*Vai passar tanto tempo*". Mas tudo bem, faz parte do jogo democrático. Aliás, nós que construímos esta democracia e temos que conviver com ela democraticamente, respeitando a Oposição, mas num nível que permita o debate e não acusações infundadas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradecemos ao Deputado José Guimarães.

Passamos a palavra ao próximo inscrito, o Líder da Minoria, Deputado Domingos Sávio. V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, colegas Deputados, Srs. Ministros, eu inicio me dirigindo ao Ministro Jorge Hage, da Controladoria-Geral da União, e manifesto também o meu respeito.

Já inicio dizendo que uma coisa é nós aplaudirmos a ação, que é a missão constitucional, a razão de ser da Controladoria-Geral da União, que é de fazer exatamente a fiscalização interna, a auditoria interna permanente — essa é uma missão à qual eu não tenho dúvida de que o senhor se dedica e tem de nós um respeito absoluto; outra coisa é dizer que, ao ser feito isso e identificado os



desmandos, os malfeitos, nós vamos punir um Governo que está eivado de uma série de irregularidades. Portanto, ao se identificarem as irregularidades, cumpre-se a missão constitucional, com a qual nos solidarizamos.

A sua vinda aqui tem este propósito de nos trazer esclarecimentos. Isso não representa nenhuma atitude de desrespeito ou de desfeita, pelo contrário, é para contribuir com o senhor, para que aquilo que for identificado não fique só — e às vezes nem isso ocorre — na exoneração.

A minha primeira colocação, que eu já deixo para o senhor, é que, além das medidas de exoneração, eu vou começar por vários desses diretores que o senhor citou, de vários cargos comissionados — obviamente indicados pelo PT e pelos partidos que estão no Governo —, de cargos comissionados que foram demitidos por corrupção, quais as ações e como andam os processos na área penal, como andam os processos contra esses criminosos e como anda o trabalho para pegar de volta o dinheiro que roubaram e que o senhor teve essa oportunidade no processo de auditoria interna. Ou seja, um Governo tem na auditoria interna identificado o roubo, mas nós sabemos que auditoria interna não controla tudo, porque é um Governo que tem força política. É por isso que a Polícia Federal, vira e mexe, descobre, assim como a imprensa descobre.

Quando se colocam as questões envolvendo a própria PETROBRAS, não é para destruir a imagem da PETROBRAS, mas é para salvá-la, é para salvá-la do uso eleitoreiro, politiqueiro e partidário que vem sendo impetrado ali dentro.

Quando se questionam ONGs que são, em alguns casos, geridas por verdadeiras quadrilhas, não tem nada a ver com o que o interlocutor que me antecedeu disse, que nós estamos demonizando ONG. É para separar o joio do trigo. Nós sabemos a importância das ONGs em todo o Brasil, das APAEs, das Santas Casas, das instituições sérias. Agora, têm quadrilhas sendo apaniguadas e isso é sério, isso tem que ser investigado, sim.

Portanto, Ministro, a minha primeira pergunta é ao senhor, para que, além de exonerar, verifique essa questão, as ações no campo penal, criminal e, obviamente, para buscar de volta o dinheiro público.

Ao Ministro Manoel Dias, eu pergunto, de maneira objetiva, pelo menos uma coisa, porque eu quero ainda perguntar ao Ministro Gilberto Carvalho. Ministro



Manoel, o senhor conhece muito bem a nossa Constituição e sabe que a Constituição brasileira e a lei trabalhista brasileira alcançam todos no território nacional. Brasileiros e estrangeiros trabalhando no Brasil têm os direitos trabalhistas do Brasil. Quem vive no Brasil, quem mora no Brasil se submete às leis do Brasil. É um absurdo nós termos um Governo que anda querendo tratar quem vem trabalhar no Brasil sob as regras de Cuba.

Eu quero perguntar ao senhor de maneira objetiva: o senhor, como Ministro do Trabalho, acha razoável que um profissional receba um valor e outro profissional receba um valor muito menor para exercer absolutamente o mesmo trabalho, sob o subterfúgio de que um é convênio e o outro é contrato? O senhor vai aceitar que as empresas, que outras instituições comecem a usar esse subterfúgio? Podem dois cidadãos, dentro do território brasileiro, ter remunerações tão distintas?

E a diferença, que não é pequena, antes era de 90%, e, diante das denúncias, o Governo ficou constrangido e o próprio Governo de Cuba, porque a diferença é para financiar o regime autoritário de Cuba. Ou seja, paga-se...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado, vamos nos deter ao tema pelos qual...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ora, meu Deus, eu estou dentro do tema. Eu estou me dirigindo ao Ministro do Trabalho sobre um assunto que tem relação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas o assunto aqui não é o Mais Médicos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E que tem a ver com convênio, tem a ver com convênio! Afinal de contas, o Governo brasileiro celebrou convênio. Que seja uma organização internacional...

Sr. Presidente, o senhor, por gentileza, tem os seus compromissos com a base do Governo, mas a independência no comportamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu peço a V.Exa. que me respeite, porque eu não agi nenhuma vez aqui com parcialidade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu estou respeitando, mas estou alertando que o senhor me interrompe sem nenhuma razão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. respeite esta Presidência.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O senhor me interrompe sem nenhuma razão. Respeite este Parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Como respeito e tenho respeitado desde o primeiro dia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ...e respeite a minha linha de conduta aqui dentro, porque eu estou trabalhando a serviço do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - E a minha linha também. V.Exa. não vai ganhar aqui no grito!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, o senhor me permita concluir, eu estou me dirigindo ao Ministro e não ao senhor.

Sr. Ministro do Trabalho, eu concluo dizendo: é inaceitável que, sob o pretexto de um convênio com uma ONG internacional — e a matéria aqui é ONG, só para lembrar quem me interrompeu —, tratem de maneira diferente trabalhadores que exercem a mesma função. O senhor tem uma obrigação para com o País de dizer se o senhor acha que isso é correto, como Ministro do Trabalho.

Eu quero agora me dirigir ao Ministro Gilberto Carvalho.

Sr. Ministro Gilberto Carvalho, foi lembrada aqui a sua fala mansa, o seu jeito quase de padre. Eu sou católico também. Eu também prezo os mesmos princípios. Mas eu vou a fundo nisso. Eu não aceito misturar alhos com bugalhos no que diz respeito a ONGs. Eu não aceito, porque ONGs sérias — e são muitas — não são ONGs que usam até a Igreja, num primeiro momento, para depois roubar.

Portanto, eu quero voltar ao tema das organizações do MST, que o senhor defendeu em entrevista logo depois. E aí, não me venha querer dizer que a feira era uma organização e que o MST é outra. O órgão que celebrou convênio com a Caixa Econômica, com o BNDES, com a própria PETROBRAS, segundo informações que recebemos, é um órgão cuja conta está no *site* do MST para receber recursos de alguém que queira patrocinar atividades do MST.

Portanto, a entidade, a ONG que recebeu dinheiro público é ONG do MST. E essa ONG vem aqui para Brasília com 1 milhão e 150 mil reais de dinheiro público,



para, em poucas horas que fica aqui em Brasília, gastar 1 milhão e cento e poucos reais, e o senhor falou que financia feiras?

Eu fui Presidente de cooperativa, eu fui Presidente de sindicato rural. Olhem que pode ter uma ou outra, mas são centenas de lutas dos pequenos sindicatos — são pequenos, são pequenos —, que não recebem 1 milhão e 150 mil para uma atividade de 2 dias. Às vezes, com muita luta, os produtores tentam vir a Brasília e têm dificuldade de vir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - De repente, vocês patrocina 1 milhão e 150 mil, e esse povo vem e se une a petistas que estavam na porta do Supremo para protestar contra a prisão de mensaleiros, e o senhor diz que acha que isso é normal, que isso aí é democracia!

Ora, essas entidades querem desestabilizar o que é essencial na democracia, que é o Supremo Tribunal Federal. O senhor achar que o dinheiro público para patrocinar essa vinda é o correto. O senhor com certeza vai dizer que acha, mas eu faço essa pergunta para o Brasil me responder, além do senhor. Eu insisto, e que o senhor responda: *“Não, nós vamos... se o MST quiser vir aqui de novo invadir o Supremo, nós vamos patrocinar de novo”*. Tentaram invadir, o Ministro Lewandowski, que é um homem sério, teve que suspender a reunião.

O Deputado do PT está perguntando se eu estava lá. A imprensa do Brasil inteiro estava e foi suspensa a reunião.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - O tempo, por favor. Não é porque ele fala grosso que vai falar mais que os outros.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Domingos Sávio, para concluir. Não estou caçando a palavra de V.Exa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu vou concluir, mas vejo que incomoda, porque essas pessoas que se dizem democratas, a imprensa e o Brasil inteiro mostrou...

(Não identificado) - Que mentira incomoda, não é, Deputado?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E foi filmado eles tentando invadir, o MST, 30 policiais ficaram feridos e dois manifestantes, 30 policiais foram



agredidos, a imprensa noticiou isso. O Ministro acha que é normal financiar isso, como acha que é normal financiar outras entidades que estão invadindo terras produtivas, dizendo que aquela terra produtiva pertence a determinado índio ou determinado...

Lá em Minas Gerais, eu tenho exemplo claro disso em Pompéu e Martinho Campos. Levei isso ao senhor, levei à Ministra Gleisi Hoffman, mas nada se faz. Quem invade é quem está certo, quem produz está errado.

É isto que quero saber: se o senhor acha que é correto financiar quem vem a Brasília, que tenta invadir o MST, botando dinheiro público, botando dinheiro da PETROBRAS? Quem vive o que o Brasil inteiro está assistindo, nós queremos defender a PETROBRAS, não queremos que ela seja usada partidariamente como vem sendo usada, não queremos que ela se transforme em um braço operacional do PT, como ele fez com muitos sindicatos neste Brasil, tirando a legitimidade de determinadas instituições.

Não venham tirar a legitimidade da PETROBRAS, porque nós queremos é defendê-la, e ela botar dinheiro nisso, no nosso entendimento, é um desrespeito ao povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem. Estou cansado de ser acusado aqui de autoritário e, nessa manobra, ser solapado o Regimento. O respeito ao tempo nos iguala.

Tem V.Exa. tem conduzido bem, mas gostaria que V.Exa. controlasse o tempo daqueles que falam grosso, achando que vão nos intimidar. Controle o tempo de todos, todos são iguais, falemos todos dentro do Regimento.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Pela ordem, Sr. Presidente. O sistema de cronômetro não está funcionando hoje? Peço à Assessoria que o ligue, e o próprio orador já vai controlando o tempo também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu tenho controlado por aquele relógio ali.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Foi colocado aquele ali para facilitar para os oradores de cá, da bancada; auxiliaria inclusive V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É verdade. Se puder funcionar, melhor ainda, para auxiliar o trabalho da Presidência.

Vamos passar agora a palavra aos Ministros. Nós iremos fazer blocos de cinco. Falaram os Deputados Fernando Francischini e Mendonça Filho, como autores, os Líderes Vanderlei Macris, José Guimarães e Domingos Sávio. Passaremos por igual ordem, primeiro, para o Ministro Jorge Hage, depois para o Ministro Manoel Dias e depois para o Ministro Gilberto Carvalho, para poderem responder aos questionamentos dos Srs. Parlamentares.

Ministro Jorge Hage com a palavra.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Pela ordem, Presidente. Faço só uma indagação, se os Ministros responderão a pergunta que formulei com relação a PETROBRAS, envolvendo o Cerveró, os Ministros Gilberto Carvalho e Jorge Hage.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Na hora que o Ministro for falar, se ao final da fala dele, que não tem obrigação de responder a V.Exa., como esta Presidência já esclareceu, ele falará e dirá a V.Exa. o que entender, mas esta Presidência e V.Exa., nesta audiência pública, não temos como cobrar dele esse determinado assunto.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu pediria aos dois Ministros mencionados que, por favor, se pronunciem, até dizendo que não vão responder as indagações que fiz com relação à PETROBRAS e ao Cerveró, por favor.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Os Ministros só têm obrigação de se pronunciar sobre a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Os Ministros já são sabedores, esta Presidência observou. Nós temos procurado agir aqui de forma democrática. Ficamos muitas vezes a pensar, quando Parlamentares vêm dizer que estamos sendo parciais, e desde o início temos prezado pelo bom funcionamento, respeitando a Oposição, respeitando o Governo, mas não vamos admitir. Quero dizer que quem achar que vai levar no grito alguma audiência pública ou algum convencimento desta Presidência, está terminantemente enganado.

Nós não abrimos mão de cumprir o Regimento e de exercer aquilo que nós temos direito ao presidir uma sessão e uma Comissão na Câmara dos Deputados.



Quero deixar extremamente claro que aqui nós não temos medo de grito nem de cara feia. O Deputado que pensar que vai ganhar aqui no grito e na cara feia, não vai ganhar. Nós vamos aqui cumprir o Regimento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu estou esclarecendo. Eu estou esclarecendo. Eu estou esclarecendo.

Com a palavra o Ministro Jorge Hage.

O SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO - Em atenção ao Deputado Mendonça Filho, eu vou fazer uma inversão na ordem. Eu iniciaria respondendo ao Deputado Francischini pela ordem correta, mas, em atenção a V.Exa., eu vou tratar sua questão como preliminar e, portanto, respondê-la antes.

Eu entendo que devo cumprir o Regimento da Câmara, que diz, no seu art. 24, que *“as Comissões Permanentes têm competência para convocar Ministro para prestar pessoalmente informações sobre assunto previamente determinado”*. O art. 219 repete: *“O Ministro de Estado comparecerá, perante a Câmara ou às suas Comissões: 1- quando convocado para prestar pessoalmente informações sobre assunto previamente determinado”...*; 2 - no meu entendimento, não há conexão entre os temas PETROBRAS/Pasadena com o assunto Ministério do Trabalho/ONGs.

Por isso, eu não tratarei desse assunto aqui na tribuna.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Então, V.Exa. não tratará deste assunto hoje?

O SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO - Não tenho nenhum problema, nenhuma dificuldade para tratar do assunto, como tratei ainda ontem com toda a imprensa nacional. As minhas colocações estão publicadas na *Folha de S.Paulo*, no *Valor Econômico*, no jornal *O Globo*.

Repetirei tantas vezes quantas sejam necessárias o que a imprensa me perguntar e eu entender que devo tratar, agora aqui, nesta tribuna, eu vim tratar sobre ONGs do Ministério do Trabalho e nada mais.

Esta é a minha posição.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - V.Exa. se nega a responder as indagações que eu fiz?



O SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO - Eu não tratarei de nada fora do Regimento. Eu não tratarei de assunto fora do Regimento.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Ministro, fale baixo, por favor. Fale baixo. V.Exa. está falando com...

O SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO - Eu estou falando no mesmo tom que os senhores estão falando. Não tem por que ser aparteado na minha resposta. Estou respondendo e faço questão que seja mantida a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deixe-me pedir vênias...

O SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO - Fui convocado para falar sobre um assunto, e sobre ele falarei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mantere a palavra de V.Exa.

Deputado Mendonça, o Regimento permite a V.Exa. réplica e, sem dúvida alguma, permite ao Ministro a tréplica. Então, no momento exato, se V.Exa. não se sentir atendido, requisiute para fazer a réplica. Agora, enquanto o Ministro estiver falando, eu vou pedir respeito a ele porque o Ministro tem direito de não ser interpelado por nenhum Parlamentar até o final da sua fala.

Para ficar claro com relação ao tempo, para que não haja aqui mais nenhuma insinuação com relação à nossa Presidência, foram 50 minutos de questionamentos: 5 Deputados falaram por 10 minutos. Então, os Ministros têm 50 minutos para responder aos questionamentos, e cada um deles, dividindo igualitariamente, terá 17 minutos para responder aos questionamentos de V.Exas., se assim acharem necessário usar esse tempo.

Enquanto isso, esta Presidência quer contar com a colaboração de todos para que eles possam discorrer sobre os questionamentos que foram feitos.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu gostaria de colocar as coisas nos termos corretos. Não pode ser feito ao Ministro um questionamento, uma colocação desse tipo, dizendo que "*ele se recusa*".

Ele não está se recusando, ele está cumprindo o Regimento. Essa é a questão. O Parlamentar não pode colocar nesses termos. Nenhum Ministro está se recusando, está cumprindo o Regimento.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Está se recusando a responder minha indagação. É um direito que assiste ao Ministro.



O SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO - Volto a dizer, para encerrar a minha parte resposta a esta preliminar, que me atendo às regras do Regimento desta Casa, as quais eu faço questão de respeitar.

Ninguém colocará palavras em minha boca para, amanhã, dizer na imprensa que eu me recusei a falar sobre isto, sobre aquilo. Falarei para a imprensa tantas vezes quantas for indagado. Como já falei ontem, não tenho nenhuma dificuldade em falar sobre PETROBRAS ou qualquer outro tema que seja das minhas atribuições — ponto final.

Volto agora ao primeiro Deputado que nos indagou, o Deputado Francischini. Eu diria ao Deputado Francischini que, em primeiro lugar, agradeço as referências elogiosas ao nosso trabalho. O mérito não é meu. O mérito é da equipe profissional de servidores públicos sérios, dedicados e competentes. Eu apenas tenho a honra de comandá-los.

Só em um ponto eu discordo na colocação do Deputado Francischini. E devo responder-lhe. Não me sinto em absoluto pregando no deserto, em absoluto; eu me sinto apontando problemas a um governo que tem respondido a eles.

Desde 2003, quando lançamos um programa inédito de fiscalização dos recursos federais transferidos aos Municípios de todo o Brasil, a produção, a partir das nossas constatações, de decretos e medidas novas que tornaram mais rigorosa e mais eficaz a fiscalização — medidas como a implantação da obrigatoriedade do chamamento público, da exigência de que o Ministro pessoalmente assine a eventual dispensa do chamamento, que o Ministro assine os convênios, que seja exigido da ONG um histórico limpo, que não tenha tido problemas anteriores, que tenha experiência na matéria objeto do convênio, a criação do cadastro de entidades impedidas —, ou seja, tudo o que tem sido produzido, tem sido resultado exatamente das constatações do nosso trabalho.

No caso específico do Ministério do Trabalho, o Ministro Manoel Dias também deu as respostas necessárias na sua gestão. Não me sinto pregando no deserto também no âmbito específico das ONGs no Ministério do Trabalho. O Ministro montou uma força-tarefa. A situação que ele recebeu hoje é incomparavelmente melhor do que era, embora ainda falte muita coisa.



O próprio Ministro acabou de dizer que, das 120 pessoas que ele recebe diariamente, 90% vêm reclamar de problemas ainda na área do registro sindical, o que mostra que os problemas do Ministério do Trabalho ainda estão longe de serem todos resolvidos. E evidentemente somente a mudança de Ministro não é suficiente para resolver tudo.

Todos os nossos trabalhos são encaminhados ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e à Polícia Federal, a quem cabem as outras providências que não cabem a nós. E mais: todos os dados que foram utilizados para formulação dessas questões a mim foram apontados pela própria Controladoria-Geral da União. Todos eles. E outros também que não constaram desta apresentação foram apontados pela CGU, como, por exemplo, o cruzamento do Seguro Defeso do Pescador Artesanal com outros bancos de dados, que é um trabalho que a CGU faz, através de sua área de auditoria nessa questão, há muitos anos.

Estudos outros de outras instituições se baseiam nisso. A fonte aonde vêm beber são os dados levantados pela Controladoria-Geral da União. De modo que eu não sei como responder à pergunta: *“Quando vamos ter resultados?”* Aliás, no meu modo de ver, nós já temos tido resultados. Eu fiz questão de mostrar alguns deles aqui, claro que limitado pela matéria em relação a qual incidiu a convocação.

Agora, cabem talvez as perguntas: por que não antes de 2003? Por que antes de 2003 não havia nada? Não havia fiscalização nos Municípios. Não havia uma instituição como CGU. Não havia Procurador-Geral da República escolhido pela categoria, para ter ampla liberdade e acionar, no Supremo Tribunal Federal, as mais altas autoridades da República. Por que não havia isso antes? Por que não se investigava? Por que não se fortalecia e não se orientava a Polícia Federal para trabalhar em cima do combate à corrupção? Se a mim coubesse aqui fazer perguntas, eu continuaria desafiando uma série delas. Por que não se fez antes de 2003? Mas aqui só me cabe responder, não perguntar.

Ao Deputado Vanderlei Macris a minha homenagem por sua dedicação e trabalho sempre destacado nessa área do controle. V.Exa. me pergunta qual a situação antes de 2009, quando caiu o número de convênios, como era antes. *“Não havia norma nenhuma?”* pergunta V.Exa. *“Era um descontrole total?”* Não. Havia, sim, a norma que nós encontramos. Era a Instrução Normativa nº 1, de 1997, da



STN. Era o que havia para controle de convênios. Era suficiente? Não. Era o que existia desde 1997. Não éramos nós que estávamos no Governo na década de 90. Então, eu não sei por que não se mexeu nisso antes.

Nós começamos a mexer nisso em 2003. Aí veio a Portaria nº 127, já amarrando muito melhor as coisas, uma portaria interministerial — Ministério do Planejamento, Fazenda e CGU. Depois, veio o Decreto nº 6.170, ainda no Governo do Presidente Lula. Daí veio o Portal da Transparência, expondo as transferências voluntárias para os Parlamentares, para o Ministério Público, para toda a população acompanhar, veio o SICONV — Sistema de Controle de Convênios, tudo isso antes de 2009. Depois vieram os decretos de 2011 e veio o CEPIM — Cadastro de Entidades Impedidas, com a vedação pública de que elas voltem a receber recursos, e isso tem sido aplicado e a fiscalização disso pela CGU cada vez endurece mais. Por que não antes? Bem, nós estamos fazendo esse trabalho desde 2003. Agora, por que não antes de 2003, eu não sei.

Deputado Domingos Sávio, V.Exa. pergunta, ou melhor, observa que não deveríamos ficar apenas na exoneração das pessoas. Eu concordo integralmente, em gênero, número e grau, e não ficamos só na exoneração. A exoneração, que é a dispensa da pessoa do cargo de confiança, é a medida imediata que por vezes o Ministro da área toma, a Presidente da República toma, que é uma opção política: perdeu a confiança, exonera. Agora, o trabalho da CGU começa aí; independente de ter sido exonerado ou não, nós vamos atrás da demissão, ou seja, excluí-lo dos quadros da administração federal, a perda do cargo efetivo, se ele tiver. E já aplicamos 4.650 penalidades expulsivas. Não tem nada a ver com a simples exoneração de um cargo de confiança. Então, foi exonerado o secretário, foi exonerado o diretor da estatal, foi exonerado o diretor do departamento — essa é uma questão de opção política. Eu dispenso porque perdi a confiança, não preciso de contraditório nem ampla defesa.

Agora, a CGU entra aí, com processo disciplinar, regulado por regras da Lei nº 8.112 ou por regras da CLT, quando se trata de uma estatal, e vamos com o contraditório, a ampla defesa, chegando ao final, se for o caso, para aplicar a pena de demissão, que é a perda do cargo. Se o cidadão não tem cargo efetivo, nós convertemos a exoneração em destituição, se comprovada a culpa. Qual é a



diferença? É uma mudança de nome? Não. É mais do que isso. Ele fica impedido de voltar a ocupar cargo público, tem todas as outras consequências, porque a destituição é uma pena. A exoneração é só uma liberação das responsabilidades; quer dizer: *“Vá para casa. Você está exonerado”*. Agora, se destituído, é diferente. Então, se o cidadão é apenas uma nomeação política, quer dizer, não tem cargo efetivo, ainda assim nós fazemos o processo e, no final, através da nossa Corregedoria, cujo Corregedor-Geral está ali, converte-se a exoneração em destituição.

E tem mais: se ele já está aposentado, nós cassamos a aposentadoria, claro que pelo ilícito cometido quando estava em atividade, evidentemente. O Executivo é diferente do Judiciário. Aposentadoria não é um prêmio para ele continuar recebendo o resto da vida sem trabalhar, aposentadoria compulsória. Não. Aqui nós cassamos a aposentadoria, e já fizemos isso inúmeras vezes. Está no nosso quadro que é divulgado no *site* da CGU, atualizado mensalmente, o número de demissões, destituições e cassações.

Além disso, outra pergunta de V.Exa., quanto ao ressarcimento. Também abre-se um processo, tomada de contas especial no Ministério. Depois, é examinado pela CGU, como os casos que eu mencionei do Ministério do Trabalho. Depois, nós encaminhamos ao Tribunal de Contas, a quem cabe julgar, com defesa, com advogado, com tudo o mais. Se o Tribunal, eu repito o que disse antes, confirma a nossa opinião, daí resulta um título executivo, que vai para a Advocacia-Geral da União — AGU ou para a Procuradoria, quando é o caso de uma autarquia, fundação ou empresa, para cobrança pelo Judiciário.

Aí começa um outro problema. Consegue-se um índice alto de retorno? Não, não se consegue. Por quê? Porque a legislação processual brasileira protege demasiadamente o réu, o devedor, o executado. Todos aqui sabem disso. A mesma dificuldade que qualquer um de nós tem para fazer a cobrança de um cheque ou de uma promissória o Poder Executivo tem, para cobrar dívida ativa, para cobrar um título executivo de ressarcimento, que é uma condenação do TCU, por exemplo. O percentual de retorno é muito baixo ainda. Tem melhorado, mas ainda é muito baixo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E no caso de corrupção criminal?



O SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO - Criminal. O que nós podemos fazer? Nós não podemos colocar o bandido na cadeia, embora eu gostaria muito, se pudesse, mas os Poderes são autônomos e independentes. Isso não está nas minhas atribuições. O que nós fazemos? Encaminhamos tudo para o Ministério Público e para a Polícia Federal, quando é preciso ainda ampliar a investigação, obter provas que somente a polícia — o Deputado Francischini conhece muito bem — tem o instrumental para fazê-lo, escuta telefônica, busca e apreensão, quebra de sigilo. Aí é a polícia que complementa as coisas. E aí o Ministério Público, se entender que é o caso, entra com ação criminal ou com ação de improbidade administrativa ou com as duas. E são milhares de ações que o Ministério Público já ajuizou a partir dos relatórios da CGU.

Há poucas semanas estive com o novo Procurador-Geral, Rodrigo Janot, conversando sobre o aprimoramento das nossas comunicações dos sistemas de acompanhamento eletrônico, para que pudéssemos acompanhar de forma mais precisa o número de ações que o Ministério Público ajuíza a partir dos relatórios da CGU, que hoje os sistemas não são propriamente integrados. E esse levantamento a gente faz periodicamente, mas é difícil.

Então, a nossa parte nós estamos fazendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando prosseguimento às falas, vou passar a palavra ao Ministro Manoel Dias. V.Exa. tem até 17 minutos para responder às indagações.

O SR. MINISTRO MANOEL DIAS - Eu queria, antes de responder às indagações, aproveitar a oportunidade, porque são raras as vezes que você tem de poder expor fatos e responder às vezes também a situações que são, para mim, às vezes constrangedoras, como foram várias delas.

Logo que cheguei ao Ministério e houve aquela ação da Polícia Federal, nós tomamos todas as medidas que eram obrigação nossa tomar e logo em seguida veio aquela da CIAT, o que me foi perguntado aqui. A mesma coisa, na CIAT, nós tomamos todas as medidas, cancelamos a transferência dos recursos contemplados no convênio e foi envolvido um funcionário do Ministério do Trabalho. Ele era funcionário do Ministério do Trabalho, exercendo cargo de confiança há 14 anos,



nomeado ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso. E, como era funcionário de confiança, imediatamente nós o exoneramos, e ele está respondendo a processo que transcorre em decorrência da ação da Polícia Federal.

Outra coisa ainda: também a imprensa noticiou, várias vezes, revistas anunciaram, que eu estou sendo processado, eu não tenho processo nenhum; que eu estou sendo investigado pela Comissão de Ética, eu não tenho investigação nenhuma na Comissão de Ética. Enfim, eu não tenho nenhum processo, nunca tive na vida processo correspondente a minha ação política, nesses 55 anos de militância política e ideológica.

Aliás, a Comissão de Ética já arquivou a solicitação de informações, que foram dadas, com relação a esse caso da ADRVale. E o ano passado, e esta é uma notícia requentada desde agosto do ano passado, um grupo lá em Santa Catarina, um Prefeito que foi expulso por corrupção e outro Deputado que foi expulso montaram esse fogo amigo aí, gravaram a declaração desse rapaz e, desde agosto, vem repetindo, vem requentando a notícia. E esse rapaz nunca foi do Diretório do PDT, ele participava lá com a juventude e tentou extorquir o partido. Estão aqui os dois processos com que ele entrou contra o partido; tentou, em várias oportunidades, extorquir o partido. Mas disso o meu advogado está tratando, essa é uma questão criminal.

Com relação ao processo que está lá em Santa Catarina, é o segundo inquérito que a polícia faz. Fez o primeiro já há alguns anos e arquivou. Agora fez outro lá e, nesse processo, eles alegam que o Ministério não respondeu à informação. Estão aqui as duas informações que foram solicitadas; foram respondidas pelo Ministério do Trabalho.

Eu não estou sendo processado lá por esse inquérito da Polícia Federal. Anexaram a declaração desse rapaz ao inquérito, e, na medida em que eu tenho foro privilegiado, o delegado solicitou à Justiça Federal e ao Ministério Público Federal de Santa Catarina que enviasse ao Supremo Tribunal Federal, para que o STF autorizasse ou não a minha ouvida, que eu não me neguei a dar. Diz também lá o inquérito que eu me neguei a prestar esclarecimentos. Nunca me neguei, até porque não tinha por que me negar a prestar esses esclarecimentos. Porém depois ele disse que falou com o advogado, mas que o advogado não tinha dado resposta.



Com relação a essa questão da ADRVale. Desde que eu cheguei ao Ministério, nenhuma dessas acusações que fazem com relação ao Ministério foi na minha gestão. Eu também não quero culpar ninguém. Não é que eu seja melhor do que ninguém; ocorre que, na minha gestão, não ocorreu nenhum dos fatos relatados, tanto nas ações da Polícia Federal quanto, por exemplo, com relação à ADRVale. Desde 2011, os contratos e convênios que ADRVale mantinha com o Ministério foram cancelados, e já há na CGU, por iniciativa nossa, da nossa área técnica, anotação, registro como inadimplente — consta no cadastro das entidades privadas sem fins lucrativos impedidas da CGU.

Então, eu quero dizer a todos vocês: não vão encontrar nada. A minha vida não vale tão pouco assim, eu tenho família. *(O orador se emociona. Palmas.)* Não sou melhor do que ninguém, mas eu sempre atuei corretamente. Eu faço parte de uma geração que sonhou fazer uma revolução armada. Mas não conseguimos, perdemos, a Direita ganhou e impôs a pior das ditaduras, impondo à Nação um modelo que realmente... Então, não há nada, eu não tenho nada com relação a essa entidade, conheço as pessoas que a constituem. Um dos diretores dessa empresa já foi Prefeito Municipal de Brusque, pelo PDT, é uma pessoa que, se errou... Cada um paga pelos erros que comete, mas, até prova em contrário... Pela convivência que eu tinha com ele, ele não tinha nenhuma...

O Deputado está perguntando se eu tenho alguma coisa a ver com a entidade. Eu queria responder que, quanto à entidade, as medidas que deveriam ser tomadas foram tomadas pela minha gestão. Já foi feita a tomada de contas, vai ser enviada, ou já foi, eu não sei se foi enviada, ao Tribunal de Contas da União, que vai tomar as medidas necessárias. Apenas uma pessoa se refere ao meu nome, esse rapaz. Ninguém mais se referiu a que eu tivesse qualquer comprometimento ou qualquer envolvimento com essa entidade.

Portanto, eu queria deixar vocês à vontade, podem buscar qualquer informação, não estou aqui tolhendo nenhuma... Eu quero apenas usar do direito de me defender, que foi aqui nesta Casa que me deram a oportunidade. Fora daqui eu não tive, até hoje.

Com relação à outra pergunta que me foi formulada, eu também peço escusa ao Deputado, também vou me ater às questões que dizem respeito à convocação.



Eu o receberei, as portas estão sempre abertas, o Ministério está aberto para todo mundo, para que a gente possa conversar sobre esse assunto, mas vou me ater às perguntas que foram aqui formuladas.

Não sei se respondi satisfatoriamente, Deputado Francischini, Deputado Macris. O que me resta é defender a minha posição com firmeza, porque eu tenho certeza de que ninguém vai encontrar, na minha vida inteira, no que diz respeito à atuação política, qualquer ação que possa denegrir as lutas históricas que, com tantos outros brasileiros, nós empreendemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando prosseguimento, agora ouviremos o Ministro Gilberto Carvalho. V.Exa. tem até 17 minutos para responder aos questionamentos.

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Muito obrigado, Presidente.

Com relação ao questionamento do Deputado Fernando Francischini sobre os convênios firmados pela Presidência, eu só queria lembrar ao Deputado que a estrutura da Presidência não comporta apenas a Presidência, a Secretaria-Geral e a Casa Civil, também estão alocadas ali a Secretaria da Igualdade Racial, a Secretaria dos Direitos Humanos e a Secretaria de Políticas para as Mulheres. E há, de fato, uma série de convênios, sobretudo quanto aos temas: pessoas com deficiência; proteção a testemunhas, um grande programa que nós temos; igualdade racial; crianças e adolescentes; juventude, com o programa Juventude Viva; e gênero. Eu me disponho, Deputado, a pegar cada um desses convênios e enviar para a Comissão, já que eu não tenho aqui a relação completa dos convênios. Mas eu queria explicar que a amplitude desses convênios se deve a esse aspecto.

Com relação à questão propriamente do MST, eu quero só lembrar aos senhores, de maneira muito firme, o seguinte: nós apoiamos, sim, a feira de agroecologia, que não durou 1 dia, foram 6 dias de uma belíssima feira, por sinal, muito rica; muita gente aqui de Brasília pôde comprar produtos orgânicos diretamente. Eu já mencionei aqui a relação da produção que o MST tem hoje no País, só o MST, para não falar do restante. E, já que nós estamos numa comissão de fiscalização e controle e como estamos gastando uma tarde toda aqui, eu queria convidá-los: vamos fazer um grupo, vamos fazer uma visita a essas cooperativas, a esses assentamentos, para que definitivamente os senhores possam ver, com os



próprios olhos, aquilo que hoje se faz, o processo de evolução que o Movimento teve.

Vocês me chamam de “fala mansa”, mas eu faço questão de falar devagar e com calma. Não acredito que sou dono da verdade, eu acho que as pessoas evoluem, eu vim aqui para ouvi-los, também, e quero aprender com os senhores, mas eu gostaria, sinceramente, para que esta Comissão cumpra o seu papel, que ela, de fato, nos acompanhasse, e me disponho a ir com os senhores a vários dos assentamentos. Espero que os senhores entendam que a ação do Governo contribuiu para essa evolução, para que o Movimento começasse a se dedicar a qualificar os assentamentos, porque nem a eles agradava o fato de que alguns assentamentos teriam se tornado, de fato, favelas rurais.

E foi a partir daí que eles foram à luta, que eles fundaram escolas de agroecologia. É um exemplo o que eles fazem neste País. Lá no Paraná tem cinco escolas de agroecologia, Deputado Fernando Francischini, que o senhor poderia visitar, onde os meninos dormem, muitas vezes, no chão porque não têm um tostão do dinheiro público. Essas escolas estão qualificando a meninada para sair dali e praticar um novo tipo de agricultura saudável, que os qualifica, que dá a eles autonomia.

Então, eu gostaria de combinar, deixar aqui, Sr. Presidente, essa possibilidade, porque acho que é uma forma de nós vencermos o preconceito. Eu não consigo entender como é que um ser humano bem informado chama de baderneiro um movimento que é capaz dessas atuações.

Há erros? Claro que há. Nós temos divergências com o MST. Eu gostaria que os senhores testemunhassem um dia uma reunião do MST conosco. É pau puro. Por quê? Porque a classe trabalhadora brasileira foi excluída centenariamente do acesso aos bens. O Estado brasileiro se negou historicamente a repartir os seus lucros, as suas possibilidades, a dar acesso aos pobres.

Deputado Vanderlei Macris, o problema que existe, com todo o respeito, não é o aparelhamento. O problema é que vocês, quando governaram, não enxergaram que dava para fazer muita coisa para os pobres deste País e abrir a Caixa Econômica, o BNDES, o Banco do Brasil para financiar, sim, o pobre, que jamais poderia chegar...



A sabedoria do Presidente Lula, quando ampliou tremendamente o Bolsa Família, ampliou o PRONAF e fez todo esse apoio, essa rede de sustentabilidade que nós temos, foi essa. Eu sinto muito. Vocês não enxergaram uma coisa que atualmente foi enxergada. E nós criamos, sim, uma rede de sustentação, que os deixa muito nervosos, porque vocês não entendem por que, se é um pau todo dia, da imprensa, o Governo continua sendo apoiado.

Por quê? Porque, de fato, o povo teve a vida mudada. No final do mês, sobra um saco de cimento para o cara construir um andarzinho na sua casa e desafogar a família. Isso traz uma diferença, Deputado, da mesma forma como o Bolsa Família dá aquele mínimo de dignidade para a mulher, em seguida, se juntar e criar uma pequena empresa e construir. Isso ninguém tira. Da dignidade ninguém abre mão.

Então, eu sinto muito. Mas insisto: eu gostaria que os senhores pudessem conhecer essas experiências. E, quanto ao MST, é verdade que nós temos discordâncias, é verdade que nós não concordamos quando eles invadem as propriedades da Syngenta ou de outras fazendas produtivas, e assim por diante. É verdade. Está aqui o Marcon, que sabe que nós temos divergências.

Agora, como Governo, eu não posso deixar de apoiar aquilo que é bom, assim como nós insistimos e apoiamos, com bilhões de reais, o agronegócio, que é um orgulho do Brasil e que é o responsável pelas grandes divisas.

Depois, eu quero passar ao nosso Deputado Domingos Sávio a relação dos eventos, sim, que nós patrocinamos do agronegócio, com muito orgulho, porque, eles são, de fato, um orgulho para nós, como é também a agricultura familiar.

Com relação à invasão ao Supremo, eu desafio os senhores, eu desafio qualquer um da imprensa a me trazer uma foto que mostre qualquer ameaça de invasão ao Supremo, um filme ou um depoimento de algum jornalista sério. Eu conversei com três do jornal *O Estado de S. Paulo*, que confirmam que não houve nenhuma tentativa de invasão ao Supremo, como não houve tentativa de invasão ao Planalto.

Nós continuamos trabalhando. Eu desci para dialogar com os companheiros do MST. Até aquele momento não havia nenhum problema. Se o Ministro Lewandowski, a quem eu tenho todo o respeito, recebeu uma informação equivocada, é um problema de quem lhe repassou a informação. Mas eu peço aos



senhores: se tiverem alguma fotografia, tragam a este plenário neste momento ou levem ao nosso gabinete ou me convoquem, se for o caso, de novo aqui para mostrar.

Não houve essa tentativa de invasão. Por quê? Porque havia uma combinação, e a direção desse Movimento é muito disciplinada. Da mesma forma, quanto àquele lamentável episódio, eu falo e repito: eu tenho o maior respeito pela Polícia Militar. Eles são companheiros fundamentais para nós. Eles nos protegem de muitos problemas, cuidam das nossas vidas. E não é à toa que eu trabalhei no silêncio, nos bastidores para que eles tivessem um reajuste merecido agora, aqui no GDF. Agora, houve um erro estratégico, houve um erro de informação. Foi passado ao comandante da operação que aquele ônibus que estava acompanhando o MST estava carregado de cacetes para agredir a polícia. E quando eles começaram a entregar as cruzes, o comandante, mal informado, achou que eram porretes para bater na polícia. Mas, na verdade, o que eram? Eram cruzes para serem colocadas à frente do Palácio. A partir daí, desandou-se, de fato, um problema.

Nós temos que condenar a violência e o ferimento dos policiais, a quem nós somos solidários, como também o somos às pessoas do Movimento que foram agredidas. Foi uma coisa lamentável, que nós não podemos aceitar. Mas, insisto, foi a intervenção da direção do Movimento dos Sem Terra naquele momento, que permitiu que não se ampliasse mais aquele conflito.

Deputado Fernando Francischini, com todo o respeito, o senhor mencionou que eu sou citado em tudo quanto é inquérito. Eu quero dizer ao senhor que, quando a gente está...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Isto é o senhor que está dizendo.

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - *"O senhor é citado"*, o senhor falou isto. É isso. Eu quero lhe dizer o seguinte: quando a gente está na vida pública, a gente está arriscada a esse tipo de... Eu acho que pode ter outras gravações que citam, as pessoas podem falar o que quiserem a nosso respeito. O que eu posso dizer — e eu quero também responder ao Deputado Vanderlei Macris — é que o meu papel no caso do CEAT foi estritamente o papel de fazer uma mediação. Da mesma forma como a D. Zilda vinha pedir que eu interferisse junto ao Ministério da



Saúde, ao Ministério da Educação e ao Ministério do Desenvolvimento Social, para romper a burocracia e renovar os convênios da Pastoral da Criança, eu recebi também o Cardeal Dom Hummes e solicitei ao então Ministro Lupi e depois ao Ministro Brizola, que atendesse ao Padre Lício, que era o coordenador, na boa-fé. Lamentavelmente, essas pessoas nos atraíram, ao que tudo indica. Eu não recebi ainda o relatório final da Polícia Federal, e eu fui citado, como em outros casos fui citado. É verdade.

Agora, só posso dizer para você uma coisa — para o senhor, me desculpe, Deputado: é que eu não tenho, de fato, nenhuma condenação, não tenho, de fato, nenhum processo, salvo um antigo processo referente ainda à questão lá de Santo André, que está no final; e eu tenho orgulho da minha participação. Em toda a minha vida pública, em todas as questões, eu nunca cometi nenhum crime. Chego, depois de 18 anos de serviço público, a um patrimônio de 600 mil reais e uma dívida de 600 mil reais junto ao Banco do Brasil, de um apartamento que acabo de comprar aqui na Asa Norte. Esta é minha ficha, é a ficha de serviço. Eu não sou melhor, como disse o Manoel, do que ninguém, mas devo lhe dizer que eu não tenho nenhum problema em relação a nenhuma citação.

E uma coisa eu quero, para terminar, dizer. Um Parlamentar, há poucos dias, disse que o meu gabinete era o gabinete onde se aninhava tudo o que não presta: gays, índios, negros. Eu não quis responder a esse Parlamentar, eu não vou responder pessoalmente a ele, mas eu quero dizer que, com muito orgulho, no meu gabinete, sim, se aninha *“tudo isso que não presta”*, porque *“tudo isso que não presta”*, na verdade, é aquilo que foi marginalizado historicamente pelo povo brasileiro.

É para eles, Deputado Vanderlei Macris; é para eles, Deputado Domingos Sávio; é para eles, Deputado Fernando Francischini, que nós trabalhamos, porque esta é a minha vocação. Eu não estou na vida pública a não ser pela razão que me fez ir morar na favela, depois que deixei o seminário, e lutar pela causa da justiça e da paz. Eu queria convencê-los disso, pelo amor de Deus! É dando a essas pessoas o seu reconhecimento e os seus direitos que nós vamos construir a paz no Brasil. Não é com a repressão, não é com o preconceito, não é com a rejeição.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - O Deputado Heinze. É isso. A opinião pública toda sabe disso. Está respondido. O.k. Está respondido.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Não, não, tudo bem. Eu perdoo esse Deputado porque eu reputo isso a uma visão com falta de conhecimento do que é a realidade da vida. É isso, só isso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando...

(Não identificado) - As réplicas, Sr. Presidente. É regimentar a réplica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

(Não identificado) - Sr. Presidente, siga a ordem das pessoas inscritas.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, Deputado Heinze. Fui citado nominalmente. Como não há mais tempo para me inscrever, eu quero tempo para responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Certo.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Posso falar?

(Não identificado) - Ao final, ao final...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pode. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Posso falar agora?

(Não identificado) - Tem que seguir a ordem de inscrição, Sr. Presidente. As réplicas, Presidente.

(Não identificado) - Sr. Presidente, eu sugiro que V.Exa. acate a inscrição dele ao final da lista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado foi citado. Ele tem o direito garantido da palavra. V.Exa. tem três minutos.

(Não identificado) - Dá 3 minutos para ele.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Gilberto Carvalho, as palavras são torcidas. O que eu vou lhe dizer é o seguinte — disse para o senhor e vou repetir aqui na sua frente: o comando do movimento quilombola, que desapropria terra inclusive de negros, que eu estou defendendo e depuseram em meu favor... O comando do movimento indigenista — está o Deputado Weverton



aqui —, nós fomos lá, com o juiz federal do Maranhão. O juiz disse que o senhor liga duas, três vezes por semana para ele, para tirar 2 mil pessoas, 3 mil pessoas, quatro mil pessoas — Deputado Weverton, lá no seu Estado —, pequenos produtores, que não têm para onde ir. Está lá a Força Nacional, com 200, 300 homens. Esse processo, o senhor comanda juntamente com a FUNAI, juntamente com o INCRA, juntamente com o próprio Ministério da Justiça. Este é o processo de que estamos falando. Não são os negros que não prestam. Inclusive há negros depondo em meu favor. Duas áreas de 1,8 hectares, duas famílias de negros que foram desapropriados pelo Presidente Lula, a área maior, de 94 hectares, no Quilombo Rincão dos Martinianos, não é de um alemão, não é de um italiano, é de um negro, o Adriano. Ele e a esposa dele estão falando em meu favor. Eu estou defendendo eles.

Então, não estou dizendo que os negros não prestam. Politicamente, o seu partido, Deputado Marcon, e V.Exa...

(Não identificado) - Amarelou.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não estou amarelando, não estou amarelando. Respeite-me, porque eu vou falar. Estou com a palavra.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não vou amarelar. Estou dizendo para ele.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não. Eu gravei.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não, não estou amarelando. Eu estou dizendo...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não. Esse Deputado que está aqui está distribuindo CDs no Rio Grande do Sul inteiro. Querem detonar.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não tem problema, falo aqui e em qualquer lugar.



Estou repetindo: o comando do movimento quilombola, o comando do movimento...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não, V.Exa... Torceram porque são acostumados a fazer isso. A eleição no Rio Grande do Sul...

O SR. DEPUTADO MARCON - Fala a verdade. Amarelou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Marcon...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - V.Exa. me respeite. Deixe-me falar.

(Não identificado) - Assegure a palavra, Presidente, assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Marcon, a palavra está garantida ao Deputado Heinze.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não, não amarelei nada.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu peço que V.Exa. conclua a justificativa, para que a gente seguir e ir ao assunto da audiência pública.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Então, ele que me respeite e me deixe falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A palavra está com V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Este é o fato, Sr. Gilberto Carvalho: um crime que está acontecendo lá no meu Estado, sete mortes, e, pelo Brasil afora, não sei quantas de produtores. Há índios que também morreram nesse confronto. Governo sério — e já disse para a Ministra Gleisi Hoffmann — compraria a terra e colocaria quem quisesse lá em cima, como fizeram com os assentados da reforma agrária. Não sou contra. Agora, tomar a terra na mão grande, com laudos antropológicos fraudulentos, eu não aceito isso nem aqui nem em qualquer lugar, no Brasil inteiro. Mataram um assentado da reforma agrária, um assentado lá na Bahia, que estava conosco — Deputado Geraldo Simões, um assentado da reforma agrária. Pequenos produtores do Rio Grande do Sul, pequenos produtores do seu Estado de Santa Catarina, Ministro Manoel, então tirando de lá. No Paraná ou em qualquer Estado, estão fazendo uma confusão, uma anarquia, desrespeitando a



própria Constituição. Torcem as palavras e querem fazer desse jeito. Isso está errado. Nem aqui nem na China, eu vou aceitar isso.

Portanto, eu falei isto sim: o que não presta é o comando do movimento quilombola, é o comando do movimento indigenista. A fala foi esta. Lá no Estado do Rio Grande do Sul, nesse local em que fui, queria que o senhor assistisse uma senhora de 29 anos, com uma criança de 10 meses no colo, que os índios deixaram em cárcere privado. Os índios incendiaram casas de um pequeno (*ininteligível*) da cidade; os índios roubaram computador, roubaram geladeira, roubaram televisão, roubaram dinheiro; os índios depredaram e tudo o mais. E a polícia, com dois brigadianos, não podia fazer nada. O que eu tenho que fazer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Então, estou dizendo isto e vou repetir em qualquer lugar — esta é a fala: não é que não presta; o que não presta é isso, Sr. Gilberto Carvalho. E, nesse ponto, quem comanda o processo — o senhor tem parte no processo, o Ministério da Justiça, o INCRA, a FUNAI e todo mundo — está contra quem? Produtores indefesos, que estão ali nas cidades, pequenas famílias nesse pequeno balneário em Vicente Dutra, lugarzinho pequeno. Essas famílias não têm quem as defenda, por isso, eu e um grupo de Parlamentares estamos defendendo-as...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - ... contra o próprio Governo, que quer tomar a terra dessa gente na mão grande. Seria muito mais decente comprar as terras e nelas colocar as pessoas que quiserem. Também eu sou contra: compre a terra e pague o que ela vale. Agora, não tomar a terra sem pagar nada? Isso é um crime.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Propriedades com escritura — vou concluir — como a que peguei na minha mão, de 1876, Ministro Manoel, a quinta geração em cima da mesma terra. Um laudo fraudulento tira essas pessoas, e elas não têm direito nenhum. Eu não aceito isso.



Por isso, essas pessoas que comandam esse processo realmente não prestam. É o que estou lhe dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Está esclarecido. A palavra volta à Presidência. Vamos dar seguimento ao assunto da audiência pública.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu faço um apelo, Deputado Marcon, a V.Exa. Nós vamos debater aqui, agora, um assunto que não tem nada a ver com o perfil da Comissão de Fiscalização.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, já esclareceu, já justificou.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Antes de dar a palavra a V.Exa., ainda existem aqui diversos Deputados inscritos. Nós temos, para falar como Líderes, o Deputado Ronaldo Caiado e o Deputado Fernando Francischini; temos os membros da Comissão e os não membros.

Já estamos tendo votação simbólica no plenário, a Ordem do Dia começou há tempo. Nós estamos em audiência pública e não temos a obrigação de encerrar, mas todos aqui temos que votar caso haja votação nominal. Então, o quanto antes pudermos concluir a audiência pública será melhor para o segmento, para que a Oposição possa ir para o plenário e também discutir a matéria que está sendo apreciada lá.

Então, 1 minuto para o Deputado Marcon. Em seguida, usará da palavra o Deputado Caiado.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, para dizer se é verdade ou não é verdade o que o nobre Deputado falou aqui sobre os negros, os índios, os travestis, os gays e as lésbicas lá, em 29 de outubro, basta só ouvir o CD que foi gravado. Só isso. Eu gostei porque ele já recuou e disse que ele não chamou disso nem os negros, nem os índios, nem ninguém de resto. Então, tem o CD para ouvir, tem o CD para ver quem está falando a verdade. É isto.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. DEPUTADO MARCON - Que bom que ele tenha recuado. Amarelou. Lá no Rio Grande do Sul, se diz que amarelou.

(Não identificado) - Sr. Presidente, eu queria só fazer uma indagação ao Ministro Gilberto Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sim, eu vou dar a palavra a V.Exa., porque tem direito à réplica. O Deputado Fernando Francischini está pedindo réplica e tréplica, mas S.Exa. não está sendo correto com os seus colegas querendo falar.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas o Regimento é que não é correto, então. Vamos mudar o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não é o Regimento, é V.Exa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Toda pergunta tem réplica. Sempre teve, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Eu quero réplica também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deixe-me indagar a V.Exa.: V.Exa. quer a réplica e quer o tempo de Líder? Nós vamos cumprir o Regimento, eu estou apenas fazendo um apelo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu quero o que está no Regimento, Sr. Presidente, o que o Regimento me permite.

(Não identificado) - Deixe-o usar o tempo de Líder, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Ele não quer dizer deixar ninguém falar. Só quem fala são eles.

(Não identificado) - Sr. Presidente, eu quero 2 minutos de réplica. Dois minutos.

(Não identificado) - É porque ele quer falar como delegado e como Deputado.

(Não identificado) - Eu estou inscrito aqui e estou aguardando.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não somou. Então, para as réplicas, temos o Deputado Mendonça e o Deputado Vanderlei Macris. Deputado Fernando Francischini, o apelo que eu faço a V.Exa. é para que V.Exa. fale depois



do Deputado Ronaldo Caiado, por 5 minutos, agradecendo a complacência de V.Exa. no sentido do bom andamento dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Sr. Presidente, se houver a tréplica depois da réplica, é melhor, então, a gente se ausentar, porque, daqui a pouco, os Deputados que estão inscritos há 3 horas não vão poder falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O problema, Deputado André, é que não posso deixar de cumprir o Regimento. Eu não posso deixar. Se V.Exa. está aqui há mais de 3 horas, a Presidência também está.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - A Presidência está no seu dever de estar aqui, mas nós estamos querendo também o direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas, se V.Exa. quer falar, é um dever também de V.Exa. estar aqui.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - O.k. O que estou querendo é um esclarecimento. V.Exa. acabou de dizer que o Deputado Fernando Francischini irá falar como Líder. Ele já usou o tempo de Líder. Ele não usou todo, mas ele usou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ele usou o tempo do autor do requerimento.

(Não identificado) - Não usou. Ele usou o de autor.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Em segundo lugar, só mais um esclarecimento: tenho todo respeito pelo Deputado Ronaldo Caiado, grande amigo, grande parceiro e grande liderança nesta Casa, mas ele não é mais Líder. O Líder do DEM está aqui, que é o Deputado Mendonça Filho.

(Não identificado) - Não se deixe pressionar, Sr. Presidente. No grito não, Presidente.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu cedi o tempo da Liderança ao Deputado Ronaldo Caiado. Eu sou autor da proposição

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas ele tem um requerimento que o respalda para falar como Líder, já que o Deputado Mendonça falou como autor da proposição.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - O tempo de Liderança, estando o Líder presente, não é delegável, Presidente.



O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - É delegável, porque mudou o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos ouvir o Deputado Caiado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Mendonça, com a palavra.

(Não identificado) - Fui eu que mudei. Foi proposta do PROS.

(Não identificado) - Eu posso falar, Presidente?

(Não identificado) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, pela ordem, eu lhe pedi pela ordem. O Deputado Luis Carlos Heinze me citou ao falar da audiência de que participei juntamente com ele, com o Dr. Luiz Carlos Madeira, lá no Maranhão. Eu quero o meu direito de falar porque fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem 2 minutos para esclarecer. O Regimento lhe acoberta.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Posso já usá-lo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Eu gostaria, Sr. Presidente, de falar aqui sobre esse assunto em que fui citado — porque eu estou inscrito para falar —, sobre o que ouvimos lá. Eu quero agradecer aqui, publicamente, a postura que o Deputado Luis Carlos Heinze teve, ao sair numa manhã de segunda-feira, de Porto Alegre; chegar às 2 horas da tarde no Maranhão, para ser recebido pelo Juiz Federal daquele Estado; e depois, às 5 horas da tarde, entrar num avião de novo, para vir a Brasília. Obrigado, Deputado, pelo gesto que o senhor teve lá nessa audiência, porque o fato de pelo menos um Deputado de outro Estado me acompanhar naquela audiência foi muito importante e muito forte.

Quero dizer, Sr. Ministro, que o que nós ouvimos na audiência foi isto: um desabafo do Juiz Federal, dizendo que ele recebia várias ligações da Secretaria-Geral da Presidência da República, para que cumprisse a desintrusão da área Awá-Guajá.



Não estamos nem aqui discutindo a decisão judicial. A grande discussão é sobre a mesma força desse telefonema que foi utilizada para tirar esses trabalhadores de lá. As tropas federais hoje estão lá, 300 homens da tropa federal estão lá. Segundo informações, já foram gastos mais de 10 milhões de reais nessa operação de desintrusão.

Os trabalhadores que estão lá não têm para onde ir. O INCRA, até agora, não resolveu o assentamento daquele povo. Esse pessoal está na casa de parentes ou morando de favor, porque suas propriedades já estão sendo derrubadas. São pequenos agricultores familiares.

Então, é importante que o senhor esclareça essa situação que foi mencionada, porque, se o Governo brasileiro tinha interesse de tirar essas 1.200 famílias de lá, de Awá-Guajá, por que ele não montou uma estrutura para receber essas famílias em outros lugares? Elas estão lá, precisando de uma resposta, para que não fiquem no olho da rua, como estão hoje.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra para a réplica, por 2 minutos, o Deputado Mendonça Filho.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Presidente, eu quero dizer que o próprio desenrolar dos fatos da discussão aqui na Comissão proporcionou uma situação que trouxe a razão para o meu lado.

A exposição do Ministro Gilberto Carvalho começou na explicação sobre financiamento de ONGs e atuação do MST e terminou numa discussão com o Deputado Heinze, com relação a quilombolas; Bolsa Família; discurso de governo; ex-Presidente Lula; são os pais dos pobres; são os únicos que defendem os pobres, etc. e tal. Então, na verdade, tem muito mais proximidade a correlação que fiz envolvendo a maior empresa do Brasil até outrora, a PETROBRAS.

Permita-me, Presidente: todos têm o direito de falar aqui, e eu peço que V.Exa. assegure minha palavra. Não ria, por favor. *(Risos.)*

Eu quero dizer o seguinte: tem correlação, sim, o assunto PETROBRAS. Eu lamento. Quero inclusive dizer ao Ministro Hage que eu não estou aqui para desrespeitar S.Exa., menosprezar o seu trabalho, diminuir o trabalho do Ministro Gilberto Carvalho. Eu estou aqui cumprindo o meu dever constitucional como um



Deputado de Oposição. Se não há oposição, não há democracia plena; o contraditório é parte do debate democrático.

A cobrança é feita quando o Ministro Jorge Hage responde à imprensa e um Deputado de Oposição também. No caso específico, a minha pessoa está exercendo este dever. Ministro, eu não vim aqui intimidar V.Exa., colocá-lo no canto da parede. V.Exa. tem o direito de responder ou não, pode exercer o direito de não responder à pergunta que fiz. Mas eu não vim aqui para desrespeitar V.Exa. Apenas V.Exa. disse, contraditoriamente, que responde, como respondeu ontem à imprensa, sobre o episódio PETROBRAS.

V.Exa. é a autoridade da República responsável por garantir o combate à corrupção no âmbito do Executivo. Atua nesse sentido, com essa missão. E é dessa missão que eu espero ter a resposta de V.Exa. no caso Pasadena, no caso SBM e PETROBRAS, e é isso que esperei de V.Exa. no caso do Cerveró. Não foi num tom de desrespeito e de diminuição da sua autoridade, Ministro Hage; foi num tom de cobrança pública, de um cidadão que encontra com o senhor na esquina, de alguém da imprensa, da sociedade, que quer ouvir explicações para um assunto que está nas páginas dos jornais, há dias. O mesmo eu faço, respeitosamente, ao Ministro Gilberto Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Mendonça.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Se, porventura, o Ministro não quiser responder, é um direito que lhe assiste. A gente vai aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu estou concluindo. Mas ele tem opinião sobre tudo. E eu queria saber da voz do Ministro se ele se dispõe a emitir opinião sobre o caso Cerveró: se houve incompetência nesses 7 anos ou se foi convivência com a corrupção. Se ele quiser responder. Se ele não quiser responder, faz como fez há pouco o Ministro Hage: *"Eu não quero responder e me reservo o direito de não responder"*. Eu vou respeitar, mas é um direito democrático desta Casa perguntar ou indagar sobre qualquer assunto que diga respeito à nossa missão de fiscalizar a República e o Executivo e de atuar como contraponto, por



meio da voz da Oposição aqui no Parlamento brasileiro. É a pergunta que eu faço ao Gilberto Carvalho neste instante.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, o Ministro não está obrigado nem a responder isso.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu já disse isso. Acabei de repetir. Ele só vai dizer se quer responder ou não.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Ele só vai responder o que consta no requerimento. Vamos cumprir o Regimento.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu deixei o Ministro à vontade, Deputado Amauri Teixeira.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu gostaria da minha réplica no momento oportuno.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu deixei o Ministro à vontade. Só queria saber se ele vai responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vou passar para o Deputado Macris, que pediu para exercer o direito à replica. Depois, falará o Deputado Domingos Sávio.

Só queria fazer um apelo a V.Exa., Deputado Mendonça. Existem mais oradores inscritos: o Deputado Caiado está ali, já com o microfone ligado para falar, com vontade de expressar seu depoimento; e o Deputado Francischini quer falar novamente. A tréplica a ser dada pelos Ministros será também feita em bloco, para que os Deputados possam falar e eles possam responder de uma vez só, prezando o bom funcionamento da audiência.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Posso saber se o Ministro vai responder a minha pergunta ou não? É só isso. Há o Plenário também, mas, se o Ministro Gilberto for responder, aguardo a resposta dele com relação à PETROBRAS. Eu quero saber se ele vai responder. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. Não vai responder.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não vai responder. Essa é a posição, Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não vai responder.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - O.k. Obrigado. Era só isso que eu queria saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Macris com a palavra.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro é importante salientar que nós estamos cumprindo o Regimento. Quando se garante pergunta, réplica e tréplica, isso está garantido no Regimento. Então, é um direito que eu tenho de pedir réplica.

Eu vou dizer o seguinte — e falo ao Ministro Gilberto Carvalho, que se referiu, por três vezes, à minha pessoa: Ministro, o Brasil estava à deriva quando nós assumimos o governo; tivemos tantas prioridades, como consertar a economia, como buscar solução para que evitássemos uma deriva total do nosso País.

Eu quero dizer que o vi nervoso pela primeira vez. Aqui nós temos feito várias reuniões. O Ministro Jorge Hage, apesar de eu discordar de algumas coisas que ele coloca, tem sido sempre presente quando chamado aqui. O Ministro Manoel Dias também já esteve presente. E o senhor, pela primeira vez, eu me deparei com o senhor. Eu sei que o senhor esteve numa outra Comissão, mas não em debate comigo.

Só quero dizer o seguinte: eu o vi muito nervoso pela primeira vez. Tenho a impressão que talvez um seminário dificilmente o convidasse depois disso, para a formação de um padre. Então, eu só quero deixar essa colocação.

Mas quero salientar uma coisa, Ministro. O senhor se referiu ao meu Governo do PSDB, o de Fernando Henrique Cardoso. Os pobres, Ministro, foram defendidos quando controlamos a inflação. Os pobres foram defendidos quando popularizamos a comunicação. Os pobres foram defendidos quando criamos a Lei de Responsabilidade Fiscal, que garantiu maior importância e responsabilidade para os prefeitos deste Brasil afora, que não sabiam gastar dinheiro — e dinheiro público era gasto sempre a mais do que se arrecadava. Isso foi em defesa dos pobres, porque sobrou mais dinheiro para fazer investimentos onde precisava. Os pobres foram defendidos, Sr. Ministro, quando criamos os programas da rede social. Essas foram as grandes e importantes políticas que nós assumimos.



Agora, vocês fazem a política do controle, a política do aparelhamento, a política do paternalismo — esta é a pior questão — com dinheiro público. Com dinheiro público! Vou terminar minha fala dizendo o seguinte: esta é a diferença entre nós e vocês na gestão do governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio, por até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu vou me dirigir ao Ministro Gilberto dizendo que não tenho dificuldade nenhuma em saber reconhecer e admirar qualquer organização social que consiga cumprir suas missões, especialmente quando se trata de cooperativas. Agora, não venham nos trazer números de milhões e milhões de litros de leite por dia, de cooperativas, como sendo produção específica do MST. Minas Gerais é o Estado que mais produz leite no Brasil. Minas Gerais é a maior bacia leiteira do Brasil.

Mas eu não conheço só Minas Gerais, eu rodo o País. Eu fui o Presidente e hoje sou Relator da Comissão Especial de Leite, dentro da Comissão de Agricultura. Eu sou cooperativista, sou fundador de cooperativa, ex-Presidente e membro da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais — OCEMG e da OCB. E eu não aceito que o cooperativismo venha a ser usado como bandeira para dizer que é o MST que está produzindo no Brasil, da forma como o senhor veio colocar.

Eu estou disposto a ir, mas eu não vou só àqueles lugares que o senhor quiser mostrar para a gente. Aí eu quero que o senhor tenha o compromisso de ir comigo aos lugares, porque eu quero mostrar para o senhor também o que esse povo anda fazendo. Nesse local de onde o senhor está querendo tirar o povo que é trabalhador, que tem escritura, o senhor vai lá comigo, porque eu vou com o senhor aonde o senhor quiser. A minha réplica é esta: o senhor marca um lugar; eu marco um ou a Comissão aqui marca um. O senhor vai lá ver o Governo retirando produtor que tem escritura há mais de 100 anos. Escritura! Ele é dono legítimo da terra, pagou por ela ou herdou e nasceu ali. E chega o Governo e quer tomar dele aquela terra sem nenhuma indenização e entregar para quem está dizendo — dizendo — que é índio.



Eu estou falando lá de Minas Gerais, de terras que eram originariamente de Joaquina de Pompéu, da história de Minas Gerais. Minas é um dos primeiros Estados da fronteira agrícola deste País. Vocês estão lá, tentando tomar a terra de gente que tem escritura legítima, com o acobertamento da FUNAI e do senhor. É neste sentido que eu tenho visto o Deputado Heinze falar: dar acobertamento a quem quer fazer o malfeito, em vez de ser contra o que é malfeito.

E eu vou mais além — agora eu me dirijo inclusive ao Ministro Jorge Hage: o problema de ONGs, Ministro, precisa ser aprofundado. Daí eu entendo por que Controladoria-Geral é importante. Quando eu fui Prefeito, reuni toda a equipe no primeiro dia e disse: *“Olha, tem uma pessoa que manda mais do que eu aqui, o Controlador. Se eu mandar fazer e ele disser que não pode, porque não está correto, obedeçam a ele”*. E este é o processo correto.

Eu recebi denúncias de ONGs no Mato Grosso que, só do Ministério da Saúde, receberam mais de meio bilhão de reais para atender especificamente a índios. E nós estamos vendo nos jornais índios morrendo à míngua por falta de atendimento. Eu vou me aprofundar nisso, mas eu já quero deixar isso para o senhor, porque eu pedi ao Ministro da Saúde, que aqui esteve, que faça uma investigação sobre convênios com ONGs dentro do Ministério da Saúde. Mas não é convênio de 100 mil, 200 mil para comprar equipamentos; é convênio de mais de 500 milhões, Ministro Jorge Hage, convênio de mais 500 milhões com ONGs. Portanto, isto precisa ser verificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu termino com o Ministro Manoel Dias. O senhor — e eu respeitei — trouxe aqui, inclusive com emoção, questões de ordem pessoal, fez referência à questão interna de partido, de que não está na requisição, não está no Regimento. E eu me referi a algo que é diretamente afeto à Pasta e que envolve ONG e o Governo da República do Brasil. O senhor é um membro de alta importância do Governo da República, mas o senhor diz que não pode responder à pergunta por causa do Regimento. Ora, não faz sentido isso. Tratou-se aqui de diversos assuntos que não têm nada a ver com o convite.



Eu dou oportunidade ao senhor de dizer para o Brasil: *“Não, o Governo está agindo corretamente”*. Agora, é preciso que o senhor demonstre isso de maneira clara, porque a Constituição brasileira diz que os direitos dos trabalhadores são iguais, mas nós estamos vendo o Governo patrocinar uma ação em que um trabalhador é tratado de um jeito e outro trabalhador é tratado de outro jeito. Então, não dá para entender por que o senhor não pode responder a isso. No mínimo, é algo que nos deixa constrangido, porque parece que não existe resposta para uma pergunta como a que eu fiz: por que o Governo quer financiar o Governo de Cuba com o Programa Mais Médicos? Senão, ele pagava 10 mil para o médico cubano e 10 mil para outro médico. São médicos que prestam a mesma jornada de trabalho, fazem o mesmo trabalho. O Ministério da Saúde é rigoroso com isso. E o senhor, agora, vai flexibilizar isso? Nós precisamos da posição do senhor sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando prosseguimento à ordem de inscrição, ainda temos dois Líderes inscritos. Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado, que falará pelo Democratas.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a mesma prerrogativa que V.Exa. concedeu ao PT: o tempo da minha fala como Líder e também da minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem até 10 minutos, somando o tempo de inscrição de não membro, de 5 minutos, com o de Líder, de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Muito obrigado.

Sr. Presidente, cumprimento V.Exa., todos os membros da Comissão e também os Ministros aqui presentes.

Eu gostaria de iniciar exatamente me dirigindo ao Ministro do Trabalho. Eu quero levar ao Sr. Ministro uma representação feita pelo partido Democratas ao Tribunal de Contas da União. E a resposta foi exatamente aquela que nós já havíamos dito, Sr. Ministro: infelizmente, nós não ouvimos a voz de V.Exa., houve um silêncio de todo o Ministério do Trabalho.

Nós sabemos que esse convênio com os cubanos fere a Constituição brasileira em primeiro lugar, o qual V.Exa. tem que cumprir. Esse convênio fere a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, da qual o Brasil é



signatário; quebra o acordo da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, adotada e proclamada pela ONU; desrespeita a CLT, exatamente o Decreto-Lei nº 6.452, de 1º de maio de 1943 — e V.Exa. sabe muito bem a que ele se refere.

Com todas essas agressões à Constituição, à CLT e a todos os tratados, eu pergunto a V.Exa.: quando recebeu o Programa Mais Médicos, V.Exa. não se insurgiu contra ele, como Ministro de Estado que é, ou V.Exa. teve que se calar à imposição da vontade da Presidente da República e descumprir aquilo que V.Exa. jurou defender? Esta é a primeira pergunta.

Como é que um cidadão como V.Exa., que é Ministro de Estado, desrespeita o art. 5º da Constituição, que diz que, sejam brasileiros, sejam estrangeiros, todos serão tratados sem distinção dentro daquilo que a legislação determina? Este é o primeiro item.

Segundo item: ao Dr. Jorge Hage, com quem eu tenho um ótimo relacionamento em todas as emendas minhas, as quais encaminho rotineiramente à Controladoria-Geral da União e tenho respostas da utilização das mesmas, por que, nesse fato específico — e mostro um gráfico a V.Exa. —, aqui está exatamente o acordo do Governo brasileiro? Primeiro, Sr. Ministro, isso fere a lei que diz que ninguém pode pagar antecipadamente um trabalho. O Governo não pode pagar antecipadamente sem ter recebido. Isso é norma; isso é norma! Vou fazer uma ponte: podem me dar o dinheiro da ponte, depois eu entrego a ponte. Não existe isso.

Então, em primeiro lugar, o Governo pagou 100% o convênio com o governo cubano, sem receber. Em segundo lugar, os cubanos recebem 10%, ou seja, um valor de 1 bilhão e 480 milhões, os cubanos receberão 148 milhões. O governo cubano já recebeu 1 bilhão e 270 milhões. Quem recebeu? Uma ONG cubana, a Sociedade Mercantil Comercializadora de Serviços Médicos Cubanos S.A., que não tem convênio e nenhum compromisso com saúde, extensão nem pesquisa nem ensino. Ou seja, a OPAS foi exatamente a estrutura montada para poder tentar configurar uma legalidade de um processo que nós sabemos que é um desvio claro de dinheiro. Como o caixa dois de Pasadena por 1 bilhão, o caixa dois do Mais Médicos é 1 bilhão e 270 milhões. Está aqui. Esta ONG vai interiorizar ou internar



esse dinheiro no Brasil para a campanha de 2014. Então, são as perguntas que eu formulo.

Em relação ao Ministro Gilberto Carvalho, eu quero deixar claro, primeiro, que aceito o seu desafio. Escolha V.Exa., Ministro, dez lugares no Brasil, e eu escolho dez. Vou andar com V.Exa., e V.Exa. vai andar comigo. Sou também católico. Só que a minha Igreja Católica, Sr. Ministro, diz que *“alma não tem valor ponderal”*. Todas as almas devem ser tratadas igualmente. Pelo visto, na visão do cristianismo de V.Exa., a alma petista tem um valor maior do que as outras. A balança pesa pela alma petista.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Lógico, é petista. A alma petista tem um valor maior e pesa mais na mão do Sr. Ministro.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, a discussão aqui é teológica? Só para saber.

(Não identificado) - Perdoai, Senhor.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O tempo é dele, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Então, eu gostaria só de, dentro dessa análise de V.Exa., Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, quero pedir respeito.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Pelo visto, não interessam os meios para o PT atingir os seus fins. Se lá em Suiá-Missu há milhares de pequenos produtores rurais e o Governo acha que ali não está exatamente o mote da sua campanha, ele passa o trator, deixa as pessoas num estado de mendicância e diz que ali será uma área indígena.

No Maranhão, o Deputado Weverton acaba de dizer, como o Deputado Heinze, que ocorre o seguinte: o interesse político; os miseráveis, com casa de palha, que terão lá exatamente a Força Nacional para expulsá-los; e, de repente, os que vão lá ocupar, mais 50 índios em mais de 160 mil hectares de terra.

Mas o que me preocupa, Sr. Ministro, é também um relatório do TCU. Num programa que o Governo fez — Programa de Aquisição de Alimentos — para a agricultura familiar, 70 assentamentos pelo TCU mostraram as irregularidades e o



não repasse do produto. Ou seja: é tudo nota fria. Não é aqui a Oposição que está falando; é o Tribunal de Contas que está falando. Aos Srs. Ministros Hage e Manoel, quem fala também é o Tribunal de Contas da União, não é, de maneira nenhuma, a Oposição.

Mas, ao ouvir o Ministro Gilberto Carvalho, eu ouvi exatamente o discurso do Maduro, do Hugo Chávez — do Chávez; ele é mais inteligente. Eu não faria um comparativo entre V.Exa. e o Maduro. Seria um desrespeito à inteligência de V.Exa. Mas ouvi exatamente o discurso do Hugo Chávez.

Quer dizer: o Governo prega o Estado, e o Estado destrói a sua maior estrutura, que é a PETROBRAS, como ele destrói a PDVSA, aniquila todas as vozes das centrais sindicais, porque as compra. A UNE só fala o que o Palácio manda. As centrais sindicais só reagem se não receberem a mesada. Se receberem, caladas, como se nada existisse. Um silêncio azul. Não acontece mais nada nas centrais sindicais.

O MST vem para fazer um encontro. Sr. Ministro, não compare o setor rural e as entidades de classe com o MST. As entidades de classe, Sr. Ministro, têm diretoria e estatuto. Por que V.Exa. não orienta o MST, que V.Exa. tanto defende, para que seja uma pessoa jurídica? Por quê? V.Exa. não é um legalista? Não é um cumpridor das regras da legislação democrática? Por que o MST tem que viver na obscuridade? Por que eles não têm estatuto, não têm dirigente, não têm diretoria financeira, não têm responsabilidade de prestar contas por seus atos, não podem ser processados e não podem pagar pelo que fazem? Podem destruir, aniquilar prédio público, pedágio, propriedade rural, e depois o Governo diz: *“Errada está a PM. Vou recebê-los aqui porque vocês machucaram 30 policiais militares, e só dois de vocês foram atingidos. Então, minhas desculpas. Da próxima vez, batam mais nos policiais militares”*.

É isso a que nós assistimos quando V.Exa. recebe aqueles que foram responsáveis pelo quebra-quebra. Vi vários policiais militares com cortes, traumatismos crânio-encefálicos, suturas no rosto, comprometimentos e fraturas nas mãos. Todos eles foram atingidos não por cruzetas, nem nada, não; foi exatamente por pedaços de pau, como também por aquelas armações que estavam ali para proteger o Palácio do Planalto.



Então, o que nós estamos assistindo no Brasil é a algo que nós temos que alertar neste momento. Isso é discurso bolivarianista!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manuel Rosa Neca) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente desta Comissão, eu quero alertá-lo para um fato: nós vivemos um momento de alto risco da democracia brasileira. Está-se instigando a desobediência civil neste País. As autoridades deveriam respeitar a legislação brasileira. Eles não têm o direito de aqui acolher o que acham que é certo.

(Não identificado) - O tempo, Sr. Presidente. Presidente, já ultrapassou o tempo regulamentar.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Em contrapartida, invadiram a propriedade de outros e tiraram até a proteção da legislação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Caiado, para concluir.

(Não identificado) - Sr. Presidente, ele já ultrapassou 2 minutos do tempo regulamentar.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - É esse o discurso bolivariano do Sr. Ministro, que é a cabeça pensante do Palácio do Planalto. Ele não tem aqui o direito de desrespeitar as pessoas que trabalham; não tem o direito de qualificar quem produz neste País como se fossem errados, e eles fossem os donos da verdade, para destituir as propriedades rurais deste País,

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Caiado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - ... para destituir as propriedades rurais deste País...

(Não identificado) - São 3 minutos, já, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Caiado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - ... para invadir os prédios públicos, para criar a instabilidade nesta Nação.



(Não identificado) - Sr. Presidente, ele ultrapassou o tempo regulamentar, e pedimos a V.Exa. que encerre o tempo dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Caiado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Eu quero deixar claro, gravado nesta reunião...

(Não identificado) - Presidente, pedimos para concluir a fala do ilustre Deputado. Ele já passou 3 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O apelo que faço a V.Exa. é para concluir.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Em 30 segundos, Sr. Presidente. Isto tudo que nós estamos assistindo é a um jogo para eleição de 2014.

(Não identificado) - Olha o tempo!

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Nós estamos vendo muito bem.

(Não identificado) - Sr. Presidente, a democracia tem eleição. Já é o quarto minuto depois do tempo regulamentar.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - V.Exa. fala da sua trajetória política, do seu currículo falo eu. Não tem mancha que me desabone na vida pública, também, não! Mas o que nós estamos assistindo é a um Governo cada vez mais sendo aparelhado com caixa dois para poder cada vez manter-se: é mensalão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

(Não identificado) - Presidente, se V.Exa. puder dar 5 minutos para todos nós aqui...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - ... é toda a situação da PETROBRAS...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

(Não identificado) - Só desligando o microfone!

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - ... e V.Exa. conhece, no Nordeste, a dificuldade...

(Intervenções simultâneas. Ininteligíveis.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Caiado, eu vou voltar a palavra a V.Exa., que terá 10 segundos...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Fernando Francischini com a palavra, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, eu fico imaginando o que o brasileiro que está assistindo a esta audiência fica pensando.

Assistindo ao Ministro Gilberto Carvalho, Deputado Caiado, que, quando começou, parecia um padre. Eu estava me sentindo na homilia. *(Risos.)* Quando o senhor se sentiu mais pressionado, veio com aquele discurso bolivariano forte do foro de São Paulo, de dominação através dos movimentos sociais, do dinheiro para as ONGS, aí virou o homem forte que eu mencionei no primeiro momento, aquele que realmente é o cérebro. O senhor é o cérebro de todo esse pessoal aqui, com certeza, Ministro! Eu não tenho dúvida de que hoje nós estamos diante do homem forte desse Governo: é o ideólogo, é o que conduziu o Lula desde pequeninho até ficar grandão *(risos)*; é o que pegou a criatura Dilma ali e a transformou, desde a mudança dos dentes até a do cabelo, a fez virar Presidente da República, só para estar por trás de todo o mundo, Ministro Gilberto Carvalho.

(Não identificado) - Eu conheço o Gilberto há 35 anos e não sabia disso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É só pegar as fotos, Ministro Gilberto Carvalho: quando Lula ainda era metalúrgico, e tem o senhor por trás ali, de terno, sentadinho nas reuniões.

Todos esses planejamentos de ONGs, de dinheiro que vão para as OSCIPs, do Bolsa Família, sem porta de saída, têm a mão do senhor. Eu não tenho a mínima dúvida de que hoje eu estou diante de quem comanda o bastidor do País, muitas vezes com fantoches, marionetes. Mas quem comanda o País é o senhor, hoje. Muitas vezes, com o governante ficando refém, como a Presidente Dilma hoje é refém. Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS, que era a grande administradora, a grande gestora, a imagem que a elegeu, está com a imagem trincada, rachada, porque, como Presidente, não previu que um ato falho, incompleto, que a gente não sabe nem se foi isso mesmo, levou um prejuízo não de



20 centavos, como disse o povo que foi às ruas, na briga pela passagem de ônibus lá em São Paulo, ou no Rio, foi 1 bilhão de dólares. Um bilhão de dólares!

E quando o Ministro Jorge Hage diz que não está pregando no deserto, eu tenho um respeito enorme, porque a CGU, a Polícia Federal, a Receita são os órgãos de carreiras típicas de Estado que sobram neste País. E eu falo que ele prega no deserto porque, passados 9 anos da gestão do PT no poder — 9 anos! —, em 2012, o relatório do próprio órgão do Governo disse que tem 1.075 processos de convênios em um porão do Ministério do Trabalho, que somam 5 milhões. Três, quatro, cinco vezes o que a PETROBRAS perdeu em prejuízo nesse caso de Pasadena estão lá guardados sem avaliação nenhuma! E agora, passados 11 anos, quase 12 anos, vão criar força-tarefa, uma grande força-tarefa. Nove funcionários da Caixa Econômica Federal vão se juntar para fazer essa força-tarefa.

E quando eu mostrei o quadro de Tiradentes, ali atrás, para o Ministro Gilberto Carvalho, eu queria fazer um paralelo. Ele foi um mártir, Ministro. Foi o mártir da Independência, da Inconfidência Mineira, vamos chamar assim. E quando a gente fala em mártir, um ser vira mártir quando, muitas vezes, passa raspando um atrás do outro; aí ele vira mártir. Quantos mártires a gente viu agora criados, e o Supremo Tribunal Federal, aquele tribunal de exceção, se juntou para fritar no fogo do inferno os perseguidos políticos do nosso País, os que desviaram dinheiro público para poder fazer a revolução. Mas eles mesmos estavam no poder! Que revolução é essa se eles mesmos estão no poder? Então, a gente não entende.

Eu queria dizer ao Ministro Manoel Dias: Ministro, não é um só. Só nessa matéria do *Estadão*, tem o ex-Presidente da Juventude pedetista, John Sievers, dizendo que, à época, recebia pagamentos mensais da ADRVale. Depois, na mesma matéria, tem, lá na frente, o Sr. Fábio da Silva Pereira Machado, que contou para a Polícia Federal ter sido escolhido para prestar serviços a uma ONG.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem 1 minuto para concluir.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Vou concluir, Presidente.

Há o ex-Vereador, do PDT de Guaramirim — que eu acho que é o que responde a processo, que senhor está falando. Não sei se é esse — Caubi dos Santos Peixoto — que figurava na folha de pagamento da entidade como vigilante.



Em depoimento, ele disse que desconhece o seu nome ali, que acha que o cadastro dele de empregado tenha sido realizado como forma de esquentar o dinheiro gasto em outra atividade.

Então, a gente fica pensando, e eu acho que os próximos lances, Presidente — para finalizar — são as filhas de Pasadena. Pode escrever, Presidente, a mídia deste final de semana será: *“As filhas de Pasadena, as usinas de biodiesel pelo País que foram superfaturadas”*. A Associação Brasileira de Biodiesel está denunciando uma pilha delas para todos nós aqui: superfaturamento em Marialva, no Paraná, e em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Usinas superfaturadas e que, somando todas, vão virar uma nova Pasadena, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos agora seguir a ordem dos Deputados membros da Comissão.

Com a palavra o Deputado André Figueiredo, que disporá de até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Obrigado, Sr. Presidente. Eu serei bastante conciso.

Aproveitando a presença aqui do Ministro Hage, e até a do Deputado Fernando Francischini, que é um grande amigo e foi o autor de mais este requerimento — o requerimento anterior era de convite e posteriormente de convocação do Ministro do Trabalho, também —, digo que li matéria de jornal sobre a contratação de uma ONG por 20,3 milhões de reais sem licitação:

“O Ministério Público Federal também apurou outras nove irregularidades na prestação de contas do programa, como pagamentos antecipados e ausência de relatórios de fiscalização de execução dos contratos e utilização dos recursos.

Outra grave irregularidade informada à Justiça pelo Ministério Público Federal é a existência de listagens com inscrições simultâneas de um mesmo CPF em cursos realizados, inclusive em Estados diferentes. Na versão do Ministério Público Federal, a repetição de número de inscritos foi a forma encontrada para desviar recursos do fundo.”



Interessante, não é, Deputado Fernando Francischini?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Não vou perguntar, não, porque essa denúncia aqui envolve algumas pessoas, e ela é do ano de 2001, Líder Francischini. Essa denúncia é de 2001. Envolve tantas pessoas conhecidas que não cabe aqui relatá-las.

Então, Ministro Jorge Hage, eu quero parabenizar a CGU por estar passando o pente-fino. Porque, infelizmente, o Ministério do Trabalho, no decorrer de sua existência, teve pessoas valorosas à frente dele, mas também teve pessoas que se utilizaram programas tão bonitos de qualificação profissional para roubar. É fato!

Agora, o que eu vi, nas colocações que aqui foram feitas, é que parece que o Ministro Manoel Dias é o grande culpado por esses 5 bilhões de reais de convênios que ainda não tiveram suas prestações de contas definitivamente concluídas; é o culpado até pelo Mais Médicos; é o culpado, Deputado Francischini — ele foi embora! — de algo que não tem nada a ver com ele, como o pagamento do seguro-desemprego.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Voltei aqui.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Isso é até para informação: ele é o culpado pelo pagamento do seguro-desemprego a pescador artesanal, quando quem o libera é o Ministro da Pesca. O Ministro do Trabalho e Emprego não tem nada, nada a ver com isso. O Ministro Jorge Hage pode corroborar com isso.

Então, Ministro Manoel Dias, talvez não seja o Ministro Gilberto Carvalho o mais poderoso, seja V.Exa. E V.Exa. está de parabéns, porque consegue passar, neste pouco tempo, 1 ano, que consegue pelo menos encaminhar à CGU várias ações, que, tenho plena convicção, vão ajudar a limpar o nome desta instituição respeitada que é o Ministério do Trabalho e Emprego.

E vem o apelo ao Ministro Gilberto Carvalho: vamos resgatar o MTE. Se o Ministro Jorge Hage disse que se não tem condição de fazer 200 convênios porque não tem gente suficiente — e não são apenas os nove da Caixa que foram cedidos, tem também os 55 capacitados pela CGU, mas que ainda é pouco —, é porque tem uma rotatividade muito grande dos quadros do Ministério de Trabalho e Emprego. A pior carreira da Esplanada dos Ministérios é a do MTE, a carreira da Previdência:



MTE e Ministério da Previdência Social. Não estou falando da carreira de INSS, não! É a pior carreira. E há quanto tempo se demanda o Plano de Cargos e Carreiras? Foi feito um concurso em 2009, entraram 2.200 concursados, e todos já saíram. Por quê? Porque passam em concursos com melhor remuneração. Então, como a gente pode valorizar o MTE se a gente não tem a preocupação de deixar nos quadros do MTE profissionais concursados que sejam competentes?

Então, eu quero aqui mais uma vez parabenizar essa transparência, Ministro Jorge Hage, e dizer que não apenas a SPPE pode ser objeto de transparência, mas também todas as Secretarias finalísticas do Ministério do Trabalho e Emprego. A exemplo do que fez V.Exa., inclusive, na última vez em que esteve nesta Comissão.

A gestão do Ministro Manoel Dias é transparente; é extremamente transparente. E aqui eu quero apenas dizer, não sendo mais uma vez redundante: quem faz parte do PDT sente-se extremamente atingido quando ouve dizer que há uma quadrilha do PDT à frente do Ministério de Trabalho e Emprego. Companheiras e companheiros, felizmente não ouvi nada de nenhum Deputado aqui. Porque quem tem, desculpe, vergonha na cara sabe que, para falar do PDT, tem que ter muita coisa para mostrar. Porque o PDT é um dos partidos mais honrados, e isso a gente deve à luta histórica de Leonel Brizola, que neste ano faz 10 anos que partiu. A V.Exa., Ministro Manoel Dias, que ouviu alguns burburinhos aqui nesse sentido “Ah, agora vai chorar, vai contar história”, eu quero mais uma vez parabenizar, porque só conta a sua história quem tem orgulho para contar a sua vida. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Edson Santos, que terá até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Presidente, eu quero dizer que, para o assunto da pauta, sinto-me plenamente contemplado, e acredito que a maioria dos Deputados aqui se vê contemplada com a explicação que nos trouxeram aqui os Ministros Jorge Hage, Gilberto Carvalho e Manoel Dias. Não ficou um ponto sem resposta sobre a questão das organizações não governamentais e da relação do Estado brasileiro, do Governo brasileiro com esse importante segmento da sociedade civil que tem que ser estimulado na sua organização e na sua ação, para que possa ajudar o Estado brasileiro a superar dívidas históricas que tem para com a população negra, a população indígena e as mulheres. É evidente que esse



segmento tem maior dificuldade de organização por conta, evidentemente, desse déficit de atenção que o Estado brasileiro lhe ofereceu ou deixou de lhe oferecer ao longo de grande parte da nossa República.

Então, creio que só aqueles renitentes que não têm o que falar, que estão sem discurso é que vão insistir nisso. Eles vêm aqui até para defender a PETROBRAS.

Lembro-me, na época em que eu ainda não estava nesta Casa, de quantas vezes nós fomos às ruas para defender a PETROBRAS, que estava sendo colocada na bacia das almas para ser vendida, como foi vendida a Vale do Rio Doce a preço de banana. Era isso que o PSDB e o DEM iam fazer com a PETROBRAS.

Eu quero aqui situar alguma coisa bem atual em relação à PETROBRAS. Eu estive em Suape, na terra do nosso Deputado Paulo Rubem Santiago, uma área antes ocupada por trabalhadores rurais, cortadores de cana, e que hoje tem um complexo industrial que certamente teve como âncora os estaleiros colocados ali a partir de encomendas da PETROBRAS; estaleiros que o Presidente Lula foi visitar, antes de ser Presidente, lá no Rio de Janeiro, e parecia um campo de soja do Deputado Caiado, que só tinha mato. Hoje, esses estaleiros estão revitalizados.

Nós tínhamos, na época passada, na época deles, 3 mil trabalhadores no setor naval; e hoje, 78 mil trabalhadores, e vamos chegar a 100 mil trabalhadores, a partir das encomendas que esta PETROBRAS, tão atacada, tão vilipendiada, está fazendo para dar conta da exploração do petróleo e do pré-sal. São 46 embarcações que a PETROBRAS encomendou, ou está encomendando aos estaleiros brasileiros.

É ou não é um novo tempo? Será que é isso que incomoda? Até porque, quando se fala de Pasadena, pode-se falar aqui também do Japão, brevemente. Isso faz parte de uma política de internacionalização dessa empresa, e que nós não mudamos o nome; não colocamos um “x” no lugar do “s”. A PETROBRAS está indo para fora e vai ser autossuficiente na produção de *diesel* em 2022. E a PETROBRAS vai com a sua cara, a cara do povo brasileiro, lá fora, para disputar mercado.

Eu tenho certeza, Ministro Gilberto Carvalho, Ministro Manoel Dias, Ministro Jorge Hage, de que nós vamos desmontar mais essa farsa. Eu quero deixar a V.Exas. aqui uma questão: eu reclamo uma maior ação do Governo na direção dos



movimentos sociais, no sentido do diálogo — não é só dinheiro, não —, do fortalecimento institucional das representações do movimento social.

No mais, Sr. Presidente, Deputado Hugo Motta, quero manifestar-me plenamente satisfeito. Aguardo ansiosamente o debate que teremos aqui sobre a PETROBRAS, sobre o que eles fizeram com a PETROBRAS e o que nós estamos fazendo com a PETROBRAS e com a economia do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Vanderlei Siraque, que terá até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE - Sr. Presidente; Srs. Ministros Jorge Hage Sobrinho, Gilberto Carvalho, Manoel Dias; Sras. e Srs. Deputados, eu os ouvi atentamente, até porque nós entendemos que é obrigação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e obrigação de todos os Deputados desta Casa, de fato, fiscalizar.

O que eu estou observando é que está havendo muito pouca fiscalização e muito discurso político. Não foi apresentado um fato novo por nenhum Deputado. Tudo o que foi discutido aqui poderia ter sido feito através de requerimento de informação. Noutro dia, veio aqui um Ministro estreante nesta Casa, o Ministro da Saúde, Alexandre Chioro. S.Exa. ficou aqui durante 7 horas na nossa Comissão e respondeu às mesmas perguntas que foram feitas hoje aos Ministros aqui presentes. Não se acrescentou nada. E as perguntas já tinham sido respondidas pelo Ministro Padilha, em Comissão Geral nesta Casa; já tinham sido respondidas pelo Advogado-Geral da União, o Ministro Adams; e hoje continuam sendo repetidas por questões ideológicas.

Vejo aqui o Deputado Caiado, por quem tenho respeito. Na verdade, ele tem uma preocupação com a legalidade do Mais Médicos, como já foi exposto aqui. Entre com uma ação no Supremo Tribunal Federal, assim como o DEM entrou com uma ação em relação ao Bolsa Família, e perdeu, jurídica e politicamente; entre com uma ação regular, porque quem vai julgar se é inconstitucional não é a Câmara, é o Supremo Tribunal Federal. Agora, jamais se preocuparam com o art. 196 da Constituição sobre as pessoas que estavam sem médicos Brasil afora. Nunca se preocuparam. Então, isso aqui é conversa para parar o Governo, porque estamos aqui com três Ministros. Inclusive um é para fazer controle interno do Governo,



obrigação criada durante o Governo Lula — primeiro o Ministro Waldir Pires; agora o Ministro Jorge Hage. Então, parece que a intenção aqui é paralisar o Governo e torcer para que tudo dê errado. Ontem eu vi alguns Deputados falando daquela agência Standard & Poor's, aquela mesma que levou o mundo à crise do Lehman Brothers, e ficaram todos felizes. Acho que um dos poucos jornais que colocou em manchete foi a *Folha de S.Paulo*, torcendo para que desse certo, beneficiando a Oposição. Eu noto inclusive que, quando saem os Deputados da Oposição, parece que uma parte da imprensa sai junto, nunca esperam o final. Talvez foram lá fora para ver se tem algum carro de Ministro estacionado em algum lugar, como aconteceu outro dia.

Então, é perda de tempo o que nós estamos fazendo. Não teve nada de novo, Sr. Presidente. O que nós deveríamos estar fiscalizando aqui é se tem dinheiro, por exemplo, federal lá no metrô de São Paulo, Deputado Macris. O Robson Marinho, do Tribunal de Contas de São Paulo, que recebe dinheiro, propina, para aprovar as contas de vocês lá em São Paulo, que não deixa ter CPI do “tremsalão” de São Paulo. Eu vi um Deputado de Minas falando de mensalão. O mensalão existe sim, começou em Minas com o Sr. Azeredo, Presidente do PSDB, que inclusive renunciou, não teve coragem de enfrentar a situação na tribuna desta Casa. Houve problema, sim, no Governo do Fernando Henrique. Por exemplo, a compra para ser reeleito, só que nunca foi apurado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Um minuto para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE - Tinha também o “arquivador-geral” da República durante os Governos do PSDB nesta Casa. Queriam privatizar a PETROBRAS, como foi bem dito aqui pelo Edson Santos, queriam denominar “PETROBRAX”, porque sabiam da existência do pré-sal, queriam vender a PETROBRAS e depois dizer que era a iniciativa privada a competente e que descobriu petróleo lá no fundo.

Então, eu penso que nós deveríamos fiscalizar, sim. Agora, não parar o Governo. O Ministro Lobão estava lá na Comissão de Minas e Energia. Daqui a pouco, todos os Ministros vão circular no Senado ou na Câmara dos Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Siraque.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE - Eu respeito muito aqui o Deputado Francischini, aliás, foi Delegado, mas ele não escolheu ainda se quer ser Delegado ou se quer ser Deputado, como ele disse inclusive outro dia. Aí fica brincando. Isto aqui não é uma brincadeira, isto aqui é coisa muito séria.

Então, Sr. Presidente, eu penso que nós temos que cumprir o Regimento. V.Exa., inclusive, está de parabéns, tenta se esforçar, não dá conta sozinho, para combinarmos os procedimentos. Não dá para ficarmos aqui sete horas. Nós começamos hoje às 10 horas da manhã e já são 19 horas. Inclusive, daqui a pouco, o Caiado vai defender que os horários de trabalho nosso aqui não estão cumprindo a Constituição, inclusive estamos na presença do Ministro do Trabalho.

Eu quero, para encerrar, parabenizar todos os Ministros pela resposta. Eu tenho um carinho especial pelo Ministro Gilberto Carvalho, que é da minha cidade de Santo André, de Londrina. E tenho muito orgulho, Gilberto, porque foi dito aqui que nós participamos da sua escola. Nós participamos mesmo, que é a escola em defesa da dignidade da pessoa humana, da defesa da vida, da transparência, da participação popular e do desenvolvimento econômico com inclusão social. Então, tenho orgulho de pertencermos a essa escola, que é a escola do Lula. Tenho orgulho, porque você que carregou o Lula desde pequenininho — disseram aqui. Eu tenho orgulho disso. Ele foi eleito duas vezes Presidente da República e foi o melhor Presidente que o Brasil já teve. Então, parabéns pelo elogio da Oposição!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Esta Presidência, diante do adiantado da hora, estava fazendo blocos de cinco Deputados, e principalmente os últimos Deputados, do PT, o Deputado André Figueiredo é do PDT, fizeram apenas colocações, não houve especificamente questionamentos. Então, vamos dar prosseguimento.

O próximo inscrito é o Deputado Irajá Abreu. Quando tivermos cinco Deputados que tiverem formulado questionamentos, nós passaremos a palavra aos Ministros para que possamos ganhar tempo e mais Deputados possam se expressar.

Com a palavra o Deputado Irajá Abreu. V.Exa. dispõe de até 5 minutos.



O SR. DEPUTADO IRAJÁ ABREU - Sr. Presidente Hugo Motta, Srs. Ministros Manoel Dias, Gilberto Carvalho, Jorge Hage, demais colegas Deputados e Deputadas Federais, meus cumprimentos.

Sr. Ministro Gilberto Carvalho, a sua alusão aos produtores rurais do País foi, no mínimo, infeliz, para não se dizer indecorosa. V. Exa. tem que saber respeitar 5 milhões e 200 mil produtores rurais — pequenos, médios, grandes produtores — deste País, que são responsáveis por um quarto do PIB deste País, um terço das exportações, um terço dos nossos empregos gerados.

O senhor, ao comparar os produtores rurais que são apoiados pelo BNDES, que são apoiados pela Caixa Econômica Federal, através de financiamentos, produtores que produzem alimento barato neste País, querer compará-los com o MST, que tem promovido a desordem, tem promovido a violência, tem promovido a quebra de órgãos públicos deste País e, principalmente, a invasão de propriedades rurais, é algo que realmente não dá para admitir.

Eu tenho certeza absoluta de que o Governo Federal jamais patrocinou, nessa história, algum evento, algum movimento dos produtores rurais, seja um “tratoração” ou algum outro movimento apoiado por esta Casa, ao contrário do que o Governo vem fazendo ao patrocinar o movimento do MST.

Portanto, eu lhe faço uma pergunta objetiva e clara: eu quero saber de V.Exa. se o Governo Federal vai continuar patrocinando o MST? E, se o fizer, qual é a garantia que o Governo pode dar de que esse Movimento não vai continuar invadindo propriedade privada neste País?

Sr. Ministro Manoel Dias, nós sabemos do problema grave que estamos enfrentando com relação ao seguro-desemprego. Nós temos uma economia com alta renda, consumo em alta e também de emprego pleno, como nunca tivemos na história. No entanto, existe um descompasso. Nós temos muito emprego, mas nós temos o seguro-desemprego também num nível jamais visto antes. Então, eu gostaria de saber de V. Exa. o que o seu Ministério está fazendo para combater essa máfia do seguro-desemprego. Nós não aguentamos mais — os comerciantes, os empresários, os industriais não aguentam mais.

Nós chegamos a um ponto em que, hoje, os trabalhadores trabalham 6 meses — portanto, têm direito ao seguro-desemprego — e começam a chantagear os seus



empregadores para que eles sejam demitidos e contratados de forma irregular, como se isso fosse uma coisa normal e possível de ser feita.

Então, eu gostaria que o senhor pudesse esclarecer a esta Comissão o que o Ministério está fazendo para impedir que isso se alastre.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando prosseguimento e agradecendo ao Deputado Irajá Abreu — que usou até menos do tempo que poderia usar —, vamos passar a palavra ao Deputado Alexandre Leite. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Edinho Bez. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado João Arruda. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Renato Simões. V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO SIMÕES - Sr. Presidente, queria, em primeiro lugar, solidarizar-me com a imprensa aqui presente. Esta audiência foi oferecida, na semana passada, como a grande conquista da Oposição em associação com certa revolta na base aliada, trazendo aqui o que hoje foi definido como o cérebro do Governo para ser dissecado nesta audiência pública.

Dez Ministros convocados! Que beleza! É o espetáculo do crescimento da Oposição nesta Casa! A montanha pariu esse rato, que infelizmente nós estamos administrando aqui, hoje. E parece que é muito importante que esta audiência sirva para uma avaliação dos acordos futuros que faremos na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, visto que essa estratégia — a que eu chamo, candidamente, de jogar farofa no ventilador — realmente não condiz com a qualidade da Oposição nesta Casa.

Sáímos daqui com as denúncias que foram objeto da reunião tratadas ligeiramente pelos Srs. Parlamentares da Oposição. Na réplica e na tréplica, já se colocavam outros assuntos que sabiam previamente que não eram objeto deste debate. Então, a audiência sobre as irregularidades no Ministério do Trabalho e nos convênios com o MST foram todas respondidas em 2 horas, e nós ficamos aqui ouvindo discursos sobre Mais Médicos, sobre PETROBRAS.

Na semana que vem, dia 15, virá a Presidenta da PETROBRAS. Nós vamos tratar, por 2 horas, de PETROBRAS e vamos ouvir discursos novamente sobre outros assuntos que não têm a ver com a pauta, porque esse é o método da farofa



no ventilador: a Oposição, sem discurso, sem projeto, sem qualidade de intervenção, cria fatos como esse.

Eu chamo a atenção do PMDB e dos partidos da base, que votaram nessa convocação para pensar se valeu a pena efetivamente ter submetido o Governo, os Ministros e o Parlamento a isso.

Pobres jornalistas, que devem estar procurando algum gancho para as suas matérias. Evidentemente que alguns editores simpáticos à Oposição encontrarão algum pelo nesse ovo para amanhã termos alguma notícia desta audiência pública.

Então, o cérebro do Governo — eu fiquei encantado ao ouvir essa expressão aqui — precisa ser confrontado pelo cérebro da Oposição. A Oposição precisa ter projeto para vir discutir as coisas, ou nós vamos ficar aqui nessa pasmaceira, obrigando os Ministros a virem prestar contas daquilo que já prestaram, que já fizeram, que já é do conhecimento público, matérias que foram respondidas há um ano, há dois anos, há 6 meses e que não constituem efetivamente razão de ser desta Comissão.

Para não dizer que não falei de flores ou perguntei, gostaria de fazer brevemente três perguntas: a primeira ao Ministro Manoel Dias: V.Exa., em torno dessas irregularidades que estão sendo apuradas, em particular aquela que foi duramente criticada aqui, a da Arquidiocese de São Paulo, V.Exa., por aquilo que conhece dessa investigação, poderia dizer que a Arquidiocese de São Paulo, Dom Claudio Hummes, Dom Odilo Scherer, são pessoas corruptas, mancomunadas com o Governo para praticar crimes sobre o seu manto e sob o seu patrocínio institucional?

Gostaria de ouvir essa resposta, para os tucanos de São Paulo refletirem sobre o que fizeram aqui hoje sobre esse tema.

Gostaria de perguntar ao Ministro Hage sobre as ações que alguns dos Srs. Parlamentares suscitaram sobre a administração do Programa de Aquisição de Alimentos perante a CGU, que levaram recentemente à Polícia Federal a desenvolver, no final do ano, operações de prisão de colonos que administram convênios do PAA de 2 mil reais/ano por família e que estão presos por 40 dias, até que o STJ acolhesse *habeas corpus* em seu favor. Foram processados por peculato, por crimes de corrupção, porque houve problemas na prestação de contas, que



poderiam ter sido sanados com um bom programa governamental de instrução ao pequeno, que nunca teve crédito e que às vezes comete o crime de pegar a nota fiscal de um vizinho ou de prestar conta de melancia em vez de melão e por isso vai em cana, porque o objetivo é contra o PAA.

Como nós podemos aprimorar o sistema, Ministro, para evitar essas injustiças, fazer justiça, fiscalização, mas impedir a criminalização do sistema?

A última pergunta é ao Ministro Gilberto Carvalho. O seu Ministério é a porta de administração dos grandes conflitos sociais no Brasil. Portanto, eu espero, de coração, que V.Exa. saia desta audiência comprometido com a manutenção dessa linha, porque os enfrentamentos que tivemos aqui são de classe, contra o público contra o qual V.Exa. vem construindo pontes de diálogo e de negociação.

Eu gostaria de perguntar se V.Exa. sai daqui com a característica das câmaras de negociação e dos projetos em parceria com a iniciativa particular das ONGs fortalecido ou diminuído, e sobre a legislação no terceiro setor, que vem sendo construída na âmbito da Secretaria de V.Exa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns pela condução serena dos trabalhos, apesar da balburdia que muitas vezes se estabeleceu no plenário!

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Eu gostaria de fazer uma sugestão. Nós já estamos exaustos e ainda temos o plenário. Se for de 5 em 5, ninguém vai aguentar. Vamos fazer de 10 em 10. Falam 10 Parlamentares, provavelmente os 10 últimos falarão, e a gente encerra. Ninguém aguenta esse pingue-pongue exaustivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Acatada a sugestão de V.Exa.

Com a palavra o Deputado Siba Machado. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Carlos Brandão. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Pepe Vargas. V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezados Ministros, todos os Governos Municipais, Estaduais, e com o Governo Federal não é diferente, precisam utilizar-se de convênios ou contratos de repasse com entidades sem fins lucrativos, entidades da sociedade civil organizada, entidades privadas, sem fins lucrativos, todos, sem exceção. Não conheço nenhum Município de porte razoável, nenhum Governo Estadual que não faça isso. Aliás, a



legislação que trata de organizações sociais e OSCIPs foi votada nos Governos da Oposição e patrocinada pelo Governo da atual Oposição.

Aqui foram feitas explanações pelos Ministros Jorge Hage, Gilberto Carvalho e Manoel Dias que trataram objetivamente das virtudes desse modelo, mas também não se furtaram de colocar os problemas que existem e que exigem aperfeiçoamento, seja dos órgãos de controle interno ou externo, seja da própria legislação.

Eu acho, Presidente Hugo Motta, que V.Exa. vem dirigindo a Comissão com muita competência e democracia. Esta Comissão poderia dar uma grande contribuição ao País se nos debruçássemos sobre a proposta de legislação que visa aperfeiçoar o relacionamento dos Governos com entidades não governamentais. Acho que é esta seria uma grande contribuição que esta Comissão poderia dar. Se nós sairmos daqui, hoje, com esse propósito de fazer um debate específico sobre essa legislação, nós ganharíamos o dia. Se a gente não fizer isso, teremos perdido alguns pares de horas aqui.

Tudo bem que o Parlamento e a democracia envolvem o conflito, a divergência, o contraditório. Isso faz parte e é da natureza dos processos democráticos, mas às vezes, com todo respeito que eu tenho pelos Parlamentares da Oposição, a gente vê aqui alguns exageros, apesar de que faz parte da disputa e do ano em que nós estamos vivendo.

Vamos considerar o tema da PETROBRAS, que hoje tem um patrimônio muito superior ao que tinha há 10 ou 15 anos, se eu não me engano, muito mais do que 4 vezes superior é o patrimônio da PETROBRAS. Aliás, só tem esse patrimônio porque o atual Governo, as forças que defendem o atual Governo a salvaram-na da privatização que a atual Oposição queria patrocinar. Todo mundo lembra aqui da "PETROBRAX". Então, a Oposição não tem muita autoridade para vim falar desse assunto, como todo respeito que tenho.

Em segundo lugar, as questões relativas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. O nosso Governo se relaciona com todo o povo brasileiro e com todas as organizações. Nós nos relacionamos com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com a CONTAG, com a FETAG, com a FETRAF, com a Confederação Nacional da Agricultura, que são entidades organizadas de cunho sindical, e também nos



relacionamos — nem poderia ser diferente — com movimentos sociais organizados que não têm essa representação sindical.

O que aconteceu na frente do Palácio do Planalto, naquele dia da manifestação do MST, só não transbordou eventualmente numa violência maior porque ali tinha um movimento que tem direção, que tem coordenação política, tem pauta de reivindicação e tem disposição de dialogar com as forças institucionais deste País, senão tinha transbordado. Diferente dos movimentos que a gente vê que não tem direção, que não tem pauta propriamente clara e que fazem quebra-quebra por quebra-quebra. Essa é uma diferença fundamental.

Os assentamentos da reforma agrária no Brasil respondem por 6% do valor bruto da produção agropecuária brasileira. Isso é dado do IBGE, não é dado meu. Seis por cento do valor bruto da produção agropecuária. Isso eu estou falando de um País que tem uma agricultura pujante, que responde por alguma coisa entre 25 e 30% do PIB. Portanto, 6% do valor bruto da produção bruta agropecuária é dos assentamentos da reforma agrária. O Ministro Gilberto Carvalho fez referência a isso na sua fala.

Hoje nós temos um campo muito mais pacificado do que há alguns anos. Não sei se os senhores sabem, mas o ano passado, o ano de 2013, foi o ano em que nós tivemos o menor número de ocupação de terras nos últimos 10 anos da história deste País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Pepe Vargas.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Porque tem um Governo que dialoga com os movimentos sociais, mesmo às vezes não concordando integralmente com os movimentos, ou quem quer que seja, mas dialoga.

Eu acredito, Ministro Gilberto Carvalho, que o nosso Governo tem que continuar tendo esse comportamento republicano, por meio do qual as nossas empresas públicas, os nossos órgãos públicos, relacionam-se com todo o universo da sociedade brasileira, sejam entidades de cunho sindical, sejam entidades de cunho não sindical, mas que também representam forças importantes do nosso País.



Então, concluo, Presidente, propondo concretamente isso: que nas próximas reuniões, acho que nós poderíamos inclusive... Eu até me proponho a fazer um requerimento solicitando uma audiência pública exclusivamente para tratar desse tema do aperfeiçoamento da legislação que cuida da relação dos órgãos públicos com entidades não governamentais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Esta Presidência acatará, acima de tudo, com muita alegria, o requerimento de V.Exa., para que possamos debater e evoluir com uma legislação que não seja injusta com quem realmente cumpre o seu dever e o seu papel e que também não seja relapsa com aqueles que porventura não cumprem o que determina a nossa legislação.

Vou passar a palavra ao Deputado Amauri Teixeira e, em seguida, aos Ministros.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, quero dizer que a Oposição, que o Democratas aceita discutir, desde que os Ministros não se furtem a responder as perguntas na íntegra, e que seja sob o testemunho da verdade. Não tem problema algum. Aceitamos exatamente isso. Vem Ministro, não responde as perguntas, e aí ficam esses fazendo discursos, dizendo que foram chamados. São várias perguntas elencadas. Tudo bem. Então, que venha sob juramento.

(Não Identificado) - É outra fala, Presidente? Não pode. É outra fala? Não pode, Caiado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - E, neste momento, nós acolhemos a sugestão do PT, e nós Democratas estamos aceitando. Serão formuladas as perguntas, e as respostas têm que ser sob juramento dos Ministros objetivamente. Perfeito. Estamos de acordo. Não tem problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, vamos adiante.

Com a palavra o Deputado Amauri Teixeira.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o que nós vimos aqui, nas últimas semanas, não é natural da democracia, nem é bom para a democracia, nem para o Parlamento. É a vulgarização de alguns instrumentos de controle, de alguns instrumentos de fiscalização, é o uso político excessivo desses instrumentos. Isso não é bom para a democracia, isso não é bom para o Parlamento. Você convocar ene Ministros de



uma vez só mostra o quê? Mostra o uso político desse instrumento importante. Nós temos que ter critério para que nós não possamos vulgarizar esse instrumento, como foi feito um espetáculo, um desespero. A Oposição está desesperada, está no limite. E toda pesquisa mostra que a Presidenta Dilma ganha no primeiro turno.

A Oposição quer de qualquer forma arranjar um fato político na tentativa de reverter essa situação. E uma das tentativas é essa convocação irresponsável, esse uso desproporcional e despropositado de um instrumento importante, que é a convocação de autoridades públicas para prestarem esclarecimentos sobre um fato determinado, sobre uma questão específica, que tenha relevância e interesse público.

Mas aqui não foi esse o critério, tanto que se convocou quase a Esplanada toda, sem nenhum sentido. É tanto que, em algumas audiências, eles saíram antes mesmo das respostas de tão vergonhosa que foi a situação. O Ministro respondeu, não tinham mais o que questionar e eles foram embora, como foi o caso do Ministro da Saúde, Arthur Chioro, como foi aqui hoje. A maioria, como eu disse à imprensa, já se retirou, perguntou e foi embora. Por quê? Porque não tem mais o que perguntar. As respostas são satisfatórias.

Eu quero parabenizar o Ministro, meu conterrâneo, a quem eu tanto admiro, Jorge Hage, que é um dos homens mais sérios deste País, que tem cumprido a sua missão com seriedade. A CGU é referência internacional. Temos precariedade, é verdade, Gilberto, temos que fortalecer esse órgão ainda mais, mais do que já fortalecemos, mas a CGU tem dado exemplo não para o Brasil. O Brasil não tinha esse controle, como diz o Ministro. A CGU hoje é referência no mundo, em fiscalização, sem direcionamento, em fiscalização imparcial.

Mas gostaria, Ministro, tanto o senhor quanto o Ministro Gilberto Carvalho e o Ministro Manoel Dias, de dizer que este País das elites tem que ser mudado. A contratação de uma ONG indígena, de uma ONG quilombola, com a mesma exigência de uma ONG da Avenida Paulista, é uma exclusão, com a mesma burocracia. Nós temos que simplificar. Nós não podemos exigir de quem não tem condições de apresentar um projeto formatado, como disse Renato, e muitas vezes você criminaliza um agricultor, como foi no Paraná, por exigência excessiva daqueles que têm incapacidade, historicamente falando, porque foram excluídos, de



preencher essas exigências. E podemos marginalizar, inclusive, os movimentos sociais.

Quero dizer aqui que o discurso autoritário não é nosso. Eles estão falando aqui hoje que estamos completando 50 anos de ditadura, porque nós fomos presos por eles, pelos seus representantes, pelos seus aliados para conquistar a liberdade de falar, dos Pinochets falarem aqui. Eles são filhotes de Pinochet, eles são filhotes de Videla, eles são filhotes de Médici, travestidos de democratas, travestidos de democratas! Nunca foram democratas, foram ditadores, foram cerceadores da liberdade, da liberdade de imprensa, da liberdade de expressão, da liberdade de funcionamento deste Parlamento, que foi três vezes fechado por eles, e hoje nos chamam de autoritários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Concluo dizendo que os senhores cumpriram bem a sua missão hoje neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Indago do Plenário — nós temos ainda por volta de 10 Deputados inscritos, alguns estão ausentes, pelo que esta Presidência está vendo — se V.Exas. preferem continuar ou se V.Exas. preferem que os Ministros expliquem e a gente faça mais um bloco.

(Não identificado) - Sr. Presidente, pela ordem.

Leia a lista dos inscritos, quem não estiver presente, já cancela. Vai pela inépcia da petição inicial. Quem não está presente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Efraim Filho. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Valmir Assunção, V.Exa. é o próximo, só terminar.

Deputado Mário Heringer. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Damião Feliciano. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Giovanni Queiroz. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Henrique Fontana. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Ronaldo Fonseca. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Weverton Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Marcos Rogério. *(Pausa.)*

Deputado Felipe Maia. *(Pausa.)* Ausente.



Deputado Félix Júnior. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Marcon. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Paulo Teixeira. *(Pausa.)*

(Não identificado) - Sugestão de encerrar a lista, Sr. Presidente. Só falará quem foi citado por V.Exa. e esteja presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, são os Deputados Valmir Assunção, Weverton Rocha, Marcos Rogério e Paulo Teixeira. São mais quatro Deputados, os Ministros respondem e a gente encerra a audiência pública.

(Não identificado) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Todo mundo de acordo?

Com a palavra o Deputado Valmir Assunção. S.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, Srs. Ministros aqui presentes, eu quero iniciar parabenizando todas as intervenções feitas pelos Ministros, mas, ao mesmo tempo, tentando responder uma pergunta que foi feita para o Ministro Gilberto. Teve um Deputado que fez a seguinte pergunta para o Ministro Gilberto: se teria condições de o Governo continuar apoiando o Movimento dos Sem-Terra, se o Movimento dos Sem Terra não vai fazer invasão ou coisa desse tipo.

Nesse aspecto pode ficar tranquilo, o Movimento dos Sem Terra só quer uma coisa: que se cumpra o art. 184 da Constituição, que diz que todas as terras improdutivas têm que ser destinadas para a reforma agrária. Está na lei, é isso que o Movimento dos Sem Terra faz ao longo dos anos.

Eu estou dizendo isso porque eu sou militante do Movimento dos Sem-Terra. E quando o Deputado diz aqui que não aceita comparação do movimento com o agronegócio; nós também não aceitamos não, porque nós sabemos que setores — e aí eu não posso generalizar, porque sou responsável — do agronegócio estão envolvidos com o trabalho escravo. Nós não estamos envolvidos com o trabalho escravo. Tem setores do agronegócio que convivem com a destruição do meio ambiente. Nós não estamos com programa nem com trabalho para destruir o meio ambiente. Tem setores do agronegócio que ceifaram a vida de centenas de trabalhadores rurais no Brasil inteiro, e todo mundo sabe disso, é só pegar os dados. Nós não estamos envolvidos com isso. Então, nós não queremos comparação



também não, porque nós sabemos da nossa responsabilidade, o que nós estamos fazendo.

Eu estava lá, participei de todo o congresso dos sem-terra. Eu estava lá em frente ao Palácio. Eu não estou falando aqui que eu ouvi dizer ou porque saiu na imprensa. Não estou falando, estou falando porque eu estava lá. Eu estava em frente ao Supremo Tribunal, e em frente ao Supremo Tribunal estava o pessoal da Bahia. Não tinha nenhuma decisão de invadir o Supremo Tribunal. Estávamos ali simplesmente para levantar uma faixa em frente ao Supremo Tribunal, como sempre fizemos nesses 30 anos do MST.

Então, Deputado, com relação a essa questão de comparação, de fato, nós não queremos comparação. E, por outro lado, pode ficar tranquilo que nós vamos continuar lutando para cumprir a Constituição Federal. Enquanto tiver terra improdutiva no Brasil, vai continuar a luta para democratizar o acesso à terra. Esta é uma preliminar fundamental que nós temos que colocar aqui.

O outro aspecto — e aí eu queria, Ministro Gilberto Carvalho, que pudesse detalhar melhor, se for possível — é o fato de que a Caixa Econômica, o Banco do Brasil e também o BNDES, todos eles, sempre patrocinam e patrocinam à espera do agronegócio. E aí é bom precisar sempre os números, o que significa isso. Por exemplo, para 2014, o que está orçado para os patrocínios da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, do BNDES e da PETROBRAS para o agronegócio? O que está orçado para o patrocínio com relação à agricultura familiar, com relação à espera da reforma agrária? Eu acho que a diferença vai ser assim: 1% para a espera da agricultura familiar e também da reforma agrária e 99% para o agronegócio.

Esta é uma realidade, e nós não estamos reclamando disso aqui não; nós queremos uma identificação, porque o que estamos vendo aqui hoje, Ministro, é o preconceito: preconceito contra os sem-terra, preconceito contra aqueles que lutam. E eu digo isso porque, no mês de junho, quando o povo foi para as ruas, quando a pesquisa da Presidente Dilma foi lá embaixo, a Oposição comemorou, apoiando e dizendo: *"É isso mesmo, tem que ir para a rua mesmo"*.

Mas quando a Presidente Dilma novamente volta ao patamar que todos nós esperávamos, quando as pesquisas mostram que a Presidente Dilma pode ganhar no primeiro turno essa eleição, e vai ganhar no primeiro turno, aí vem o desespero



da Oposição aqui nesta Casa. O que a Oposição queria conseguiu aqui hoje: era simplesmente uma imagem deles na televisão questionando a posição do Governo. Era isso que eles queriam, e eles conseguiram. É por isso que eles não ficam para ouvir o debate, para debater conosco, para debater com todos nós aqui. Esta é a questão que é importante reafirmar.

Quero concluir, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Então, seja justo aí: "não ficam" é plural. Eu gostaria de não ser incluído nessa lista.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Eu quero concluir, Sr. Presidente, com uma questão que eu acho que é importante para todos os Ministros: nós não podemos recuar. Nós não podemos recuar nesse processo da relação com as organizações não governamentais no Brasil, porque tem muitos serviços que a Prefeitura não tem condições de executar, que o Governo de Estado não tem condições de executar, que o Governo Federal não tem condições de executar. Quem tem *expertise* são essas organizações que, ao longo dos anos, vieram fazendo o seu trabalho independente de apoio de Estado. É por isso que eu acho que é fundamental construir o marco regulatório nesta Casa, mas é mais do que isso: o Governo tem que continuar apoiando para criar oportunidade para esses que nunca tiveram oportunidade no passado diante dos governos.

E, para concluir mesmo, Sr. Presidente, tem uma coisa que é importante a gente afirmar aqui: a gente chega aqui e vê muitos Deputados criticando aqui, às vezes, os assentamentos; às vezes, as organizações e, muitas vezes, os assentamentos de reforma agrária, dizendo que é o Governo Federal quem patrocina as atividades. Mas eu digo, com muita justiça: lá no Município, quando vai fazer uma atividade, o Governo do Estado, os Prefeitos, independente de partido, colocam ônibus, apoiam, para os movimentos poderem ir à capital pressionar o Governo, independente de partido político. Eu acho que é louvável, eu acho que tem que fazer isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Agora, eu quero concluir dizendo, Sr. Presidente, que nós não podemos ter um discurso aqui e outro lá embaixo. Quando chega ao Município, na hora de pedir voto, diz que é a favor daquelas



organizações; quando chega aqui, diz que é contra. Isso acontece em todo o País, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Weverton Rocha. V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, eu tento aqui neste momento tomar o máximo de cuidado com as minhas palavras, primeiro, pela minha responsabilidade partidária e pelo que eu tenho tido, na prática, lá na base e aqui em cima, de deixar sempre claro que a gente faz parte, apesar de alguns questionamentos hoje que eu faço, mas eu faço parte deste Governo, acredito que ele está dando certo e tem muito ainda que melhorar.

Mas eu tenho, Sr. Ministro Gilberto, levantado uma bandeira há 1 ano. Eu já fui acusado de latifundiário, de defensor de bancada ruralista, de tudo o que o senhor imaginar, que, inclusive, essa luta me aproximou muito deles. Por quê? Por falta desse diálogo que o Governo, do qual hoje eu faço parte, tem dificuldade em alguns setores que precisam muito avançar, como é o caso hoje dessa política indigenista que a gente vive aqui no País.

Eu digo política indigenista porque, com toda tranquilidade, eu queria aqui já sugerir ao Dr. Jorge Hage, e que vai ser, com certeza, objeto de outras discussões no futuro, que o senhor já anote, por exemplo, o nome dessa ONG aqui, a Missão Kauê. Ela é responsável pela saúde básica, da Atenção Básica, lá no Município de Jenipapo dos Vieiras, no Maranhão.

No Município de Jenipapo dos Vieiras, no Maranhão, junto com Barra do Corda, se tem ainda algum tipo de política de saúde para os índios lá é o Prefeito Municipal que cuida; não é essa ONG que recebe recursos da saúde para que ela possa cuidar da atenção básica desses índios. Só estou lhe dando aqui um exemplo, que, com certeza, vai ser só a ponta de um grande *iceberg* que precisa sim ser discutido.

E, como foi falado, a postura deste Governo é uma postura de discussão, de transparência. Onde tem problema, tem que se corrigir; onde está se investindo, tem que se melhorar e chegar à ponta esse investimento. Agora, não pode, em detrimento de uma política que eu acredito hoje que é equivocada, é a gente simplesmente botar o não índio contra o índio e o índio contra o não índio. A questão



não é essa. Para onde estou puxando essa discussão? É que lá o não índio — e o exemplo de São João do Caru, lá no Awá-Guajá, como o senhor falou, é decisão terminativa da Justiça — é o trabalhador que está há 40, 50 anos naquela terra, mas que agora tem que sair. E foi acelerado, porque o próprio Juiz Federal nos disse que o senhor ligou e cobrou que fosse executada logo essa sentença, que essa sentença fosse executada na sua totalidade. Quando ele diz para mandar tirar, não é para colocar lá no meio da grade, da corrente, e seja o que Deus quiser. E está sendo desse jeito, Ministro.

Então, dentro desse convite e da sugestão que o senhor acabou de dar para visitar na ponta, eu queria pedir a esta Casa e ao senhor que a gente discuta essa situação lá de São João do Caru. Vamos visitar *in loco*, porque ainda dá tempo de corrigir esse erro, dá tempo ainda de ver essa injustiça que está sendo feita. Lá, os caminhões da FUNAI, junto com a Força Nacional, estão tirando a geladeira e outras propriedades desses pequenos trabalhadores, colocando em cima do caminhão. E, quando chega na parte da corrente que diz: "*A partir desta área é proibido o acesso*", aí eles jogam lá e cada um que se vire. Não estão levando para assentamento, não estão levando para nada. E isso é aqui no Brasil. Eu tenho dito isso todo santo dia, na tribuna, e parece que não está acontecendo aqui: são 1.200 famílias. As crianças hoje estão sem aula, não têm escola, não estão com o reassentamento, e está lá todo o aparato do Estado para arrancar e derrubar.

Lá no meu *site*, na minha *fanpage*, tem lá imagens que a gente tirou de celular, porque a imprensa é proibida de entrar num local de desintrusão, com tratores derrubando as casas desses trabalhadores, e basta olhar para ver que não é latifundiário nem pessoas de má-fé.

Então, eu encerro fazendo aqui essa crítica construtiva, Sr. Ministro, e dizendo que é preciso que o Governo olhe de verdade para essa situação. Já não tem mais volta, a desintrusão está acontecendo, que o Governo olhe urgente para atender às famílias que estão lá, e aí não maquiando os números como o INCRA fez. O INCRA deu lá — para mim, eu tenho num processo — uma declaração de 2011 dizendo que tinham 1.200 famílias lá, e agora o mesmo INCRA diz que só tem quatrocentas e poucas; ou seja, justamente para não ter essa obrigação de atender a todos.



Então, eu agradeço aqui a paciência do nosso Presidente e dos Ministros por nos terem ouvido. E quero lhe dizer, Maneca, aqui a gente não precisa trazer do PDT nenhum tipo de apoio para você, porque a sua história e a sua luta até hoje o credenciam, e, mais do que palavras, são gestos de toda a sua bancada aqui hoje presente, como o Senador Acir, trazendo aqui esse gesto de confiança e de lealdade que temos por você, porque, independente de Ministro, você é a nossa referência como liderança partidária e, com certeza, de luta nesse trajeto que nós temos dentro da nossa vida partidária.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradecendo a V.Exa., passo a palavra ao Deputado Marcos Rogério. S.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros Jorge Hage, Gilberto Carvalho e Manoel Dias, os quais cumprimento não só pela presença em razão da convocação, mas sobretudo por abordarem os assuntos da forma como abordaram.

É preciso estar muito atento ao que está por trás do que nós estamos vendo aqui hoje. Eu vi alguns dos autores dos requerimentos de convocação se dirigirem ao Ministro Hage e ao órgão que ele representa como se fosse um órgão apartado do Governo, um órgão distinto, um órgão inimigo. Tem que se lembrar que a Controladoria-Geral da União é órgão do Governo Federal, mas com liberdade para fazer aquilo que é o seu papel, assistir diretamente à Presidente da República quanto aos assuntos que, no âmbito do Poder Executivo, sejam relativos à defesa do patrimônio público, ao incremento da transparência pública, por meio de atividades de controle interno, auditoria, correição, prevenção e combate à corrupção. É o papel da Ouvidoria. É o papel da CGU. Mas parece que, no afã de atacar apenas, colocam como se fosse um órgão distante do Governo. Não, é um órgão do Governo e que tem esse papel, que é um papel nobre, destacado, essencial à administração pública e, sobretudo, ao interesse público deste País.

Eu ouvi com atenção aqui a maioria dos oradores. Quando se dirigiram ao Ministro Manoel Dias, eu olhava agora há pouco, Ministro Manoel, num dos jornais, num dos noticiários, uma notícia dando conta de que V.Exa. quando aqui esteve, em depoimento, chorou diante dos Deputados, foi às lágrimas. Eu estava aqui na fala de



V.Exa., e a maioria dos que aqui estão ainda estava também. Esses fatos demonstram a forma como são encarados os indícios que se tornam verdades absolutas, na forma do que nós vimos essa notícia aqui: o Ministro que chorou diante dos Deputados.

Quando V.Exa. assumiu o Ministério determinou a suspensão de convênios de qualificação e colocou diversas entidades na inadimplência. V.Exa. já se reuniu com a bancada algumas vezes para tratar dessas questões, da inadimplência. Foram colocadas no rol de inadimplentes aquelas entidades inidôneas ou mesmo as que deixaram de cumprir algumas formalidades que a quem contrata com o poder público se obrigam a cumprir. A maior parte dos convênios não foi celebrada diretamente com o Ministério do Trabalho; a maior parte foi celebrada com Prefeituras e com os Estados. Mas eu não vi ninguém ainda falando em investigação desses entes lá onde aconteceu o problema. Não. O foco é o Ministério, o foco é o Governo.

Não vejo ninguém aqui questionando isso e, nesta sessão de hoje, não se questionou a origem, onde aconteceu o problema. Não vi também denúncia de corrupção contra o Ministro do Trabalho. Falta o mínimo de razoabilidade àqueles que acusam. Não vi denúncia direta de corrupção contra o Ministério do Trabalho na sua gestão. Vi apontamentos de erros, de procedimentos, sem apontar se tais erros foram lesivos ao interesse público ou não, por parte do Ministro Hage. Vi apontamentos de irregularidades na prestação de contas pelas entidades conveniadas que se beneficiaram de recursos do Ministério do Trabalho.

Do que acusam objetivamente os Ministros que aqui estão? Apontaram a artilharia para dois Ministros que não representam, com todo o respeito, o comando do Governo nas principais áreas, cujas acusações foram feitas aqui nesta tarde. O foco, sem sombra de dúvidas, é o foco político. O foco é eleitoreiro, o foco são as eleições que se avizinham.

Sr. Presidente, já assinei CPIs nesta Casa para que se investigassem, para que se apurassem condutas. Não tenho dificuldade em assinar CPI. Acho que, quando há denúncias sérias, com indícios mínimos da existência de crime, o bom Parlamentar, independente de ser da base governista ou da Oposição, como



representante da sociedade — porque ninguém é representante de si mesmo — deve assinar como dever de lealdade com aqueles que ele representa.

Agora, não nos façam aqui de personagem de uma disputa eleitoral no momento em que o País está vivendo. Acho que esse não é o melhor caminho. Eu defendo a apuração sempre muito profunda de todas aquelas denúncias que são apresentadas e que tenham o mínimo de razoabilidade, que tenham o mínimo de indícios de veracidade. Agora, não se pode fazer de um momento como este um palco eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - A prova disso, com um registro por justiça de um dos membros da Oposição que aqui continua, para não dizer que a totalidade saiu, é que boa parte daqueles que se manifestaram não quis ouvir nem o contraditório. É o palco eleitoral armado.

Então, eu queria apenas fazer estas ponderações, Sr. Presidente: não podemos nos eximir da responsabilidade, seja pela investigação interna, seja pela CGU, seja pelo Tribunal de Contas da União, seja pela Polícia Federal, seja pelo Ministério Público, ou mesmo, em último caso, por uma CPI, quando necessária a sua criação. Mas não façamos deste momento um palco de disputa eleitoral, porque acho que esse não é o melhor caminho, sobretudo para o País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) -Agradeço ao Deputado Marcos Rogério.

Há aqui, segundo o Deputado Vanderlei Macris, e eu pedi para a Secretaria checar, uma votação nominal. Se assim houver, esta Presidência tem que encerrar a reunião.

Eu vou conceder a palavra ao Deputado Paulo Teixeira. Infelizmente, é regimental. Então, vou pedir a S.Exa. que seja conciso.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu vou ser conciso. Quero inicialmente parabenizar aqui V.Exa. e as Comissões envolvidas. Quero também cumprimentar os Ministros Gilberto Carvalho, Jorge Hage e Manoel Dias.



Quero dizer que esta audiência foi realizada no contexto de uma convocação de dez Ministros, e nós estamos vendo que os três Ministros que aqui já passaram, assim como o Ministro Chioro, só lustraram a atuação do Governo Federal.

O Ministro Jorge Hage, como foi dito aqui, é Ministro do Governo, é um órgão de Governo, que tem feito um trabalho importante de educação dos gastos.

O Ministro Manoel Dias explicou longamente a sua trajetória e disse que não há acusação contra ele.

Em relação ao Ministro Gilberto Carvalho, eu só quero dizer aqui que ele nos orgulha. As demandas e os trabalhos que ele faz no Ministério são lutas históricas da sociedade brasileira. Defender índio é motivo de orgulho para nós, defender sem-terra é motivo de orgulho, defender quilombola é motivo de orgulho, defender a livre orientação sexual é motivo de orgulho. A nossa sociedade deveria estar madura para respeitar essas demandas e respeitar o Ministro que tão bem faz a articulação dessas políticas.

O Deputado Fernando Francischini disse que ele é nosso mentor, e posso dizer que meu é. Há quase 30 anos o Gilberto Carvalho, Ministro, é meu mentor e de quase toda a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores, sem exceção...

(Não identificado) - Infelizmente, o Deputado Heinze não está aqui para ter ouvido esta sua fala.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Que é isso?

(Não identificado) - O nosso Bispo.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - A segunda coisa que eu quero dizer é que, se há algo a ser aperfeiçoado, nós temos que aperfeiçoar. Se uma desintrusão requerer políticas públicas, nós temos que aperfeiçoar. Se eventualmente há um laudo que exagera, nós temos que aperfeiçoar. Assim como nós não podemos criminalizar os movimentos sociais e as ONGs.

Esta Casa tem que aprovar o Marco Regulatório das organizações civis, que vai ter tanta repercussão quanto teve ontem o Marco Civil da Internet. É um dever que nós estamos em falta com a sociedade brasileira (*Palmas.*)

Sr. Presidente, eu quero dialogar aqui com o meu querido Vanderlei Macris.

Deputado Vanderlei Macris, na terça-feira, eu vou pedir que V.Exa. assine a CPI para investigar o metrô de São Paulo, a CPTM, porque ali os órgãos de Estado



já disseram que há problemas; quero pedir que V.Exa. a assine com os demais Deputados que querem seriedade, um tratamento no setor público com probidade. Ali, o Ministério Público de São Paulo já disse que há problemas. Ali, o CADE já disse que há problemas. Ali, órgãos internacionais disseram que há problemas. E aí eu gostaria de ter a sua assinatura para nós fazermos uma CPI desse sistema de quarteirização envolvendo o metrô e a CPTM de São Paulo, porque eu sei que V.Exa. é um homem titular da Comissão de Fiscalização e Controle e não vai nos negar, em defesa do seu currículo, essa assinatura.

Portanto eu quero parabenizar aqui e terminar esta fala dizendo o seguinte: Ministro Gilberto Carvalho — eu vou pedir licença ao Ministro Jorge Hage e ao Ministro Manoel Dias —, as demandas, as lutas que V.Exa. defende dentro do nosso Governo são lutas históricas da sociedade brasileira que fizeram surgir inclusive o nosso partido; são lutas que extrapolam o nosso partido; são lutas da Nação brasileira. Portanto, continue, como V.Exa. fez hoje aqui, de cabeça erguida e sabendo que tem todo o apoio deste Parlamento. Parabéns, Ministro Gilberto Carvalho, por todo o trabalho que faz em nome do nosso País! Há 30 anos eu o conheço, sei que é anterior a esses 30 anos, e nós temos orgulho da sua trajetória e podemos dizer que dos grandes homens brasileiros V.Exa. é um desses que doou a sua vida a este País. Portanto V.Exa. recebe aqui, no final desta sessão, a nossa homenagem, porque o ataque aos índios, o ataque aos quilombolas, o ataque aos sem-terra, o ataque aos homossexuais, o ataque aos Mais Médicos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Todas essas lutas são motivo de orgulho nosso e da Nação brasileira.

Ministro Jorge Hage, para concluir, parabéns pelo seu trabalho. V.Exa. é um homem que está há anos ali, com grandeza, defendendo o Estado brasileiro e é um homem do governo da Presidenta Dilma Rousseff como foi do Presidente Lula. Portanto V.Exa. mostra que não há contradição entre governar e controlar tão bem os recursos públicos.



Ministro Manoel Dias, sucesso na sua trajetória, porque V.Exa. emocionou-se hoje aqui não porque deve, emocionou-se pelos ataques a uma trajetória, como V.Exa. bem disse, de compromisso com este País. Parabéns!

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu fui citado, peço a palavra só para uma questão rápida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Um minuto.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Deputado... Deputado...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Só queria convidá-lo para assinar e ver se V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Paulo Teixeira, vamos dar 1 minuto para o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Há muito para a gente conversar eu e o Paulo Teixeira, que eu respeito também, mas ele deve primeiro explicar como está a proposta inicial, até porque a Polícia Federal já constatou cartel em todo o Brasil, inclusive no Governo Federal. Eu quero discutir essa questão da proposta. E a CPI da PETROBRAS está esperando a sua assinatura também.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - E o Democratas também vai junto! Nós também vamos juntos! Perfeito! Nós assinamos a lista de vocês e vocês assinam a nossa hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos passar...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Então está acertado hoje. Vocês vão fazer a CPI da PETROBRAS e nós vamos fazer a do metrô. Acertado! Acertado! Está acertado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos dar prosseguimento à audiência pública, Deputado Caiado. V.Exa. terá tempo para discutir esse assunto.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - V.Exa. veja que esta reunião produziu uma grande coisa para o País: as duas CPIs vão ser instaladas. Então, vamos votar o PDC, projeto de decreto legislativo, para atravessar...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos dar prosseguimento à reunião. Para responder às questões, vamos passar a palavra ao Ministro Jorge Hage, agradecendo-o, antes de tudo. Esta Presidência agradece a presença de



V.Exa., a do Ministro Gilberto Carvalho, e a do Ministro Manoel Dias. É um trabalho exaustivo. Foi assim na semana passada.

Em respeito aos Ministros, que ficaram aqui até agora, vamos dar 3 minutos a cada um para que possam responder aos questionamentos. Vamos aguardar. Eu acredito que dê tempo de todo mundo votar depois. Para não tomar mais tempo, quero desde já agradecer a presença e dizer que nós queríamos, Deputado Caiado, Deputado Amauri, Deputado Macris, poder ter um trabalho mais rápido, mais objetivo, mas o Regimento assegura o direito aos senhores, e essa Presidência não tem outro caminho senão acatá-lo, para a boa realização, antes de tudo justa e democrática, desta reunião por este Parlamento.

Com a palavra o Ministro Jorge Hage.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. Eu recebi informação de que não há votação nominal.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, terão a palavra os Ministros, por 3 minutos cada. Se puderem concluir tudo em 3 minutos, para que possamos ir ao plenário, nós agradecemos.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO - Sr. Presidente, respondendo rapidamente às perguntas daqueles que as fizeram, quero dizer ao Deputado Domingos Sávio que nos encaminhe a denúncia a que ele se refere, a respeito de um problema com uma ONG ligada ao Ministério da saúde no Mato Grosso. Nós faremos a apuração como fazemos de todas as denúncias com um mínimo de consistência que recebemos. É só nos encaminhar.

Ao Deputado Caiado, a quem eu respeito e com quem tenho uma relação democraticamente civilizada, embora divergente politicamente, quero dizer que considero a sua questão fora do objeto do requerimento, que, no que se dirige a mim, refere-se expressamente à questão das ONGs no Ministério do Trabalho. Além disso, essa articulação, esse convênio — se é que foi com ONG e não com a OPAS — foi na área do Ministério da Saúde. Segundo dito várias vezes hoje, o Ministro



Chioro já esteve aqui durante 7 horas e, seguramente, tratou satisfatoriamente do problema.

Os Deputados Renato Simões, Amauri Teixeira, Pepe Vargas e outros ilustres Deputados se referiram ao mesmo tema: a possibilidade de dar tratamentos distintos a uma ONG de trabalhadores modestos de uma comunidade de assentados ou de pequenos produtores rurais e, como foi dito aqui, a uma ONG da Avenida Paulista. A legislação atual não nos permite fazer essa diferenciação, mas está nas mãos dos Srs. Deputados a oportunidade de discutirem o projeto de lei do novo marco regulatório a que se referiram o ex-Ministro Pepe Vargas e os ilustres Deputados. O projeto de lei que vai discutir o marco regulatório é a oportunidade de ouro que se apresenta para que os senhores estabeleçam essa possibilidade legal de dar tratamentos diferenciados, conforme o grau, modesto ou sofisticado, de uma organização, pois hoje isso não é possível.

Por fim, quero dizer também ao Deputado Weverton Rocha que se houver uma denúncia envolvendo a ONG Missão Evangélica Caiuá, no Maranhão ou em qualquer outro Estado, basta que nos encaminhe que terá a devida apuração.

Por fim, quero corroborar as palavras do Deputado Marcos Rogério no sentido de que a CGU é órgão do Governo, do Poder Executivo e do Estado brasileiro. Por isso, ela tem plena autonomia de atuação, embora integre o Poder Executivo.

Muito obrigado a todos os Deputados pela atenção! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Ministro Manoel Dias.

O SR. MINISTRO MANOEL DIAS - Eu quero agradecer ao Presidente desta Comissão, a todos os Srs. Deputados, aos Líderes de bancada, aos companheiros, aos jornalistas, aos cinegrafistas, aos repórteres e aos funcionários do Ministério do Trabalho e Emprego, que aqui compareceram, ajudando, assessorando e nos ensinando alguma coisa.

Segundo, eu não chorei, mas me emocionei, diante de um momento que, para mim, é fundamental. Eu não chorei na cadeia, nem chorei sob tortura, nem chorei quando fui cassado, porque eu estava representando, do lado derrotado, e entendi que a luta era o preço que nós tínhamos que pagar.



Eu me sinto muito honrado de pertencer a um Governo como este e como Ministro de um Ministério, que vive um momento ímpar da sua história. Os números deles são os melhores deste País.

O Deputado expôs aqui sua preocupação com a alta rotatividade do Ministério. Isso nos preocupa também.

Há duas semanas, realizamos um grande seminário no Ministério do Trabalho e Emprego, do qual participaram professores, cientistas, pesquisadores. Durante 2 dias, propuseram soluções ou propostas, que uma Comissão de Sistematização está preparando, para, no decorrer dos próximos dias, reunirmo-nos de novo e buscarmos soluções.

Mas os números estão todos excelentes. Não há nenhum número deficitário no Ministério do Trabalho e Emprego. Cresceu muito o pagamento do seguro-desemprego. Cresceu! Vamos pagar neste ano 50 bilhões de reais. Mas também cresceu a contribuição. Cresceu o salário real dos trabalhadores, acima da inflação. Mais do que 20 milhões de empregos que criamos, mais de 4 bilhões e 780 milhões que já criamos no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, e devemos chegar a 5 milhões, no CAGED, no mês que vem, o mais importante foi o aumento real dos salários dos trabalhadores, o salário mínimo maior do que 78%. Os trabalhadores tiveram aumento real, acima da inflação, nos últimos 10 anos, de 44,9%. Fora a inclusão de 50 milhões de brasileiros da classe média; fora 46 milhões que passaram a comer; fora aqueles que são beneficiários dos programas de distribuição de renda pelo Brasil inteiro.

Então, é uma honra para nós — para o meu partido — ser protagonista, neste momento, de um Ministério que tem tanta importância.

Nós estamos lá cumprindo o nosso dever. O Deputado Fernando Francischini, aqui, disse que nós estamos com nove pessoas analisando processos de prestação de conta de 10 anos. Não, de 20 anos! E não são apenas 9, são 35 servidores, e agora vai haver mais 68, porque vamos realizar, no decorrer deste próximo mês, concurso para 460 funcionários administrativos e mais 68 técnicos para colaborar nessa tarefa.

Com relação ao Deputado Renato Simões, que me pergunta se eu entendo que o D. Cláudio Hummes, que o D. Odilo e que o agora Cardeal Dom Ourani sejam



corruptos ou tenham qualquer responsabilidade na irresponsabilidade que por ventura tiveram os dirigentes dessa ONG, eu ponho a mão no fogo. Eu sou católico, conheço pessoalmente todos três dignitários da Igreja Católica e posso testemunhar que não é possível, aí seria o fim do mundo, que pessoas com tanta responsabilidade, que defendem e que têm como obrigação defender a fé, ser modelos de sacerdotes, de missionários, pudessem estar comprometidos com o malfeito.

Com relação ao nosso Deputado Ronaldo Caiado, sobre o Mais Médicos, eu reitero, Deputado, nós estamos fazendo no Ministério um diálogo total. No dia 4, vamos começar a fazer o debate sobre a NR 31, vamos fazer o debate sobre a NR 12, vamos debater todas as NRs. Vamos ouvir, porque é fundamental que todo mundo tenha direito a dizer o que bem entenda, o que não significa que mude, mas importante é o diálogo. Nós queremos fazer com que esse Ministério realmente até o fim do ano seja um novo Ministério. Vai ser moderno, dinâmico, ágil, totalmente informatizado, para que a gente possa cumprir a grande tarefa, que agora é a nossa grande responsabilidade: a qualificação profissional.

Agora, quando está bom é que se muda. Está bom, vamos avançar, vamos melhorar a qualidade de emprego, vamos fazer com que os nossos trabalhadores tenham acesso às tecnologias de ponta, vamos fazer com que nós tenhamos produtividade, com que nós tenhamos material de qualidade, porque a maior competição que vem ainda é a competição com outros países do mundo, para melhorarmos no *ranking* dos países mais desenvolvidos do mundo. E os grandes protagonistas têm que ser os trabalhadores, porque eles que têm que dominar as novas tecnologias, a inovação, para que possam, pelo conhecimento, disputar esse mercado.

Então, eu queria agradecer a todos vocês, desculpar-me, mas quero dizer que eu gostaria de voltar sempre. Em todos os países democráticos, e a Europa pratica muito isso, permanentemente os Ministros estão no Parlamento, porque aos Parlamentares é que nós temos que dar explicação, são eles os nossos fiscais; são eles os responsáveis pelo bom governo, por corrigir o governo, por fazer a crítica ao governo, e nós não podemos nos furtar, achar ruim ou reclamar de tantas vezes virmos aqui.



Um abraço a todos. Muito obrigado! (*Palmas.*)

Peço desculpas por ter deixado de responder a uma pergunta formulada pelo Deputado Fernando Francischini. S.Exa. fez referência, mais uma vez, àquele fato da denúncia de que eu estaria envolvido com uma ONG de Santa Catarina. Ele citou aqui três nomes, mas apenas um deles fez referência à minha pessoa. Eu fui citado por essa pessoa, e o delegado oficiou a Promotoria Pública Federal, a juíza federal a fim de pedir autorização ao Supremo para me ouvir. E eu quero ser ouvido, tomara que o Supremo determine isso, porque eu não posso passar a ficar sujeito a ilações, a suspeitas pela quais eu não sou responsável.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, a pergunta não foi respondida. A pergunta que eu formulei é: um *boom* de hospitais no Brasil pode ir a Cuba e trazer médico para cá, pagar diretamente a Cuba, sem ter que respeitar a legislação trabalhista brasileira. É isso que eu estou perguntando, objetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Caiado.

O SR. MINISTRO MANOEL DIAS - Objetivamente, Deputado, foi mantido o critério que adotamos até agora nesta reunião, de que nós responderíamos os termos da convocação. Não nos negamos, em outra oportunidade, eu, pessoalmente, a dar até a minha opinião...

(Não identificado) - É, mas ele pode consultar a assessoria jurídica da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Ministro Gilberto Carvalho.

O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO - Srs. Deputados, senhoras e senhores, eu quero, em primeiro lugar, agradecer mais uma vez por esta oportunidade. Quero saudar mais uma vez os Deputados, sobretudo os que heroicamente ficaram até este momento.

Confesso que estou um pouco frustrado com a ausência aqui de alguns a quem eu deveria responder, mas não estão presentes. Queria, Deputado Hugo Motta, agradecer-lhe muito por sua condução dos trabalhos. Fico muito feliz como um jovem de 24 anos tem capacidade de nos dirigir dessa forma, eu que já estou com 63. Então, parabéns pela sua condução firme e democrática!

Eu quero dizer o seguinte: o que eu lamento que aconteceu aqui, em alguns momentos, são adjetivações desnecessárias. Nós temos diferenças, nós temos



divergências, não tem nenhum problema. As adjetivações desnecessárias é que acabavam magoando, quebrando o objetivo fundamental do debate, o resto não tem nenhum problema. Nós temos projetos diferentes mesmo, é natural, isso é da democracia, como já foi dito aqui, e é muito bom para a democracia que assim seja, é muito bom que a gente possa debater sempre.

Eu queria dizer que nós temos uma convicção clara de que este País tem uma dívida social imensa com aqueles que durante muito tempo não tiveram acesso a direitos. Nós estamos muito felizes de ter incluído 40 milhões de brasileiros na possibilidade do consumo, no acesso a direitos e tal. E sabemos que essa gente não vai se contentar com esmola. As ruas que se manifestaram em julho, que vão continuar se manifestando, é exatamente a expressão de uma busca cada vez mais de igualdade. Agora, o método que nós propomos não é o método do conflito, é o método da negociação, é o método do diálogo. Então, nós precisamos de todos nesse diálogo.

Houve uma crise na construção civil lá no Rio Madeira, nas duas usinas, e o que nós fizemos? Nós montamos uma mesa de negociação, que funciona até hoje de maneira extraordinária, e nunca mais teve quebra-quebra na construção, por quê? Nós estamos colocando lado a lado as pessoas para discutirem.

Houve a crise indígena, é verdade — o Deputado Heinze, infelizmente, saiu —, mas nós propusemos e estamos trabalhando fortemente num processo negocial, porque sabemos que são direitos dos dois lados, que historicamente foram desrespeitados. Uns porque foram expulsos da terra, muitas vezes criminosamente, como foi o caso de Marãiwatsédé, quando a ditadura militar tira de lá os xavantes e os transporta para uma aldeia onde os índios já morriam de varíola e um terço morreu quando chegou lá. É um problema de justiça histórica determinada pelo Supremo Tribunal Federal. Outra coisa são os direitos também dos pequenos agricultores, que foram assentados em Mato Grosso do Sul ou no Rio Grande do Sul — e o Heinze representa muito essa gente, eu sei —, que não podem ser tirados de repente da sua terra, do dia para noite, sem uma negociação. É por isso que nós defendemos que haja negociação.

E é por isso, Deputados Valmir e Irajá, que nós entendemos que temos que respeitar, sim, o grande negócio que nos orgulha, o grande agronegócio e também a



agricultura familiar. O pessoal que luta por ter terra, nós temos que respeitá-los. Porque não adianta reprimir, não adianta achar que as pessoas ficarão sem seus direitos, porque elas lutarão sempre. E o melhor e único caminho é a negociação, é a gente poder, dentro da lei, com o apoio do Judiciário, fazer acordos e resolver os problemas. Qualquer outro método planta o ódio, planta a divisão e não vai adiantar em nada. É esse o trabalho que nós temos realizado na Secretaria-Geral, não é estimular o ódio, a ira ou a ofensa a direitos.

Estranha-me muito quem acusa o MST de fazer desrespeito à lei quando se estimula, em Marãiwatsédé, por exemplo, agora, a volta dos agricultores que estavam lá, quando, na verdade, nós sabemos, temos gravação, que, quando a Suiá-Missú foi devolvida para o Governo Federal, latifundiários se organizaram para fazer a invasão daquele... Há gravação na Justiça. É por isso que o Supremo determinou. O que nós estamos em Marãiwatsédé é cumprir a determinação legal, assim como também em Awá-guajá. É uma determinação legal da justiça.

E aí, Deputado, eu me coloca a sua disposição. Nós vamos, sim, trabalhar para que nenhum daqueles trabalhadores, os pequenos, os de boa-fé, fiquem sem o seu... Agora, V.Exa. tem que nos ajudar, porque em Marãiwatsédé os pequenos foram industriados a não se inscreverem no INCRA, a não se inscreverem para terem a terra. Os que se inscreveram estão no assentamento. Os que foram industriados por poderosos para não se inscreverem estão, sim, sem terra, porque não se inscreveram. Se cada agricultor em Awá-guajá, e lhe garanto aqui neste momento, se inscrever, nós temos áreas reservadas para assentá-lo; e mais, para dar crédito para que ele reconstrua a sua vida. Nós temos que apoiá-los, temos que respeitá-los.

Então, Renato, eu quero concluir dizendo que esta sessão aqui, que é um exercício de democracia, só me entusiasma. Nós vamos continuar nesse diálogo. E eu estendo a mão aos senhores, a todos, independente de partido (*palmas*), para que a gente possa construir, mesmo com posições diferentes, as soluções para o nosso povo, porque esse é o nosso único caminho.

E quero reforçar finalmente, se me permite, Sr. Presidente, que nesta sessão de Comissão de Constituição e Justiça estará sendo debatido o novo marco regulatório, que será, sem dúvida nenhuma, uma referência fundamental para que



grande parte dos problemas que nos ocuparam nesta tarde deixe de acontecer, para que as relações entre Governo e sociedade sejam as mais adequadas, as mais transparentes e as mais cuidadosas com o dinheiro público em benefício daqueles que mais precisam.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não havendo mais quem quera fazer uso da palavra, eu gostaria, outra vez, de agradecer a presença dos Srs. Ministros nesta reunião...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - O Ministro fez um desafio, e nós aceitamos. Eu gostaria de marcar a nossa agenda com ele, um desafio de viajarmos juntos pelos locais do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Esta Presidência cuidará e informará...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Eu gostaria, em primeiro lugar, de ir a Suiá-Missú; em segundo lugar, ao Maranhão. Eu gostaria de já colocar, antecipadamente, Sr. Ministro, esses dois lugares, e V.Exa. pode lançar os outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É bom pedir para a assessoria de V.Exa. procurar a Presidência para que a gente possa intermediar essa negociação.

Está encerrada a reunião.